

Ana Maria Cortez Vaz dos Santos Oliveira

Temáticas de Enriquecimento nas Áreas Curriculares de Geografia e História

O Processo de Desterritorialização das Populações de Vilarinho da Furna.

A Reforma Agrária em Portugal.

Dissertação de Mestrado em Ensino da História e Geografia, no 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário, orientada pela Professora Doutora Adélia Nobre Nunes e coorientada pelo Professor Doutor Fernando Taveira da Fonseca, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Temáticas de Enriquecimento nas Áreas Curriculares de Geografia e História

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Relatório de estágio
Título	TEMÁTICAS DE ENRIQUECIMENTO NAS ÁREAS CURRICULARES DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES DE VILARINHO DA FURNA; A REFORMA AGRÁRIA EM PORTUGAL
Autor/a	Ana Maria Cortez Vaz dos Santos Oliveira
Orientador/a	Professora Doutora Adélia Nobre Nunes
Coorientador/a	Professor Doutor Fernando Taveira da Fonseca
Júri	Professor Doutor João Paulo Avelãs Nunes
	Vogais:
	1. Professor Doutor João Luís Fernandes
	2. Professora Doutora Adélia Nobre Nunes
Identificação do Curso	2º Ciclo em Ensino da História e Geografia, 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário
Área científica	Geografia e História
Especialidade/Ramo	Ensino da História e da Geografia
Data da defesa	21-10-2013
Classificação	18 valores



“O Homem não é nada além do que a Educação faz dele.”

Immanuel Kant.

“Educai as crianças, para que não seja necessário punir os adultos.”

Pitágoras.

“A Educação é a arma mais poderosa que se pode usar para mudar o mundo.”

Nelson Mandela.

RESUMO:

O presente trabalho representa a etapa final do Mestrado em Ensino de História e Geografia, no 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário. Surge na sequência da realização do Estágio Pedagógico, efetuado no ano letivo 2012/2013 no Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste: Escola Secundária D. Duarte e Escola Básica de 2º e 3º Ciclos Inês de Castro, em Coimbra.

Este relatório encontra-se dividido em três partes. Na primeira parte pretende-se refletir sobre a relevância do estágio pedagógico na formação docente, bem como efetuar uma caracterização das escolas onde foi efetuada a prática pedagógica supervisionada, as turmas a nós afetas, a metodologia adotada e uma breve análise das atividades desenvolvidas e concretizadas por nós.

A segunda parte é destinada à área curricular da Geografia. Numa primeira fase é apresentado e desenvolvido o tema escolhido: a desterritorialização das populações de Vilarinho da Furna, desencadeado pela construção da barragem com o mesmo nome. A aplicação pedagógica desta temática baseou-se no uso da literatura como ferramenta no processo de ensino-aprendizagem em Geografia.

Por último, a terceira parte deste trabalho é dedicada à área curricular da História. O tema escolhido neste âmbito foi a Reforma Agrária em Portugal, e a aplicação pedagógica passou pela utilização e análise em grupo, de excertos de textos com o intuito de estabelecer um debate, incrementar nos alunos espírito crítico e consciência histórica.

Palavras-chave: Estágio Pedagógico; Ensino de História e Geografia; Desterritorialização; Reforma Agrária; Aplicações pedagógicas.

ABSTRACT:

This present work represents the final stage of the Master in Teaching History and Geography in the 3rd cycle of Primary and Secondary Education, and follows on from the realization of pedagogical internship, conducted in the academic year 2012/2013 the Group of Schools Coimbra West:, School D. Duarte and Primary School 2nd and 3rd Cycle Inês de Castro, in Coimbra.

This report is divided into three parts. The first part aims to reflect on the relevance of pedagogical Training in teaching formation, and to make a characterization of schools which underwent a supervised teaching practice, classes assigned to us, the methodology adopted and a brief analysis of the activities developed and implemented by us.

The second part is intended to the geography curriculum area. In a first phase is presented and developed the chosen theme: the desterritorialization of populations Vilarinho da Furna, triggered by the construction of the dam with the same name. The pedagogical application of this thematic was based itself on the use of literature as a tool in the process of teaching and learning in Geography.

Finally, the third part of this work is devoted to the history curriculum area. The theme chosen in this area was the Agrarian Reform in Portugal, and the pedagogical application passed through the utilization and analysis in group, of text excerpts in order to establish a debate, increment in student's critical thinking and historical consciousness.

Keywords: Pedagogical Internship, Teaching History and Geography; Desterritorialization; Agrarian Reform; Pedagogical Applications.

AGRADECIMENTOS

Este estudo surgiu e chegou ao final, sobretudo para minha realização pessoal. Nem sempre tudo correu como esperava, tive alguns contratemplos, que foram superados pelos estímulos e amizade das pessoas que a seguir destacarei:

À Professora Doutora Adélia Nobre Nunes, ilustre orientadora científica da área curricular de Geografia desta dissertação, pela motivação com que sempre me recebeu, pela troca de ideias que demonstrou ser bastante produtiva, pela sua disponibilidade e clarificação perante as minhas dúvidas, aqui deixo a minha sincera homenagem.

Ao Professor Doutor Fernando Taveira da Fonseca, ilustre orientador científico da área curricular de História deste estudo, porque fez despertar em mim a paixão pela História e pelo constante 'saber mais'. Também pelas conversas e trocas de ideias, aqui deixo a minha homenagem.

Ao Professor Doutor João Luís Fernandes, ilustre orientador da minha dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Ordenamento do Território e Desenvolvimento, pela troca de ideias sobre o processo de desterritorialização das populações de Vilarinho da Furna e da aldeia da Luz. Agradeço também ter participado no Colóquio 'Rio Mondego: contributos para a sua compreensão geográfica', organizado por mim, na Escola Secundária D. Duarte.

À Professora Doutora Fátima Velez de Castro, a amizade, a motivação e a participação na sessão sobre 'Movimentos Migratórios', na Escola Secundária D. Duarte.

A todos os notáveis Professores dos Departamentos de Geografia e História, pois este estudo é resultado da aprendizagem que obtive de cada um de Vós.

À D. Conceição França, da sala de leitura do Instituto de História Económica e Social, pela companhia, incentivo e boa disposição.

À Dr.^a Maria José Reis, ilustre orientadora pedagógica da área curricular de Geografia, por tudo o que me ensinou, pelo brilhante exemplo, que enquanto docente, nos passou, pelos nossos momentos, pela boa disposição, pelas gargalhadas que partilhámos e pela amizade que criámos.

À Dr.^a Fátima Galhim, ilustre orientadora pedagógica da área curricular de História, por tudo o que me ensinou, pelo incentivo constante pelo 'saber mais', pela boa disposição, pelo exemplo enquanto docente e pela sua amizade.

Ao André, nosso companheiro de estágio, neste ano que demonstrou ser tão singular, a amizade, apoio e motivação.

À Isabel, pela amizade e apoio.

A todos os docentes e funcionários da Escola Secundária D. Duarte e Escola Básica 2º e 3º Ciclos Inês de Castro.

Aos meus alunos. À minha turma de 8º ano pela empatia que juntos criámos, pela motivação que criaram em mim, na busca de recursos e estratégias diversificadas. À minha turma de 10º ano, porque é em cenários mais complicados e adversos que crescemos enquanto pessoas e profissionais.

A todos os meus alunos, de Beja, Ferreira do Zêzere e Monte Redondo.

Ao Professor Doutor Manuel Antunes, pelas nossas conversas sobre Vilarinho da Furna.

Ao Professor Doutor Raul Miguel Rosado Fernandes, pela disponibilidade e amabilidade em me receber e pela nossa conversa.

Ao Sr. Estevão Óca, pela disponibilidade em me receber, pela simpatia e pela nossa conversa.

Aos meus colegas de Mestrado.

À minha grande amiga, Ana Marina, porque sem ti tudo teria sido mais complicado. Agradeço-te a amizade, apoio, incentivos, motivação e maluqueira constantes.

Ao Filipe, pela ajuda, paciência e incentivos constantes. Agradeço-te as nossas conversas, mas sobretudo, a nossa amizade.

Aos meus amigos Sofia, João e Jorge, pela amizade, paciência, motivação e pelas nossas conversas.

Aos meus Avós, Aninhas e João, pela paciência, apoio constante, pelos brilhantes exemplos de vida, pelas nossas conversas e por me porem sempre um sorriso na cara.

Ao meu Pai, Jorge, porque embora não estando aqui para ver mais uma etapa concluída, sei que, onde estiveres, estás certamente muito orgulhoso.

À minha Mãe, Ana Maria, pelo apoio constante e incansável, pela força que nos transmite, pela paciência e amizade.

À minha mana Raquel, pela compreensão, pela sua loucura saudável e por todos os bons momentos que passamos juntas.

A todos, o meu Muito Obrigada!

ÍNDICE GERAL

Introdução.....	1
Metodologia	3
Parte I – Caracterização e Análise das Atividades Empreendidas no Estágio Pedagógico	4
1.1. As Escolas.....	4
1.2. As Turmas	5
1.3. Metodologia de Trabalho.....	6
1.4. Atividades Desenvolvidas no Estágio Pedagógico.....	7
1.4.1. Atividades Letivas.....	7
1.4.2. Atividades Extra Letivas	8
1.5. Balanço do Estágio Pedagógico.....	10
Parte II – Temática Científica de Geografia – “O Processo de Desterritorialização das Populações de Vilarinho da Furna”.	12
2.1. Construção de Barragens como Fator Determinante de Alterações no Território.....	12
2.2. Impactes Territoriais da Construção de Barragens: o Processo de Desterritorialização.....	13
2.3. A Barragem de Vilarinho da Furna: Caracterização Física da Bacia Hidrográfica do Rio Homem .	16
2.4. Caracterização do Processo de Desterritorialização da Aldeia de Vilarinho da Furna.....	22
2.5. Breve Reflexão entre os Processos de Desterritorialização em Vilarinho da Furna e Aldeia da Luz	28
2.6. Aplicação Pedagógica desta Temática.....	31
2.6.1. Literatura e Ensino da Geografia – Que Relação?	31
2.6.2. A Literatura de Miguel Torga no Ensino da Geografia	34
2.6.3. Aplicação Pedagógica.....	35
PARTE III – Temática Científica de História – A Reforma Agrária em Portugal	41
3.1. Contexto Histórico-Político da Reforma Agrária.....	41
3.2. Reforma Agrária – Contornos e Caracterização.....	51
3.3. O ‘Fim’ da Reforma Agrária – a Lei Barreto	73
3.4. Aplicação Pedagógica	78
Notas Conclusivas	79
Bibliografia	81
Anexos.....	86

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Principais bacias hidrográficas em Portugal Continental.....	16
Figura 2 - Localização geográfica da bacia hidrográfica do rio Homem.	17
Figura 3- Localização geográfica da bacia hidrográfica do rio Homem e do Parque Nacional Peneda-Gerês.....	18
Figura 4 – Esboço litológico da bacia hidrográfica do rio Homem e áreas circundantes.....	19
Figura 5 – Distribuição da precipitação na bacia hidrográfica do rio Homem e áreas circundantes.....	20
Figura 6 – Distribuição da temperatura na bacia hidrográfica do rio Homem e áreas circundantes.....	21
Figura 7 – Escoamento na bacia hidrográfica do rio Homem e áreas circundantes.....	21
Figura 8 – Localização geográfica de Vilarinho da Furna.....	22
Figura 9 – Aldeia de Vilarinho da Furna, antes de ser submersa pela albufeira da Barragem.....	24
Figura 10- Artistas tentando retratar as últimas recordações em Vilarinho da Furna.....	24
Figura 11 – O crucifixo é levado da Igreja de Vilarinho da Furna, para uma povoação vizinha.....	26
Figura 12 – Placa do Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna.....	27
Figura 13 – Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna.....	27
Figura 14 – Implicações do percurso geográfico do autor na literatura.....	33
Figura 15 – Localização geográfica dos distritos de Portalegre, Évora e Beja.....	41
Figura 16 – População Agrícola, nos distritos de Beja, Évora e Portalegre, nos anos censitários de 1960 e 1970.....	46
Figura 17 – Mecanização da Produção Agrícola – número de tratores e de ceifeiras-debulhadoras, nos distritos de Beja, Évora e Portalegre, nos anos censitários de 1960 e 1970.....	46
Figura 18 – Evolução da População Residente nos distritos de Beja, Évora e Portalegre, de 1940 a 1981.....	50
Figura 19 – Localização geográfica dos concelhos pertencentes à ZIRA.....	54
Figura 20 – Área ocupada no movimento de ocupações de terras, nos distritos de Beja, Évora e Portalegre.....	67
Figura 21 – Contestação à ‘Lei Barreto’, presente na Estrada Nacional 386, entre Serpa e Brinches, em Agosto de 2013.....	75

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I – Dimensão média das explorações, por distrito, em Portugal continental, em 1968.....	42
Quadro II – Classificação das Explorações Agrícolas, segundo a sua área, no distrito de Beja, em 1968.	43
Quadro III – Classificação das Explorações Agrícolas, segundo a sua área, no distrito de Évora, em 1968.	43
Quadro IV – Classificação das Explorações Agrícolas, segundo a sua área, no distrito de Portalegre, em 1968.....	44
Quadro V – Populações residente, ativa, empregada e desempregada, e taxas de atividade e de desemprego, nos distritos de Beja, Évora e Portalegre, em 1960.....	48
Quadro VI – Populações residente, ativa, empregada e desempregada, e taxas de atividade e de desemprego, nos distritos de Beja, Évora e Portalegre, em 1970.....	49
Quadro VII – Populações residente, ativa, empregada e desempregada, e taxas de atividade e de desemprego, nos distritos de Beja, Évora e Portalegre, em 1981.....	50
Quadro VIII – Governos Provisórios e I Governo Constitucional de Portugal – principais características..	55
Quadro IX – Resultados das eleições de 1976 e 1979, nos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Setúbal e Santarém, em 1976 e 1979.	63
Quadro X – Área das unidades coletivas de produção no concelho de Serpa, entre 1977 e 1991.....	72

INTRODUÇÃO

O presente relatório que aqui se desenvolve representa o 'último passo' na conclusão do Mestrado em Ensino de História e Geografia, no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, refletindo a realização do Estágio Pedagógico efetuado no Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste: Escola Secundária D. Duarte e Escola Básica de 2º e 3º Ciclo, na cidade de Coimbra.

Além da realização da prática pedagógica supervisionada que decorreu nas instituições escolares, este ano permitiu-nos também o desenvolvimento científico com posterior aplicação pedagógica de temáticas, na área da Geografia e da História. Por isto, este relatório reflete o culminar de um processo formativo em Geografia e em História, lecionado na Faculdade de Letras.

Este relatório tem, a nosso ver, três objetivos primordiais: análise, reflexão e caracterização da prática pedagógica supervisionada; aprofundamento científico das temáticas escolhidas no âmbito das áreas curriculares de Geografia e História; e a aplicação pedagógica destas temáticas.

Assim, na primeira parte far-se-á a caracterização das escolas e das turmas onde desenvolvemos o estágio pedagógico, bem como as metodologias adotadas. Far-se-á também referência às atividades, sejam letivas ou extralectivas desenvolvidas por nós, no decorrer do estágio pedagógico. Esta parte finalizar-se-á com um balanço da prática pedagógica supervisionada.

De facto, no decorrer do estágio em Geografia e História, sendo bidisciplinar, constatámos e tentámos fomentar nas atividades desenvolvidas e concretizadas, a interdisciplinaridade entre estas duas disciplinas. Não faz sentido a disciplina de História sem questões como 'onde?' e 'porquê nesse local?', questões inerentes à Geografia, tal como ensinar geografia pressupõe questões como a evolução urbana e demográfica de determinado território, por exemplo.

Efetivamente Geografia e História complementam-se e as temáticas científicas escolhidas (embora não se relacionem diretamente) demonstraram isto mesmo.

A escolha dos temas dos seminários científicos deve-se essencialmente à nossa vocação. O seminário científico de Geografia, cuja temática é o processo de desterritorialização das populações de Vilarinho da Furna devido à construção da barragem de Vilarinho da Furna, reflete um dos nossos grandes interesses em Geografia. De facto, a desterritorialização é um conceito bastante atual, dado que estuda os efeitos dos ciclos de desenvolvimento, analisando também os efeitos das crises sociais e económicas, que contêm sempre, uma componente espacial.

Quando surgiu oportunidade de escolha da temática científica para ser orientada no seminário de Geografia, e embora já tivéssemos realizado uma dissertação de mestrado sobre desterritorialização

(Oliveira, 2011), não tivemos dúvidas que esta problemática tinha de estar, mais uma vez, presente na nossa vida académica.

A justificação da temática prende-se com o facto de termos tido contacto com o que resta da aldeia de Vilarinho da Furna, ainda nos dias de hoje, bem como, com antigos residentes e à leitura de trechos de Miguel Torga, que nos suscitaram bastante interesse.

Assim, no seminário científico de Geografia pretendeu-se refletir sobre os impactes territoriais decorrentes da construção de barragens, enfatizando os processos de desterritorialização. Seguidamente, abordar-se-á o estudo-caso de Vilarinho da Furna, efetuando depois uma breve comparação entre os processos de desterritorialização das populações de Vilarinho da Furna e da aldeia da Luz. Por último, far-se-á referência à aplicação pedagógica (para uma turma do 10º ano de escolaridade) desta temática: a utilização do texto literário no processo de ensino-aprendizagem em Geografia, sobretudo a literatura de Miguel Torga. Além do texto literário, também a imagem e o recurso audiovisual mereceram destaque.

De facto, o Programa Curricular de Geografia do Ensino Secundário contempla a temática das energias renováveis, omitindo grande parte dos impactes no território, decorrentes delas. As mudanças na paisagem, os territórios submersos e os processos de desterritorialização são impactes decorrentes da construção de barragens e por isso, a nosso ver, bastante importantes para o conhecimento dos alunos.

Também o seminário científico de História refletiu uma temática que não é contemplada de forma 'direta' no seu programa curricular: a Reforma Agrária. Depois de muitos temas prováveis, optou-se por "saber mais" sobre esta problemática tão atual e pertinente, que reflete um período da História de Portugal, um período controverso, que de facto, existiu em Portugal.

A escolha do seminário científico recaiu sobre a temática da Reforma Agrária, dado que, desde pequena que sou testemunha de conversas familiares sobre este tema e de todos os seus contextos e dinâmicas. De facto, a curiosidade 'assaltou-me' e decidi lançar-me nesta 'floresta de enganos', nas palavras do Professor Doutor Raul Miguel Rosado Fernandes. Assim, nesta parte pretendeu-se abordar o contexto onde surge a Reforma Agrária, a caracterização do processo da Reforma Agrária, fazendo referência ao movimento de ocupação de terras e às unidades coletivas de produção e por último efetuando uma análise à 'Lei Barreto' e ao seu impacto no território. A aplicação pedagógica desta temática (uma turma do 9º ano de escolaridade) teve como objetivos principais: incrementar espírito crítico e consciência histórica nos alunos e irá ser o debate, através de trabalho de grupo, de trechos literários, de diferentes visões e interpretações da História.

De facto, a História, sobretudo a Contemporânea, tem esta característica, tão singular, de ser extremamente subjetiva, pelo facto de ser 'um passado ainda presente', a emotividade, a subjetividade, a nossa identidade, bem como, os nossos ideais políticos estão muito presentes. Só assim se conseguem

entender interpretações tão distintas da mesma temática. A Reforma Agrária é disto um exemplo, além de ser um tema controverso, complexo e bastante problemático, é um tema muito interessante e pela sua 'dicotomia' de visões chega mesmo a ser enigmático.

O relatório termina com as notas conclusivas, onde se pretende fazer um balanço da prática pedagógica supervisionada. Também a fundamentação científica e a aplicação pedagógica das temáticas de Geografia e História são referenciadas nesta parte.

METODOLOGIA

A elaboração deste seminário iniciou-se com a pesquisa bibliográfica, que foi efetuada principalmente na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, e nas bibliotecas da Faculdade De Letras. Além disso estendeu-se também à Biblioteca Municipal José Saramago, em Beja, bem como o Centro de Documentação da EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva, localizada também em Beja, e também a Biblioteca Municipal Abade Correia da Serra, em Serpa.

As bases cartográficas representadas nos cartogramas, pertencem ao IGEOE, Instituto Geográfico do Exército e ao Atlas do Ambiente da Agência Portuguesa do Ambiente, pertencente ao Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

PARTE I – CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DAS ATIVIDADES EMPREENDIDAS NO ESTÁGIO PEDAGÓGICO

O estágio pedagógico é componente curricular do 2º ano do Mestrado em Ensino de História e Geografia, no 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário.

Este ano letivo tinha como principal objetivo a aplicação, na profissão docente, de grande parte dos conhecimentos adquiridos ao longo da formação académica, e implicou uma prática pedagógica supervisionada.

O núcleo de estágio foi composto por nós, André Aleixo e Isabel Cristina Santiago, e a atividade pedagógica supervisionada foi efetuada sob orientação pedagógica da Dr.^a Maria José Reis (Geografia) e da Dr.^a Maria de Fátima Galhim (História), e sob orientação científica da Professora Doutora Adélia Nunes (Geografia) e do Professor Doutor Fernando Taveira da Fonseca (História). Decorreu no Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste: Escola Secundária D. Duarte e Escola Básica de 2º e 3º Ciclos Inês de Castro, em Coimbra e iniciou-se no dia 18 de Setembro de 2012.

1.1. AS ESCOLAS

A prática pedagógica supervisionada decorreu em duas escolas da cidade de Coimbra, pertencentes ao Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste: Escola Secundária D. Duarte e Escola Básica de 2º e 3º Ciclos Inês de Castro, em Coimbra. Na primeira desenvolvemos o estágio na componente da área curricular de Geografia e na segunda, História.

A Escola Secundária D. Duarte localiza-se na freguesia de Santa Clara, na cidade de Coimbra, e iniciou as suas funções no ano letivo 1968/1969, como Liceu Nacional D. Duarte.

Segundo o seu Projeto Educativo, o Liceu Nacional D. Duarte foi pioneiro em ser constituído como primeiro liceu misto, frequentado nos vários anos e turmas por rapazes e raparigas e pela integração de alunos invisuais nas turmas, a partir da década de 70.

No ano letivo 2012/2013 inscreveram-se cerca de 495 alunos, que se encontravam distribuídos em 23 turmas. A oferta educativa da escola divide-se em: cursos científico-humanísticos (Ciências e Tecnologia; Línguas e Humanidades), e cursos profissionais, de nível 3 (Técnico de Recursos Florestais e Ambientais; Técnico de Processamento e Controlo da Qualidade Alimentar; Técnico de Restauração –

variante Cozinha Pastelaria; Técnico de Restauração – variante Restaurante Bar; Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos; e Animador Sociocultural).

Devido à oferta educativa, afluem à Escola Secundária D. Duarte alunos de outros concelhos, que não o de Coimbra, como por exemplo: Condeixa-a-Nova, Miranda do Corvo, Penela, Lousã, Pombal e Mealhada.

A Escola Básica de 2º e 3º Ciclos Inês de Castro localiza-se na freguesia de São Martinho do Bispo, na cidade de Coimbra.

No ano letivo 2012/2013 encontravam-se inscritos na escola cerca de 205 alunos, distribuídos por 11 turmas do 2º e 3º ciclo do ensino básico. A área de residência dos alunos que frequentavam a escola é constituída sobretudo pelas freguesias de São Martinho do Bispo, Santa Clara e Antanhol, pertencentes ao concelho de Coimbra.

Neste ponto parece-nos importante referir que cerca de 1/3 dos alunos inscritos no Agrupamento de Escolas Inês de Castro (Jardim de Infância Almas de Freire, Jardim de Infância São Bento e Jardim de Infância Póvoa, Escola Básica de 1º Ciclo de Almas de Freire, Escola Básica de 1º Ciclo Cruz de Morouços, Escola Básica de 1º Ciclo Espírito Santo das Touregas, Escola Básica de 1º Ciclo Fala, Escola Básica de 1º Ciclo Póvoa, Escola Básica de 1º Ciclo São Martinho e Escola Básica de 2º e 3º Ciclos Inês de Castro) recebem apoio da ação social escolar.

Estas instituições de ensino caracterizam-se por se encontrarem num estado aceitável de conservação e por possuírem recursos à disposição da comunidade escolar, que demonstraram ser muito úteis, como as bibliotecas e a oferta de recursos audiovisuais, por exemplo. Ambas estão também enquadradas em espaços verdes e espaços amplos. A Escola Secundária D. Duarte é composta por um único edifício e por 7 pavilhões provisórios, em pré-fabricado (que resultante do tempo 'provisório', passaram a definitivos). A Escola Básica de 2º e 3º Ciclos Inês de Castro é constituída por 5 blocos, sendo um deles pavilhão gimnodesportivo, outro papelaria/bar/refeitório/ATL, sendo que nos restantes decorrem as aulas.

1.2. AS TURMAS

Durante o estágio, e dado o facto de este se dividir em dois estabelecimentos de ensino, o núcleo acompanhou 4 turmas. Três turmas da componente pedagógica em História e uma em Geografia.

Na prática pedagógica supervisionada em História foi estabelecido que cada estagiário ficaria afeto a uma turma: nós com o 8ºX, a professora estagiária Isabel Santiago com outra turma do 8º ano de escolaridade e o docente estagiário André Aleixo com uma turma do 9º ano de escolaridade.

No que diz respeito à atividade pedagógica em Geografia, realizada na Escola Secundária D. Duarte, concluiu-se que ficaríamos os três elementos do núcleo afetos à turma, procurando repartir as atividades de forma homogénea e tentando proporcionar experiências letivas a todos.

Assim, as turmas às quais estávamos afetos eram o 8ºX, na área curricular de História, cuja caracterização se encontra no **Anexo I**, e o 10ºX, em Geografia, cuja caracterização está presente no **Anexo II**. Saliencia-se o facto, de que quando iniciámos atividades nas escolas, as caracterizações das turmas já estavam elaboradas.

O contacto quase permanente com as 4 turmas, 3 níveis de escolaridade, em 2 instituições de ensino permitiu-nos observar a heterogeneidade presente. De facto, cada turma tem características e dinâmicas muito próprias, e este facto exige, a nosso ver, ao docente capacidade de flexibilidade e de adaptação a contextos e diferentes realidades.

Este ano de prática pedagógica supervisionada permitiu-nos reforçar esta ideia. Também o facto de no mesmo ano de escolaridade, perante o mesmo conteúdo programático, as estratégias de aprendizagem necessitarem de adaptações ou mesmo de reformulações contribuiu para a ideia de que tal como não existem dois alunos iguais, não existem também duas turmas semelhantes.

1.3. METODOLOGIA DE TRABALHO

O trabalho neste ano de estágio pedagógico desenvolveu-se individualmente e também coletivamente.

As planificações, a médio e curto prazo, a preparação das aulas, a pesquisa e leitura bibliográfica, a busca e elaboração de materiais didáticos, bem como a elaboração de matrizes e testes de avaliação e a sua correção foram feitos individualmente, embora obedecendo a uma série de normas que nos foram impostas de forma coletiva, ao núcleo de estágio.

A componente de grupo desenvolveu-se sobretudo nos seminários pedagógicos de História e Geografia. Estes tinham lugar às quintas-feiras das 14h às 15h30m e às quartas-feiras, das 14h30m às 16h, respetivamente.

Os seminários de orientação pedagógica tinham como objetivos: calendarização das aulas a lecionar pelos elementos do núcleo de estágio, definição dos conteúdos a lecionar, discussão sobre

possíveis materiais didáticos, debate, análise e reflexão sobre as planificações e as aulas lecionadas pelos estagiários (auto e heteroavaliação), atendendo aos recursos utilizados, bem como os testes de avaliação. Os seminários de orientação pedagógica foram também 'palco' para a avaliação final de período dos alunos, tendo como referência os instrumentos de avaliação. Também as visitas de estudo e conferências organizadas foram preparadas e depois analisadas nos seminários.

1.4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO PEDAGÓGICO

No estágio pedagógico foi proposto por nós, no início do ano letivo, o 'Plano Individual de Formação', que serviu como guia e peça basilar no desenvolvimento do mesmo. De facto, o ano da prática pedagógica supervisionada é bastante 'rico' em experiências que demonstraram ser altamente motivadoras e fizeram-nos ter consciência de que a profissão docente é muito dinâmica e versátil.

1.4.1. ATIVIDADES LETIVAS

As atividades letivas desenvolvidas no âmbito do estágio pedagógico ocorreram nas turmas a nós afetas e também afetas aos restantes professores estagiários.

Numa fase inicial coube ao grupo de estágio assistir às aulas lecionadas pelas orientadoras pedagógicas, nas áreas disciplinares de Geografia e História, a todas as turmas afetas ao núcleo. Esta primeira fase permitiu-nos conhecer as turmas, perceber as suas dinâmicas e compreender perante as características das turmas, as melhores estratégias a serem adotadas.

Em meados do mês de Outubro lecionámos pela primeira vez História ao 8ºX, nossa turma afeta e Geografia ao 10ºX, turma afeta a todos os elementos do núcleo. Estas aulas tiveram lugar, com observação dos respetivos orientadores pedagógicos e dos colegas estagiários.

De salientar que na área curricular de Geografia lecionámos sempre na mesma turma (10ºX), em co afetação com os colegas estagiários, e na área curricular de História, também sempre na mesma turma (8ºX). Foi desafiante, não só lecionar em níveis escolares diferentes, como em escolas diferentes. O contexto social dos alunos e as características das próprias escolas condiciona bastante as dinâmicas da turma. No **Anexo III** descrevem-se os principais temas por nós lecionados nas disciplinas de Geografia e História.

Segundo o Plano Anual Geral de Formação, para núcleos de estágio bidisciplinares o número mínimo de aulas que cada docente estagiário deverá assegurar, situa-se entre as 14 e as 16 aulas de 90

minutos, que deverão ser divididas de igual modo nas duas áreas curriculares. Assim, o docente estagiário teria de assegurar 7 aulas de 90 minutos em cada disciplina, no mínimo. Nós lecionámos cerca de 18 blocos de 90 minutos na turma de Geografia, e cerca de 28 blocos de 90 minutos e 27 de 45 minutos a História.

Além da observação e análise das respetivas orientadoras pedagógicas e dos colegas do núcleo de estágio, no que concerne à História, em 3 aulas por nós lecionadas esteve presente o orientador científico desta área disciplinar, Professor Doutor Fernando Taveira da Fonseca, sendo que numa delas esteve também presente o coordenador da área científico-didática de História, Professor Doutor João Paulo Avelãs Nunes. No que diz respeito à Geografia, a orientadora científica desta área, Professora Doutora Adélia Nunes esteve presente em 4 aulas, sendo que numa delas, esteve também presente o Professor Doutor António Campar de Almeida, coordenador da área científico-didática de Geografia.

A preparação das aulas requereu uma planificação bem elaborada, a leitura de bibliografia e a delimitação de estratégias adequadas. Quando chegámos às escolas, nas duas áreas curriculares, as planificações a longo prazo já estavam elaboradas, sendo que nos foram dadas a conhecer e explicado o seu funcionamento e principais objetivos (**Anexo IV** – Planificação a Longo Prazo – Geografia).

Os modelos de planificação adotados a Geografia e História são diferentes, e são também diferentes dos modelos de planificação elaborados durante o 1º ano de Mestrado.

Os modelos que utilizámos foram debatidos juntamente com as orientadoras pedagógicas e serviram-nos como peça basilar na lecionação das aulas. De facto, a planificação é um instrumento importante para conseguir clarificar estratégias e adotar recursos, salvaguardando sempre o facto de em qualquer momento da aula poder ser alterada, tendo em conta o desenrolar da mesma e as próprias reações dos alunos.

Em anexo estão representadas as planificações de aula de Geografia e de História – **Anexo V** e **Anexo VI**, respetivamente.

Ainda no que diz respeito às atividades letivas, elaborámos e corrigimos os testes de avaliação da turma afeta de História e participámos juntamente com os elementos do núcleo de estágio, na redação e correção dos testes de Geografia da turma afeta.

1.4.2. ATIVIDADES EXTRA LETIVAS

As atividades decorrentes do estágio não se limitaram ao espaço físico da sala de aula, nem somente ao cumprimento dos conteúdos programáticos das disciplinas de Geografia e História.

De facto, as atividades extra letivas que tivemos oportunidade de observar, colaborar e organizar demonstraram-se bastante motivadoras para o nosso desempenho.

Assim, passamos a identificar aquelas que se realizaram no âmbito da disciplina de História:

- Elaboração da dramatização 'Os diferentes símbolos do Natal' para ser representada na Festa de Natal da Escola Básica de 2º e 3º Ciclos Inês de Castro. Encenação da peça, com o auxílio do docente estagiário André Aleixo (Dezembro de 2012).
- Planificação e organização da visita de estudo com a temática 'Coimbra Medieval'. Esta visita foi dirigida às 4 turmas do 8º ano de escolaridade, onde foi possível visitar o Núcleo da Cidade Muralhada, a Universidade e a Alta de Coimbra, o Museu Nacional Machado de Castro e o Criptopórtico, e o Mosteiro de Santa Cruz (Fevereiro de 2013).
- Auxílio na organização do Peddy Paper sobre monumentos históricos, na cidade de Coimbra (Junho de 2013).

No que concerne à disciplina de Geografia, desenvolvemos as seguintes atividades:

- Organização da comunicação sobre Movimentos Migratórios, proferida pela Professora Doutora Fátima Velez de Castro (Outubro de 2012).
- Participação na sessão sobre 'Dislexia: o gene de Einstein', organizada pelo Centro de Formação Nova Ágora (Novembro de 2012).
- Participação numa reunião do Ecomuseu do Mondego, com o objetivo do núcleo propor algumas ideias no intuito de dinamizar e 'fazer chegar' este espaço à comunidade escolar (Novembro de 2012).
- Construção do cartaz e elaboração do regulamento do Concurso de Fotografia '7 Maravilhas do Mondego', organizado por nós e pelo colega estagiário André Aleixo, com a colaboração do Ecomuseu do Mondego e do Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste (**Anexo VIII**) (Março de 2013).
- Participação no dia da Escola Secundária D. Duarte, com uma visita com turmas do 10º ano, às margens do rio Mondego (Abril de 2013).
- Planificação, organização e acompanhamento dos alunos na sessão de esclarecimento 'Contraceção e IST', dirigida aos alunos da turma afeta (10ºX), e à restante comunidade. Esta sessão, incluída no PES – Programa de Educação para a Saúde, teve como principal dinamizadora uma enfermeira do Centro de Saúde de Santa Clara (Maio de 2013).
- Organização, dinamização e colaboração no Colóquio 'Rio Mondego: Contributos para a sua Compreensão Geográfica', onde fomos oradores, juntamente com o Professor João Luís Fernandes (**Anexo IX**) (Junho de 2013).

Participámos ainda, com o estatuto de observadores, nas Reuniões de Conselho de Turma e Intercalares e nas Reuniões de Avaliação do Conselho de Turma das turmas afetas (8ºX e 10ºX).

1.5. BALANÇO DO ESTÁGIO PEDAGÓGICO

Terminado o estágio pedagógico é altura de fazer um balanço deste ano, que passou.

Além de ter sido um ano bastante trabalhoso, que nos exigiu muito esforço e dedicação, revelou ser muito proveitoso para uma futura carreira docente.

Analisando e refletindo sobre o estágio, não podemos deixar de referir que o facto de este ter sido efetuado em duas escolas do mesmo Agrupamento, não nos permitiu estabelecer um forte vínculo com qualquer um dos estabelecimentos de ensino, e com as respetivas comunidades escolares. Às terças e quintas-feiras estávamos nas atividades da Escola Básica de 2º e 3º Ciclos Inês de Castro, e às terças (depois das 15h45m), quartas e sextas-feiras, na Escola Secundária D. Duarte. Esta circunstância implicou um esforço, energia e flexibilidade redobrada.

O facto de o estágio ser bidisciplinar, e possuímos uma formação académica maioritariamente em Geografia, revelou-se, num período inicial assustador, depois desafiante e por fim, motivador. Para fazer frente a algumas lacunas científicas sobretudo na área curricular da História, procurámos aprofundar e consolidar conhecimentos através de bibliografia, e também de conversas com os orientadores, pedagógico e científico.

A interação com os orientadores, pedagógicos e científicos, demonstrou-se bastante produtiva e frutífera. Em relação às escolas, embora não usufruindo de espaços específicos para trabalho em grupo, conseguimos dentro do possível, ultrapassar essa dificuldade, e trabalhar com sucesso.

No que diz respeito à constituição do núcleo de estágio, se inicialmente tivemos bastante receio e apreensão pela maneira como iríamos interagir os três, rapidamente descobri no André, um grande apoio, e na Isabel, um exemplo de força perante a adversidade. Nem sempre foi fácil, passámos enquanto núcleo, por momentos bastante complicados, que se tornaram ainda mais constrangedores e complexos, pela morosidade e indecisões, por parte das entidades competentes. No final, fica a sensação de que tudo poderia ter tido outro desenrolar.

Quanto à prática letiva salientamos a ansiedade e o nervosismo sentidos, que foram ultrapassados, em grande parte, devido à fundamentação científica, através da leitura de bibliografia. Também a crescente relação com os alunos contribuiu para a diminuição destes sentimentos, e também a escolha e adoção de estratégias mais adequadas às características dos alunos e das turmas.

Dada a nossa experiência docente, embora concorrendo como geógrafa, com habilitação própria, tinha consciência plena que a relação que estabelecemos com os alunos é muito gratificante.

Em jeito de conclusão, este ano foi bastante enriquecedor, no qual pude corrigir algumas estratégias e assistir à minha evolução, seja de cariz científico e didático, nas áreas curriculares de Geografia e História.

PARTE II – TEMÁTICA CIENTÍFICA DE GEOGRAFIA – “O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES DE VILARINHO DA FURNA”.

2.1. CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS COMO FATOR DETERMINANTE DE ALTERAÇÕES NO TERRITÓRIO

“A construção de barragens é um dos mais importantes meios de artificialização rápida e, na escala temporal da vida humana, irreversível, da superfície terrestre”

(FERNANDES, 2008: 6).

Uma barragem pode ser definida como uma barreira artificial, construída sob cursos de água, para a retenção e concentração de grandes quantidades de água.

A sua utilização tem sobretudo os seguintes objetivos: abastecimento de água a núcleos populacionais, irrigação dos campos agrícolas, produção de energia hidroelétrica, prevenção e defesa de cheias, regularização dos regimes dos rios, e por fim, aproveitamento para a prática da piscicultura, navegação, turismo e lazer. Estas funções variam consoante os casos.

Mas no entanto, a execução de projetos de desenvolvimento, como barragens, pode originar alterações no território. Geograficamente estas alterações podem mesmo ser apelidadas de mutações, pois estas são radicais.

De facto, a construção de barragens provoca mudanças radicais no ambiente, submergem vales, alteram regimes climáticos, inundam terrenos agrícolas e florestais e, podem, como ocorre em muitos casos submergir núcleos de povoamento com consequências diretas na desterritorialização de comunidades autóctones, que deste modo, se veem forçadas a abandonar os respetivos territórios pessoais (FERNANDES, 2008).

Sistematizando, a construção de barragens provoca impactes no território: a submersão de territórios e a criação da albufeira são os elementos mais significativos destas mutações. Claro que não são os únicos, associados a estes estão variados impactes, como por exemplo: a alteração da forma como se ocupa o território, a destruição de habitats, a alteração da biodiversidade, as mudanças climáticas, os impactes no litoral, condicionamentos na economia rural, a submersão ou transladação de património (como foi o caso do Castelo da Lousa, Mourão, e do Cromeleque do Xerês, Reguengos de Monsaraz, respetivamente), e processos de desterritorialização (como foi o caso de Vilarinho da Furna, o estudo caso que aqui apresentamos, e da aldeia da Luz, entre outros).

No entanto, esta introdução de novas características no território tem também ela, consequências, sejam elas, a inovação na agricultura, dado que passou-se a ter água disponível para rega, o que resulta em alguns casos a uma mudança de culturas agrícolas, passando de uma agricultura de sequeiro, para uma agricultura de regadio (caso da barragem de Alqueva, cujo um dos grandes objetivos era a irrigação dos campos agrícolas e posterior mudança nas culturas, passando para culturas de rega), inovações no turismo, dado que estamos perante um elemento novo na paisagem (água), que nos permite aceder a atividades e experiências que até aqui não poderiam ser realizadas, e também devido ao facto de a albufeira apelar a novas formas de turismo e a um maior incremento desta atividade nestas áreas. Também a introdução de novas atividades económicas é uma consequência dos impactes que uma barragem provoca no território, sejam elas o turismo, a náutica e a restauração. As albufeiras assumem-se como um elemento atrativo e distintivo das regiões, não só pelas paisagens que proporcionam, mas também e sobretudo pelas experiências que oferecem.

2.2. IMPACTES TERRITORIAIS DA CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS: O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO

Como foi mencionado no primeiro ponto desta parte, o processo de desterritorialização é um impacte da construção de barragens no território.

Mas afinal que conceito é este, o de desterritorialização?

Na relação com o território, o Homem, ser eminentemente social, cria laços e estabelece vínculos com o espaço que o rodeia. De facto, todos os indivíduos se identificam com um ou mais territórios, seja pela localização da sua habitação, dos terrenos que possui, ou pelos lugares que habitualmente passa no quotidiano, a verdade é que o Homem estabelece vínculos com o território. O Homem necessita de criar ligações e laços com o território, e este assume-se como uma 'peça' fundamental para a construção da identidade do próprio indivíduo.

A identidade do Homem não é algo que lhe seja inerente, trata-se antes, de um processo em construção permanente que se desenvolve com a comunicação com outros atores do espaço vinculados ao território, seja pelo diálogo ou pelo confronto de ideias e ideais.

Assim, cada indivíduo tem as suas territorialidades e o seu território simbólico torna-se num espaço muito importante de referência para a construção da sua identidade.

De facto, o vivermos num determinado espaço e estarmos vinculados a um determinado território, identifica-nos, distingue-nos e pode até condicionar-nos do ponto de vista social. A relação do Homem com o território contribui para a consolidação e/ou construção da geografia pessoal, seja

referente ao território funcional, de âmbito mais material e físico, seja referente ao território simbólico, no que respeita às sensações de segurança, de pertença e de posse.

O território tem assim duas dimensões: a funcional e a simbólica. A dimensão funcional visa para os processos de dominação, de posse, de controlo físico, de produção, enquanto que a dimensão simbólica engloba processos de apropriação, de múltiplas identidades e também de dominação e de posse. A dimensão simbólica remete-nos para a visão do território como um símbolo, como um abrigo, um lar, como um sentimento de segurança. Neste âmbito surge o conceito de segurança ontológica de Giddens (1992). Este autor define segurança ontológica como “uma forma, mas uma forma muito importante de sentimentos de segurança” (GIDDENS, 1992: 71). De facto, só nos sentimos vinculados a um território, quando nos é possível sentir segurança nele.

Sendo assim, o território assume-se como um espaço de relações de poder e como um palco onde as ligações afetivas e de identidade entre o indivíduo, o grupo social, a sociedade e o meio contracenam.

Neste contexto de territorialização e da importância do território para a construção e consolidação da identidade do Homem, surge-nos o conceito de topofilia, que se define como “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 1980: 5). Topofilia surge-nos assim, como um conceito que aborda o sentimento de pertença e ligação a um lugar ou região, quer esteja ligado à residência, ao trabalho ou ao lazer.

No entanto, esta ligação que temos com o território, ou seja, as nossas territorialidades estão expostas a alguns fatores que a podem condicionar, limitar e em último ponto, extinguir. Todos os territórios sejam eles de dimensão funcional ou simbólica estão sujeitos a riscos, e todos os indivíduos são vulneráveis a estas quebras na topofilia, a uma quebra de vínculos e laços que os unem a determinado território. E quando estas situações surgem, encontramos-nos perante processos de desterritorialização.

“Melhor: amam a sua ilha. Quando as raparigas embarcam para a América até das pedras se despedem abraçando-as. O Corvo é um mundo.” (BRANDÃO, 1926: 21). Este excerto de Raul Brandão, na sua obra “As Ilhas Desconhecidas”, referindo-se ao arquipélago dos Açores, demonstra a topofilia, o vínculo, a ligação que os habitantes da ilha do Corvo, sobretudo as mulheres tinham com o seu território, sendo que quando o tinham de abandonar para emigrar, até das pedras se despediam.

O conceito de desterritorialização tem diferentes interpretações, diferenciando-se consoante o autor e a área académica de onde provém. Dado este estudo ser de Geografia, a interpretação por nós seguida, será a do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert, dado que a interpretação do conceito de desterritorialização vai ao encontro dos objetivos do estudo de caso. A interpretação elaborada por Haesbaert remete-nos sobretudo para uma precariedade territorial como expressão da desterritorialização.

A desterritorialização é definida como um processo que pode ser voluntário ou forçado, violento, de perda de território, de quebra de controlo das territorialidades pessoais ou coletivas, de fratura no acesso a territórios económicos, simbólicos, a recursos, a bens. (HAESBAERT, 2004).

O processo de desterritorialização caracteriza-se por ser uma ameaça, uma fratura, uma quebra na topofilia, uma quebra no vínculo que une determinado indivíduo ao seu território.

“A desterritorialização é precisamente a quebra de controlo de cada indivíduo, comunidade ou empresa sobre o seu território: no caso específico das populações, essa implica uma quebra de vínculos, uma perda de território, um afastamento aos respetivos espaços de afirmação material e/ou imaterial, funcional e/ou simbólica” (FERNANDES, 2008:5).

Como se pode observar não só as construções de barragens provocam processos de desterritorialização, existem de facto, outros fatores que podem originar processos de desterritorialização, tais como: crises políticas, crises económicas, desemprego, guerra, projetos de desenvolvimento (estradas e barragens), patrimonialização, confinamentos espaciais, envelhecimento demográfico e doença. Estes fatores são exemplos de causas humanas, por outro lado, pode ser também desencadeado por causas naturais como erupções vulcânicas, cheias, sismos, incêndios florestais e movimentos de vertente.

Estes diversos fatores que podem conduzir a processos de desterritorialização, deixam desde já antever que, em alguns casos impõe-se uma deslocação do indivíduo e noutros não. Assim, faz-se a distinção entre desterritorialização *in situ*, que ocorre sem alteração dos referenciais de localização do indivíduo, e desterritorialização *ex situ*, que implica a deslocação do sujeito que entretanto foi desterritorializado. A desterritorialização *ex situ* é um dos maiores problemas de desenvolvimento da atualidade e um dos mais importantes fatores de vulnerabilidade e criação de pobreza.

No entanto o processo de desterritorialização tem implícito, quase sempre, e a contrapô-lo, o de reterritorialização. Reterritorialização remete-nos assim, para uma ‘tentativa’, e para a necessidade do Homem, enquanto ser social, (re)criar laços e vínculos com outro(s) território(s).

As questões que se poderão levantar são: os processos de desterritorialização obrigam a um posterior processo de reterritorialização, e quando tal não acontece? será a reterritorialização um processo rápido e fácil, ou ao invés, tratar-se-á de algo complexo e moroso? Será necessária a intervenção de alguém para que este processo seja concluído de forma mais completa?

2.3. A BARRAGEM DE VILARINHO DA FUNA: CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO HOMEM

A barragem de Vilarinho da Furna localiza-se sobre o rio Homem, afluente do rio Cávado. As bacias hidrográficas dos rios Homem e Cávado, bem como as outras principais bacias hidrográficas de Portugal Continental encontram-se representadas na Figura 1.

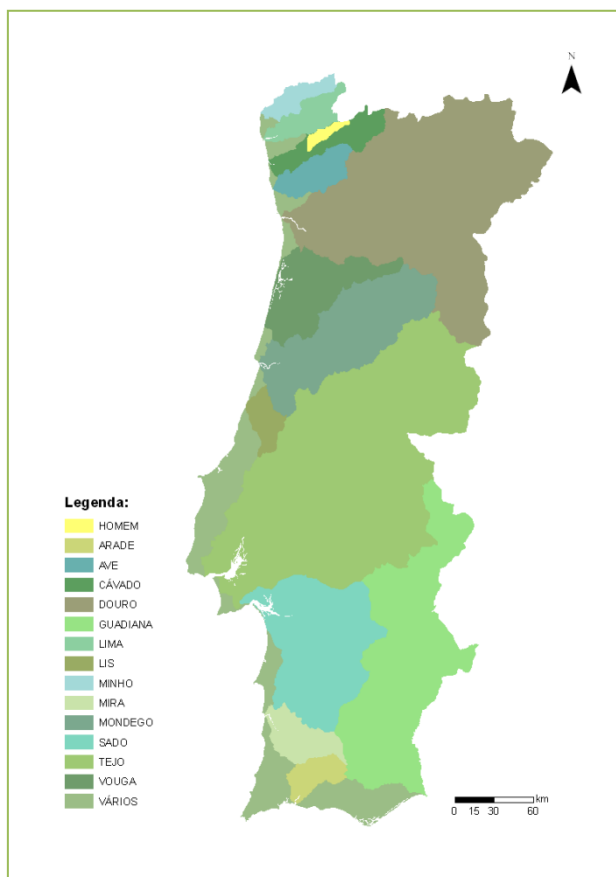


Figura 1 - Principais bacias hidrográficas em Portugal Continental.

O rio Cávado nasce na Serra do Larouco e o seu curso atravessa os concelhos de Montalegre, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Amares, Póvoa do Lanhoso, Vila Verde, Braga, Barcelos e Esposende, sendo junto a esta sede de município que se situa a sua foz.

Com um comprimento de cerca de 135 km e uma área de 1600 km², a bacia hidrográfica do rio Cávado compreende aproveitamentos hidroelétricos, dos quais são exemplo, as barragens da Caniçada, Alto Cávado, Alto Rabagão e Vilarinho da Furna.

O rio Homem é um afluente da margem esquerda do rio Cávado, e nasce na Serra do Gerês. O seu comprimento é de cerca de 37 km, formando uma bacia hidrográfica cuja área tem cerca de 257 km². A sua foz localiza-se em Soutelo, concelho de Vila Verde, e é neste local que desagua no rio Cávado.

É ainda no rio Homem que se localiza a estação de aproveitamento hidroelétrico de Vilarinho da Furna, cuja capacidade útil da albufeira é de cerca de 69,7 hm³.

A localização geográfica da bacia hidrográfica do rio Homem encontra-se presente na Figura 2.

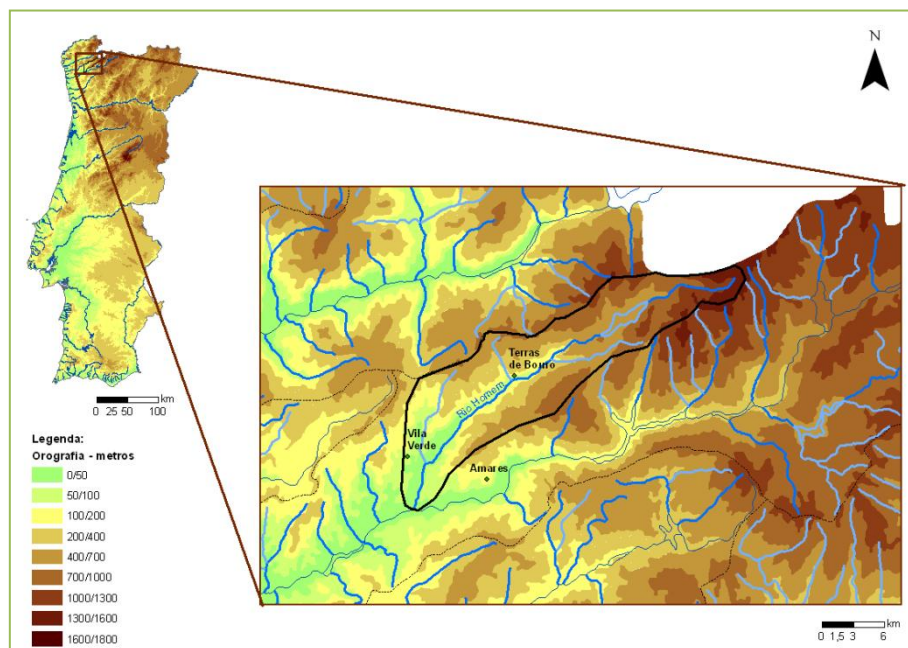


Figura 2 - Localização geográfica da bacia hidrográfica do rio Homem.

A bacia hidrográfica do rio Homem, como se pode observar na Figura 2, localiza-se no Noroeste de Portugal Continental e estende-se pelos concelhos de Terras de Bouro, Vila Verde e Amares.

Salienta-se na Figura 2, a orografia desta área e a presença de altitudes com mais de 1300 metros, sobretudo no nordeste da bacia hidrográfica do rio Homem.

De facto as maiores altitudes no relevo minhoto, localizam-se entre os rios Lima e Cávado, correspondendo às serras do Gerês (1544 m) e do Larouco (1525 m). “No entanto, as cotas superiores a 100 metros são frequentes e o conjunto montanhoso, que se prolonga para a Galiza (a norte) e para sul do Douro, sobe como que em degraus de oeste para este e só termina claramente na depressão alongada e estreita originada pelo alinhamento tardi-hercínico de Orense-bacia da Lousã a cerca de 100 km do litoral” (LEMA et al, 1996: 121).

O relevo nesta área é assim caracterizado pela sua ‘imponência’ e por ser acidentado devido à tectónica fraturante.

O relevo na região do Minho ocidental é caracterizado pela grande fragmentação, onde a natureza granítica das vertentes abruptas dificulta a distinção entre rebordos erosivos e escarpas tectónicas. (MEDEIROS, 2004).

Segundo Mariano Feio (in MEDEIROS, 2004), no seu artigo 'Reflexões sobre o relevo do Minho', datado de 1951, o relevo minhoto assemelha-se a uma quadrícula de blocos individualizados por uma rede de fraturas, as quais apresentam duas direções essenciais ENE-WSW que orienta o traçado dos principais rios (Minho, Lima, Cávado e Homem) e N-S e NW-SE, aproveitadas apenas por cursos de água secundários.

De facto, no decorrer do seu curso, o rio Homem vai descendo em altitude, em algumas áreas de forma acentuada, dando origem a verdadeiras quedas de água e à formação de pequenos lagos.

Toda esta área se caracteriza por uma paisagem muito particular, onde a natureza ainda se pode observar sem ação antrópica significativa. Por este motivo em 1971, através do Decreto-lei n.º 187/71, de 8 de Maio, foi criado o Parque Nacional da Peneda-Gerês, sendo este o único com a designação de Parque Nacional no território português. A sua localização está representada na Figura 3.

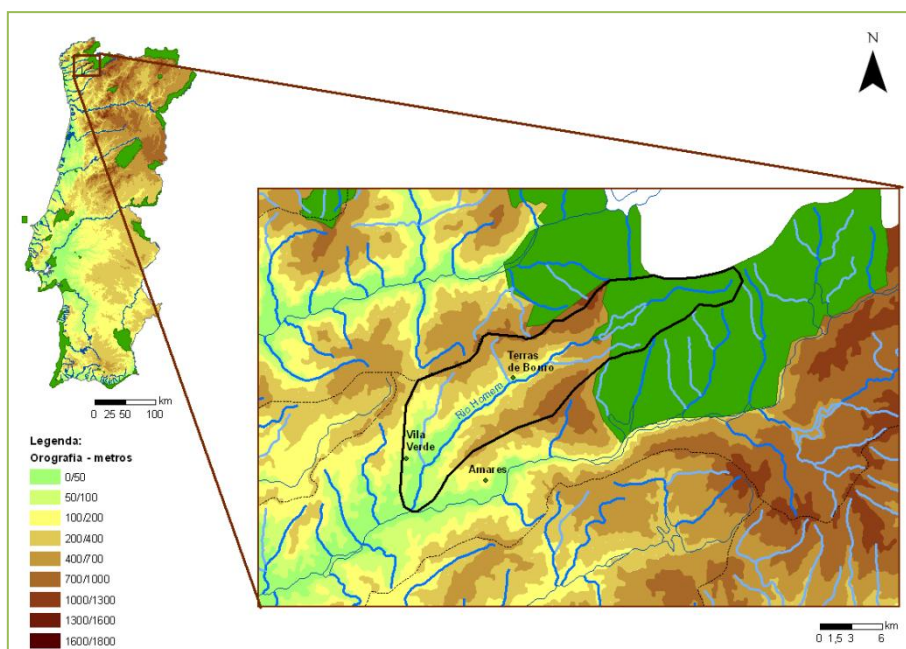


Figura 3- Localização geográfica da bacia hidrográfica do rio Homem e do Parque Nacional Peneda-Gerês.

A criação do Parque Nacional teve como principal objetivo, a realização de um planeamento capaz de valorizar as atividades humanas e os recursos naturais. De facto, tratava-se de conservar solos, águas, flora e fauna, bem como preservar a paisagem nessa vasta região montanhosa do noroeste português.

O Parque Nacional da Peneda-Gerês compreende cinco concelhos, sendo eles: Melgaço, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca (ambos pertencentes ao distrito de Viana do Castelo), Terras de Bouro (distrito de Braga) e Montalegre (distrito de Vila Real).

A este propósito refira-se que em 1971, grande parte das populações que possuíam terrenos agrícolas e/ou florestais, dos quais tiravam rendimentos e muitos deles, até sustento, dada a prática de agricultura de subsistência, viram os acessos aos seus terrenos bastante limitados, devido à patrimonialização do território, através da institucionalização do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

De facto, os terrenos agrícolas ou de silvicultura que se encontravam na área do Parque Nacional da Peneda-Gerês passaram a ter acesso e uso do solo muito condicionado.

Na figura 4 encontra-se o esboço da litologia da bacia hidrográfica do rio Homem e áreas circundantes.

De facto, observando a figura facilmente se compreende a homogeneidade da litologia aqui presente. “Na sua maior parte, as serras do Minho são graníticas” (LEMA et al, 1996: 121). E toda a bacia hidrográfica do rio Homem é, assim, constituída por granitos.

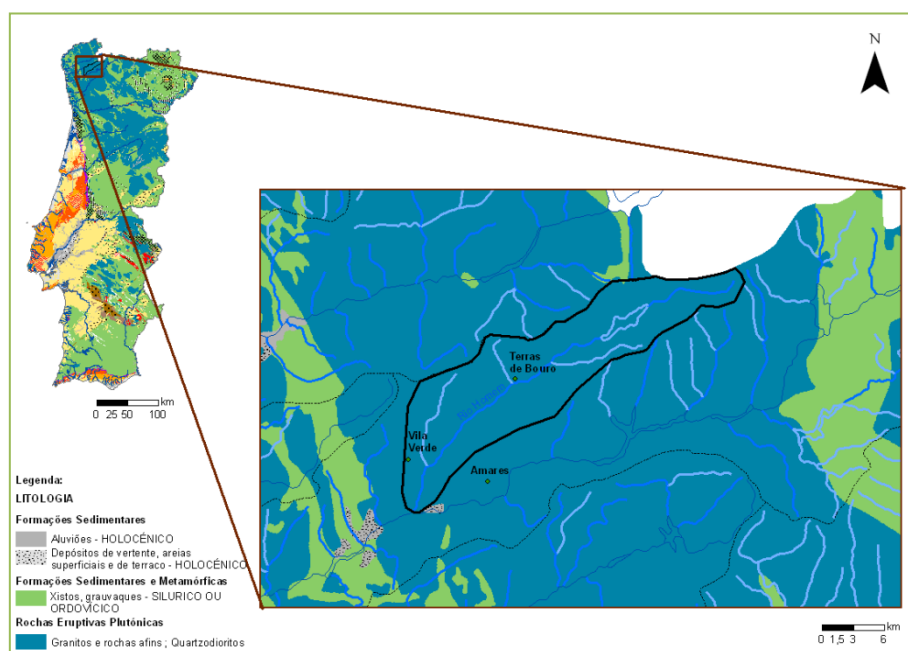


Figura 4 – Esboço litológico da bacia hidrográfica do rio Homem e áreas circundantes.

Analisando a figura 4, conclui-se que toda a área da bacia é, de facto, constituída por granitos.

Como já foi referido, a maior parte das serras minhotas são graníticas ou rochas da família deles. Estas rochas graníticas instalaram-se na crusta terrestre no decurso da orogenia varisca, (Lema, 1996) e caracterizam-se pela fracturação, que vai por sua vez condicionar a rede de drenagem com vales encaixados de traçado retilíneo. De facto, a abundância da água das chuvas e os fortes declives devidos ao profundo encaixe dos rios fazem com que os processos de erosão fluvial sejam os mais importantes para o desenvolvimento atual do relevo. “Os processos predominantes sobre os granitos portugueses

são, todavia, fluviais. (...). Declives fortes e precipitações intensas levam à resposta rápida dos muitos cursos de água existentes nas montanhas graníticas; (...) pensemos a título de exemplo, nas montanhas do Alto Minho, com desníveis subverticais de dezenas a centenas de metros, onde a menos de 100 km do oceano atingem altitudes de 1400, 1500 metros, registando-se valores anuais médios de precipitação superiores a 3000 mm” (DAVEAU, 1977 in REBELO, 1991: 532).

Observemos assim, a distribuição da precipitação nesta área, na figura 5.

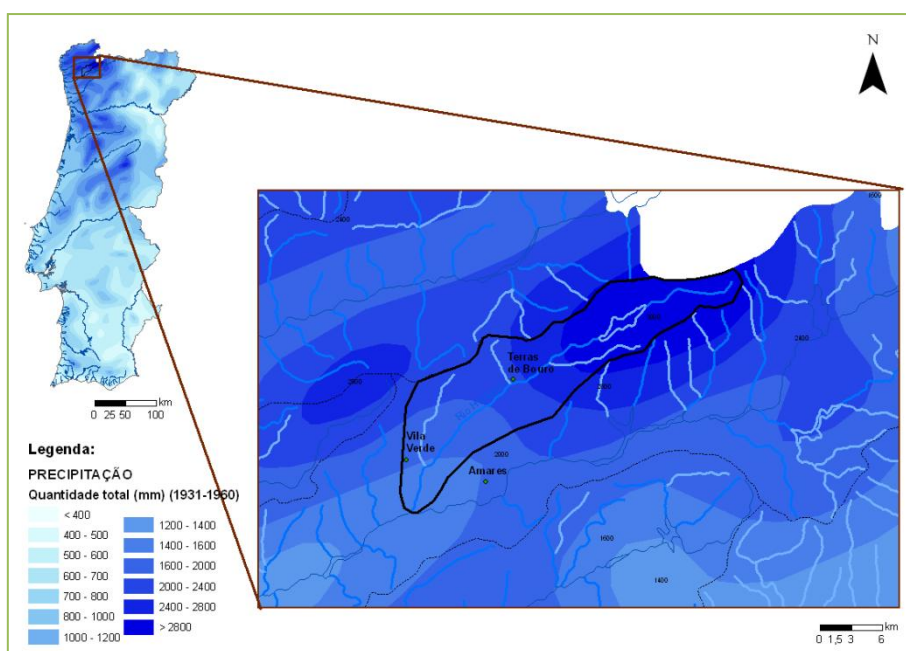


Figura 5 – Distribuição da precipitação na bacia hidrográfica do rio Homem e áreas circundantes.

Da análise da figura 5, concluímos que a precipitação atinge valores muito elevados nesta área. Toda a área nordeste da bacia hidrográfica (onde se localiza a barragem de Vilarinho da Furna) atinge valores anuais de cerca de 3000 mm. Saliente-se que a nível nacional, esta é a área onde se regista precipitação mais elevada.

Na figura 6 encontra-se representada a distribuição da temperatura na bacia hidrográfica do rio Homem e áreas circundantes.

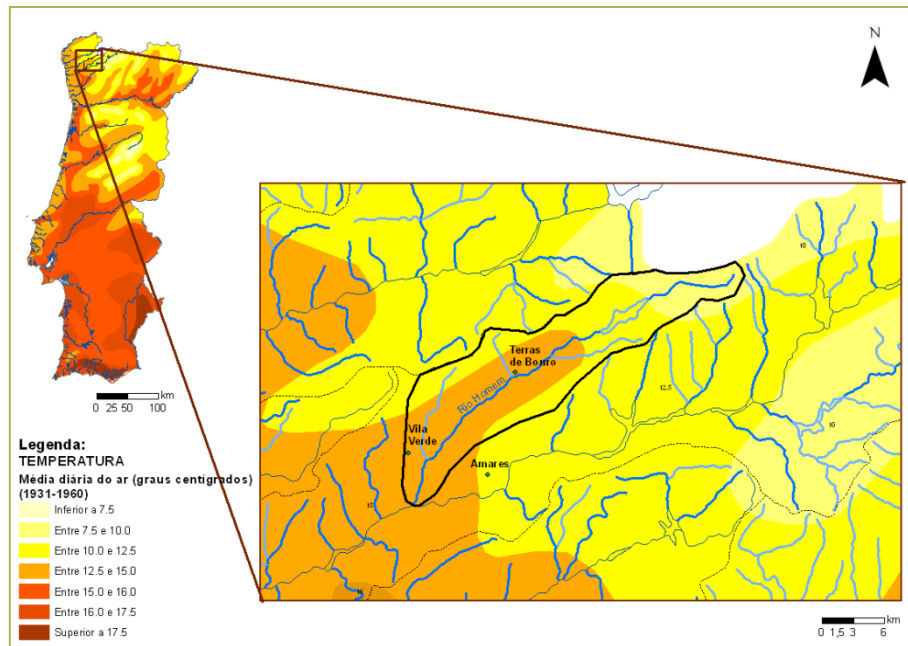


Figura 6 – Distribuição da temperatura na bacia hidrográfica do rio Homem e áreas circundantes.

De facto, na bacia hidrográfica da bacia do Homem, as temperaturas médias vão desde os 7,5 aos 15°C. Dentro da bacia temos uma área nordeste que regista temperaturas mais baixas que a área sudoeste. Analisadas a precipitação e a temperatura, observe-se agora o escoamento, na figura 7.

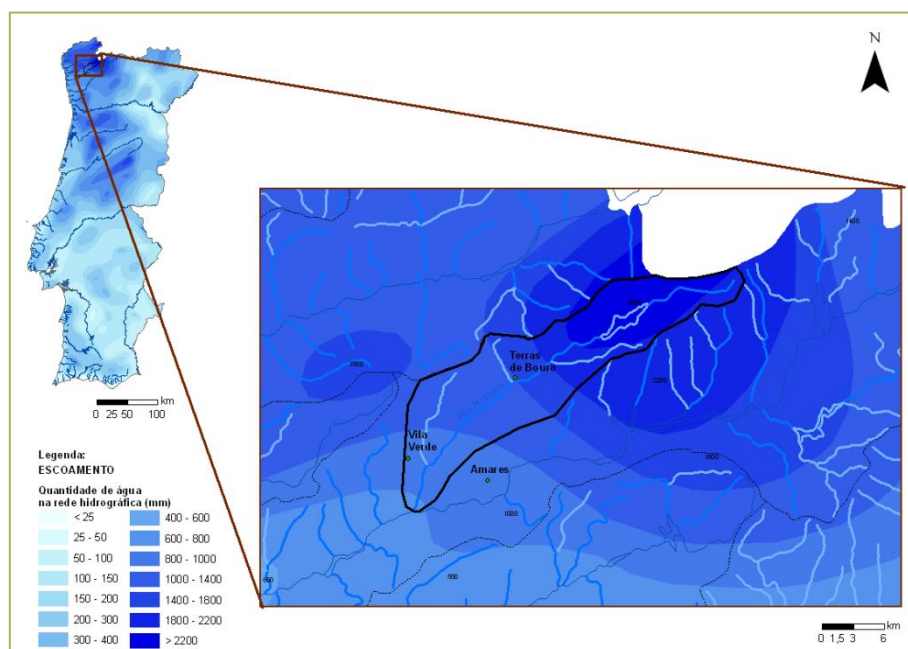


Figura 7 – Escoamento na bacia hidrográfica do rio Homem e áreas circundantes.

Na área da bacia hidrográfica do Homem o escoamento atinge valores muito elevados, cerca de 3000 mm na área nordeste e cerca de 1000 mm na região mais a sudoeste da bacia.

2.4. CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO DA ALDEIA DE VILARINHO DA FURNA

“Vilarinho da Furna morreu.
A água que era a vida da povoação transformou-se na sua morte.”
(ANTUNES, 1985: 71).

Vilarinho da Furna era uma aldeia localizada na freguesia de São João do Campo, também denominada por Campo de Gerês, no município de Terras de Bouro. Encontrava-se ladeada pelas serras Amarela e Gerês e serpenteada pelo rio Homem e pela ribeira das Furnas.

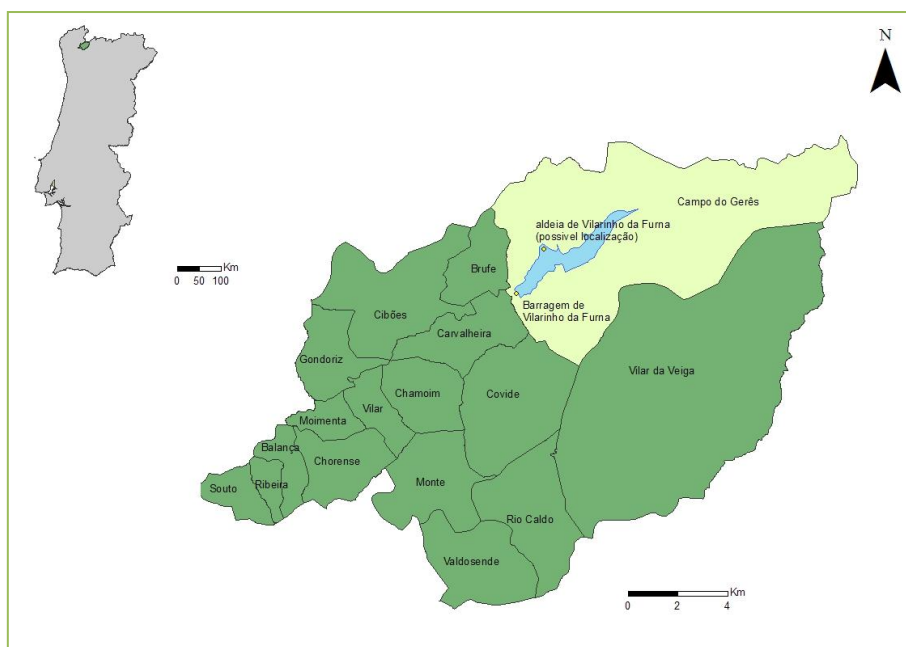


Figura 8 – Localização geográfica de Vilarinho da Furna.

A aldeia de Vilarinho da Furna deve a sua existência por ocasião da célebre estrada da Jeira, que de Braga se dirigia a Astorga, e daqui para Roma. E era caracterizada por ser uma aldeia comunitária, das últimas existentes em Portugal, em que a propriedade das terras agrícolas era de toda a população da aldeia.

“Em Vilarinho da Furna, a vida comunitária apresenta-se muito mais pura do que em outras povoações serranas vizinhas, que desde tempos remotos deviam possuir uma organização social quase uniforme, e isto devido ao carácter especial da região, que obriga os seus habitantes a uma vida pastoril intensa, enquanto dos campos à volta da aldeia apenas tiram com que satisfazer as modestas exigências

de uma população sóbria” (DIAS, 1983: 38). “A organização do povo de Vilarinho da Furna aproxima-se daquilo a que chamamos uma democracia representativa “ (DIAS, 1983:86).

Em 1971 com a criação do Parque Nacional de Peneda-Gerês, o acesso a muitos terrenos foi condicionado (facto este que só por si, já é um processo de desterritorialização).

A aldeia era caracterizada por ruelas sinuosas de casas graníticas (seriam à data da construção da barragem cerca de 60 casas de habitação, escola, templos, espigueiros, currais, palheiros e moinhos) (ANTUNES, 1985).

O êxodo da população de Vilarinho da Furna, devido à construção da barragem, localiza-se entre Setembro de 1969 e Outubro de 1970. Os habitantes dispuseram assim de um ano para fazer planos, procurar novas terras, novos territórios e proceder à transferência dos seus bens móveis. Na altura do êxodo habitavam em Vilarinho da Furna 57 famílias.

As famílias que aqui residiam, ao fixarem-se noutros locais, investiram as indemnizações recebidas pela Companhia Portuguesa de Eletricidade, sobretudo na agricultura.

Segundo Reino, 2002, por toda a aldeia e respetivos terrenos de cultivo, a Companhia Portuguesa de Eletricidade pagou cerca de 20.741.697\$00., o que se traduziu em cerca de 5\$00 por metro quadrado.

“Mas, enfim, tinha chegado o momento da partida e não havia tempo a perder. Cada um procurou levar consigo tudo o que pôde. Os telhados desapareceram de dia para dia. Apenas ficaram as paredes nuas, amortalhadas num espesso manto de neve, progressivamente cobertas pelo mortífero lençol de água.” (REINO, 2002: 5).

Uma imagem da aldeia antes de ser submersa pelas águas da albufeira de Vilarinho da Furna, encontra-se na figura 9.

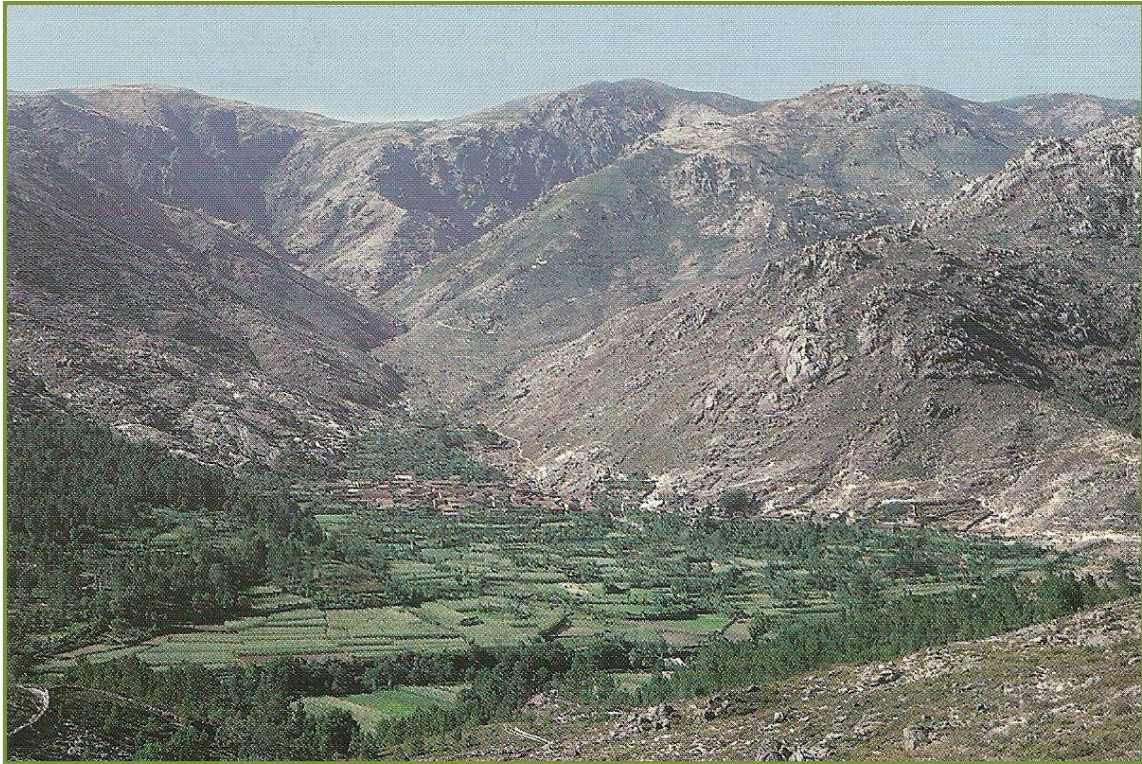


Figura 9 – Aldeia de Vilarinho da Furna, antes de ser submersa pela albufeira da Barragem.

Fonte: AFURNA, Dr. Manuel de Azevedo Antunes.



Figura 10- Artistas tentando retratar as últimas recordações em Vilarinho da Furna

(Fonte: ANTUNES, 1985:109)

A barragem de Vilarinho da Furna viria a ser inaugurada em 21 de Maio de 1972.

Nesta altura, Portugal vivia um período de ditadura com o Estado Novo e não houve preocupação alguma com o futuro da população que habitava, que dava vida a Vilarinho da Furna. Por ter

decorrido em plena ditadura do Estado Novo, e como foi anunciado na altura, a construção da barragem deu-se pelo bem da Nação. As casas na sua maioria não foram destruídas. Retiraram-se apenas algumas pedras para a construção do Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna, situado hoje em dia, na localidade de Campo de Gerês. Em relação ao cemitério, não foi trasladado, apenas alguns restos mortais foram deslocados para o cemitério de Campo de Gerês.

“Vilarinho da Furna não existe mais; não declinou por abandono dos habitantes, mas porque uma barragem a meteu debaixo da água que submergiu leiras e casas e até o cemitério situado na parte mais alta da aldeia. Nem os mortos escaparam e dos vivos ninguém cuidou; pagas as indemnizações irrisórias, cada um se amanhou como pôde, enriquecendo-se o país de eletricidade, atirando para as incertezas da vida os seus vizinhos. E, no entanto, estas aldeias comunitárias viviam numa nobre pobreza, onde os habitantes se sentiam efetivamente senhores do que cultivavam e colhiam e geriam em comum os seus interesses coletivos” (Orlando Ribeiro no prefácio, in DIAS, 1983).

Orlando Ribeiro, na citação supra apresentada, faz uma reflexão bastante interessante quando refere que a aldeia de Vilarinho da Furna desapareceu, não por deslocação voluntária da população, mas devido à construção da barragem.

As populações, obrigadas a uma deslocação forçada, instalaram-se em diversos lugares.

“Inundados os terrenos de cultivo, submersa a povoação e escasseando as terras cultiváveis nas redondezas, impôs-se a dispersão pelos concelhos de Terras de Bouro, Vieira do Minho, Amares, Vila Verde, Póvoa de Lanhoso, Braga, Guimarães, Barcelos, Ponte de Lima, Ponte da Barca e Viana do Castelo” (ANTUNES, 1985).

Vilarinho da Furna desaparece assim, com a construção da barragem que paradigmaticamente tem também o seu nome. No entanto, e porque há um grupo de cidadãos que não deixam que a aldeia comunitária desapareça do imaginário português é criado o Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna, construído com as pedras da própria aldeia, e a AFURNA, Associação dos Antigos Habitantes de Vilarinho da Furna. Está também projetado a criação de um NaturPark de Vilarinho da Furna.

“A ameaça que pairava sobre Vilarinho da Furna transformou-se num espectro de morte. A companhia construtora da barragem chegou, montou os seus arraiais e meteu mãos à obra. Esta surge progressiva e implacavelmente.

Chega o momento da fuga, e não há tempo a perder...

Cada um procura levar consigo tudo o que pode...

Os telhados desaparecem de dia para dia. Apenas ficam as paredes nuas...

A própria imagem do crucificado é transportada para a aldeia vizinha para nunca mais voltar a Vilarinho”

(ANTUNES, 1985:107).



Figura 11 – O crucifixo é levado da Igreja de Vilarinho da Furna, para uma povoação vizinha

(Fonte: ANTUNES, 1985:107)

O simbolismo do crucifixo ser deslocado também para a igreja vizinha é extremamente significativo, se tivermos em conta que grande parte dos aglomerados populacionais se desenvolveram junto à igreja.

- **A Associação AFURNA.**

Foi criada em 1985, a Associação de Antigos Habitantes de Vilarinho da Furna.

Os objetivos fundamentais da AFURNA são a conservação e valorização do património de Vilarinho da Furna, através do desenvolvimento de ações na área da cultura, ambiente, silvicultura e turismo.

Com isto pretende-se que o espírito da aldeia, bem como as pessoas que nela habitavam não caiam no esquecimento.

Hoje em dia, a associação AFURNA aposta fortemente no Museu Subaquático de Vilarinho da Furna, onde é possível 'visitar' as casas, observar as janelas e as portas, encontrando de forma constante indícios da presença humana, sobretudo detalhes da construção, como é o caso de fornos e arrecadações.

Este Museu tem ainda a particularidade de ser o primeiro Museu Subaquático da Europa.

- **O Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna – Patrimonialização da Identidade.**

Ideia inicial em 1981, conclusão e inauguração em 14 de Maio de 1989 (figuras 12 e 13), o Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna é uma criação manifestada por antigos habitantes da aldeia de Vilarinho da Furna.

O Museu deve a sua construção às pedras das casas da antiga aldeia, que revestem o seu exterior.



Figura 12 – Placa do Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna.



Figura 13 – Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna.

No primeiro piso deste Museu, que é dedicado exclusivamente a Vilarinho da Furna, é possível verificar o povoado habitacional da aldeia, a vida e a organização comunitária, as festas e romarias, o culto religioso, as lides domésticas e os 'saberes-fazer' genuínos, como o sapateiro, o carpinteiro e o artesão.

O processo de desterritorialização das populações de Vilarinho da Furna foi retratado em obras literárias (ANTUNES, 1985; DIAS, 1983 e TORGA, 1999). Mais recentemente, Gago (2010), na obra 'Rio Homem' enfatiza a fuga das populações da Guerra Civil de Espanha até à aldeia de Vilarinho da Furna. É uma narrativa que retrata a perda de referências, quer pela guerra, quer pela submersão de território que acolheu a personagem principal. Grande parte da história localiza-se junto ao rio Homem e o autor envolveu na narrativa visões de outros autores, como Jorge Dias e Miguel Torga.

2.5. BREVE REFLEXÃO ENTRE OS PROCESSOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO EM VILARINHO DA FURNA E ALDEIA DA LUZ

No decorrer do nosso percurso académico estudámos o processo de desterritorialização da aldeia da Luz provocado pela construção da barragem de Alqueva (OLIVEIRA, 2011). Propomo-nos assim, efetuar uma breve reflexão sobre estes dois processos.

O processo de desterritorialização/ reterritorialização de Vilarinho da Furna encontra-se descrito e caracterizado nesta parte do estudo. Em relação ao da aldeia da Luz, iremos caracterizá-lo de forma sumária: assim, há mais de 100 anos que se fala na necessidade da construção da barragem de Alqueva, e em 1995 através do Decreto-lei 33/95 de 11 de Fevereiro, o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva é considerado uma obra de interesse nacional e a população da Luz é informada da possível e muito provável submersão da aldeia e seus territórios.

Através da EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva é iniciada a construção de uma nova aldeia, de raiz, a 2 km da velha Luz e é dado aos residentes poder de escolha nos acabamentos das casas, e é efetuada a transladação integral do cemitério da Luz, episódio este que causou bastante consternação no seio da comunidade luzense.

A população desloca-se definitivamente para a nova Luz que é inaugurada a 19 de Novembro de 2002. No entanto, se por um lado o espaço privado, a casa, foi devidamente pensado e ponderado neste processo de reterritorialização, o mesmo não se passou com o espaço público, na medida em que a morfologia da aldeia alterou-se de forma significativa, condicionando as relações de vizinhança e as relações sociais.

Nesta nova Luz foi também esquecida a possível expansão urbana da aldeia, dado que a Luz se encontra rodeada de terrenos privados, encontrando-se como uma campânula e não possuindo mercado imobiliário. No intuito de contrariar este facto, a Junta de Freguesia adquiriu algum terreno, com lotes para construção.

Se era opinião de muitos que o processo de reterritorialização estaria completo com a construção da nova aldeia, a nosso ver, isto não acontece. E em muito se deve ao espaço simbólico. Como foi referido atrás, neste estudo, a topofilia, a nossa ligação a determinado território vai muito além da ligação ao espaço físico, passando mesmo em grande parte, pelo espaço simbólico.

A velha Luz foi destruída, pois segundo a EDIA (vide excerto de filme presente na aplicação pedagógica) foi a forma encontrada para existir de facto um corte com o passado.

Fazendo uma análise comparativa destes dois processos de desterritorialização, provocados por construção de barragens, notamos, antes de mais, que ocorreram em épocas distintas. A barragem de Vilarinho da Furna fechou as suas comportas em 1972, durante o período de ditadura do Estado Novo, e a barragem de Alqueva encerrou as comportas em 2002, num período de democracia, e tendo a União Europeia como ' pano de fundo '.

Estas 'épocas históricas', tão distintas, vão condicionar os processos de desterritorialização, como se verá seguidamente.

De facto, o Estado Novo levou a efeito um amplo programa de obras públicas, dado que para além de todos os aspetos propagandísticos, esta política visava desenvolver e melhorar as infraestruturas consideradas fundamentais para a economia nacional. As obras públicas durante o Estado Novo foram um empreendimento do Estado e um modo de evitar o desemprego em épocas de depressão ou estagnação económica (MARQUES, 2006).

A política de obras públicas durante o Estado Novo visou algumas áreas como: redes de caminho-de-ferro, construção e reparação de estradas, construção de pontes, redes telegráficas e telefónicas, construção de portos (o de Sines, por exemplo) e também obras de irrigação e de eletrificação do país.

Segundo Rosas (1992), "o maior peso da 'eletricidade, gás e água' a partir de 1950 reflete o esforço da política do Estado Novo no que respeita ao desenvolvimento da produção energética e está ligado a muitos aspetos do crescimento económico, entre eles a adaptação à 'revolução tecnológica'" (ROSAS, 1992: 340).

De facto, "construíram-se numerosas barragens, algumas monumentais e tradutoras de uma capacidade técnica excelente. Em 1974, Portugal produzia hidroelectricamente 47% de toda a sua produção energética" (MARQUES, 2006: 661).

O regime político ocorrido durante estes dois processos de desterritorialização era de facto, distinto. Se por um lado, durante a construção da barragem e posterior processo de desterritorialização das populações de Vilarinho da Furna, Portugal encontrava-se em ditadura, caracterizada, como já se viu, pela política de obras públicas, na qual ‘o bem da nação’ estava sempre presente, por outro lado, durante a finalização da construção da barragem de Alqueva e o processo de desterritorialização das populações da Luz ocorreu em democracia, acrescentando a este facto, o de Portugal estar inserido na União Europeia.

Assim, não é de estranhar que a duração do processo de desterritorialização das populações de Vilarinho da Furna tenha sido de cerca de um ano e um mês (de Setembro de 1969 a Outubro de 1970), e o processo da aldeia da Luz tenha tido a duração de dezassete anos (de 1995 a 2002). Além da duração ter sido diferente, também os contornos que envolveram os processos de desterritorialização foram distintos. O processo de desterritorialização das populações de Vilarinho da Furna está atrás descrito, e a caracterização mais exaustiva e pormenorizada do processo de desterritorialização das populações da Luz encontra-se enfatizada em Oliveira (2011).

De facto, as formas de condução do processo de desterritorialização foram diferentes. No caso do processo referente a Vilarinho da Furna as populações foram obrigadas a deslocar-se, sem orientações de técnicos e foram pagas indemnizações irrisórias. Na aldeia da Luz, o processo de desterritorialização caracterizou-se pelo facto de as populações terem sido obrigadas a deslocar-se, com orientação de técnicos e foi fornecido às populações, novas habitações, nas quais puderam escolher grande parte dos acabamentos.

Também as velhas aldeias (Vilarinho da Furna e velha Luz) tiveram ‘destinos’ diferentes. Vilarinho da Furna não foi destruída e hoje serve como ponto de atração turística, sobretudo quando a albufeira da barragem de Vilarinho da Furna se encontra a níveis mais baixos. Por outro lado, a velha aldeia da Luz foi completamente destruída e arrasada, sendo que o único ponto de referência é o pinheiro (vide aplicação pedagógica).

De facto, o processo de reterritorialização assumiu contornos totalmente diferentes. Para fazer face ao processo de desterritorialização da aldeia da Luz, construiu-se uma aldeia de raiz, mas no caso de Vilarinho da Furna, “inundados os terrenos de cultivo, submersa a povoação e escasseamento das terras cultiváveis nas redondezas impôs-se a dispersão pelos concelhos de Terras de Bouro, Vieira do Minho, Amares, Vila Verde, Póvoa de Lanhoso, Braga, Guimarães, Barcelos, Ponte de Lima, Ponte da Barca e Viana do Castelo” (ANTUNES, 1985: 43).

No que diz respeito à patrimonialização da identidade, ambos os processos de desterritorialização desencadearam a construção de espaços museológicos dedicados à memória, em Campo do Gerês, o Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna e na nova aldeia da Luz, o Museu da Luz.

Finalmente uma breve referência ao (diferente) peso dos *media* nestes processos. Se durante o processo referente a Vilarinho da Furna os *media* (de)tinham pouca importância (dado o regime político

vigente no país), no caso do processo da aldeia da Luz os *media* tiveram muita importância, sobretudo na transladação do cemitério da velha para a nova Luz.

De facto, os processos de desterritorialização das populações de Vilarinho da Furna e da aldeia da Luz assumiram contornos distintos, não só tendo em conta o regime político, social e sobretudo, económico onde ocorreram, que acabou por condicionar a forma como os processos de desterritorialização foram conduzidos, mas também a duração e as características do processo de desterritorialização, bem como o processo de reterritorialização.

No mesmo país, num espaço de 30 anos, o mesmo processo (desterritorialização, desencadeado por construção de barragens) caracterizou-se de forma tão díspar. Em comum, os processos tiveram as suas consequências humanas, como a deslocação de toda a população das aldeias (processo de desterritorialização coletivo), de forma forçada (processo de desterritorialização forçada), que obrigou à saída e à perda de vínculos que mantinham com os seus territórios (processo de desterritorialização ex-situ).

2.6. APLICAÇÃO PEDAGÓGICA DESTA TEMÁTICA

2.6.1. LITERATURA E ENSINO DA GEOGRAFIA – QUE RELAÇÃO?

“A Geografia, apoiada ou não em testemunhos literários, tem como fim descrever e, se possível, explicar as paisagens naturais e a vida humana à superfície da Terra. (...). O recurso às fontes literárias pode trazer uma real profundidade humana, longe da estreiteza estatística e económica”

CHOUPINA (2005: 31).

O uso de textos literários no ensino da Geografia é ainda muito limitado. Para justificar esta frase observe-se qualquer manual de Geografia, e chegamos rapidamente à conclusão que grande parte dos textos aí presentes são científicos, formativos e também notícias.

De facto, o texto literário pode a nosso ver servir de base e complemento para o ensino da Geografia. Já para não referir a necessidade de inculcar nos alunos o gosto pela leitura. Assim, “o uso dos textos literários, nas suas múltiplas variantes, permite ainda combater o perigo do empobrecimento

cultural e pessoal favorecido pela excessiva compartimentação/ especialização dos programas” (CHOUPINA, 2005: 22).

A utilização do texto literário como fator de enriquecimento e complemento do processo ensino-aprendizagem da Geografia, explica-se pela utilização como recurso didático de apoio ao docente na compreensão e explicação de fenómenos ou dinâmicas geográficas. A sua utilização justifica-se também como um documento histórico para compreender e analisar os aspetos geográficos do passado, potencializando uma verificação da evolução e por último, como instrumento de exploração de experiências e perspetivas subjetivas do espaço.

De facto, Choupina, 2005 defende que o texto literário é um recurso especialmente útil para o ensino da Geografia, nos diversos anos de escolaridade, alargando o conjunto de objetivos essenciais a desenvolver pelos alunos, seja a nível da literacia geográfica de base, seja a nível da cidadania responsável que as novas dinâmicas e problemáticas sociais e educativas de geografia impõem.

O texto literário no ensino da Geografia pode e deverá ser analisado tendo sempre como pilar basilar o facto da importância da visão de cada escritor, visto que o texto literário traduz a realidade e a visão do autor, acabando assim por se tratar sempre de uma visão individual e por isso subjetiva da realidade.

De facto, o uso da literatura em contexto de sala de aula, no processo de ensino-aprendizagem, pode ser visto como um fator promissor para o incremento e aprofundamento das relações entre Geografia e Literatura.

Existem na literatura portuguesa inúmeros exemplos de possíveis aplicações no ensino da Geografia. Desde as obras de Aquilino Ribeiro que tão bem traduzem as condições de acessibilidades e das vias de transporte no país, até Raul Brandão, na sua obra ‘As Ilhas Desconhecidas’, onde descreve de forma exímia a sua viagem às ilhas do arquipélago dos Açores. “A literatura portuguesa é particularmente rica em obras que permitem reconstruir Geografia dos lugares, grupos sociais, percursos, modos de ocupação do espaço, isto é, um conjunto de fenómenos que com maior ou menor expressão têm marcado a evolução e a dinâmica da sociedade portuguesa” (CRAVIDÃO, 1992: 38).

Entenda-se neste ponto a influencia que determinado território e as suas características têm na construção da identidade do Homem, e posteriores implicações no perfil do Homem escritor. De facto, o Homem é condicionado pelo território e pelas vivências, e o escritor quando transcreve para o papel sentimentos e descrições encontra-se sempre condicionado e limitado por estes fatores que contribuem para a sua identidade. Analise-se assim a Figura 14.

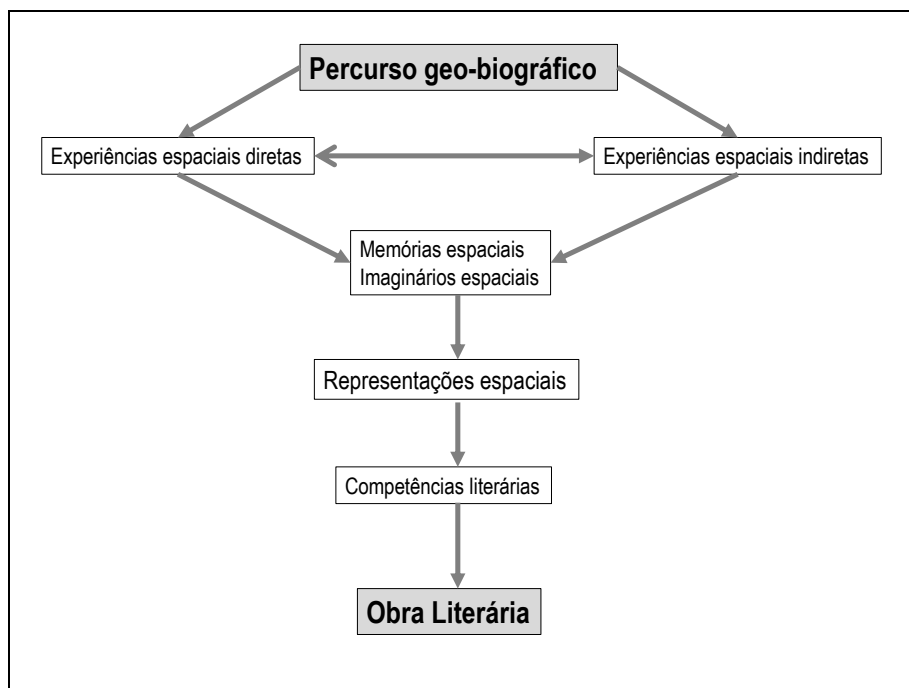


Figura 14 – Implicações do percurso geográfico do autor na literatura.

Fonte: CHOUPINA, 2005 (adaptado).

Note-se que o homem escritor é fruto da sua vivência enquanto Homem, e este tem sempre o seu percurso geo-biográfico, os lugares por onde passou, os seus territórios, os lugares com os quais estabeleceu um vínculo (topofilia) ou estabeleceu uma relação de repulsa (topofobia).

De facto, todos estes percursos, locais, sítios, levam às memórias espaciais, às memórias que cada lugar nos trouxe e também aos imaginários, pois a visão e interpretação da realidade é algo pessoal e singular e por isso, muito subjetivo.

Estas representações espaciais, juntamente com competências literárias resultam na obra literária, sendo que cada obra literária retrata a visão de cada Homem escritor, condicionado pelas suas vivências, e neste ponto, passando necessariamente por um contexto geográfico, pelos sítios, pelos territórios.

De facto a geografia e a literatura têm uma relação muito próxima, todos os textos literários decorrem em determinado território, é inconcebível que um texto literário decorra sem fazer referência ao espaço onde decorre.

2.6.2. A LITERATURA DE MIGUEL TORGA NO ENSINO DA GEOGRAFIA

Gerês, 9 de Agosto de 1974 – Quanto mais percorro o país, mais me convenço de que ainda são os poetas que melhor sabem exprimir a nossa realidade telúrica e humana”

TORGA (1977: 115).

Miguel Torga é o pseudónimo de Adolfo Correia da Rocha, nascido em São Martinho da Anta, concelho de Sabrosa, em 1907, e é um dos mais influentes e conhecido poeta e escritor português do século XX.

Médico de profissão e escritor de vocação, foram publicadas cerca de cinquenta obras de Torga ao longo de sessenta anos. Das suas obras mais conhecidas encontram-se os “*Diário*” (dezasseis no total), “*Bichos*” e “*Contos da Montanha*”.

De facto, Miguel Torga considerava-se ele próprio um geófago, alguém que precisava de ‘comer’ a terra, de a contemplar e de a descrever.

“*Gerês, 17 de Agosto de 1958 – Sou, na verdade, um geófago insaciável, necessitado diariamente de alguns quilómetros de nutrição. Devoro planícies como se engolissem bolachas de água e sal, e atiro-me às serranias como à broa da infância. É fisiológico, isto. Comer terra é uma prática velha do homem. Antes que ela o mastigue, vai mastigando-a ele. O mal, no meu caso particular, é que exagero. Empanturro-me de horizontes e de montanhas, e quase que me sinto depois uma província suplementar de Portugal*” (TORGA, 1999: 80).

De facto, a literatura de Miguel Torga está recheada de descrições e de verdadeiros e muito úteis recursos para uma aula de Geografia.

Ilustraremos este ponto do estudo com mais um exemplo concreto de utilização da literatura de Miguel Torga para uma aula de Geografia, tendo desde já a certeza, que representa uma ínfima parte do que pode ser utilizado e valorizado na prática letiva.

“*Coimbra, 28 de Julho de 1973 – Estou à beira-rio, a ver milagres. (...) O Mondego é um fio de água. E o largo areal, onde há meses corriam enchentes é um deserto doirado, percorrido por levandiscas.*” (TORGA, 1973: 108). Este excerto de Miguel Torga é um recurso precioso para explicar aos alunos como era o rio Mondego antes da construção da barragem da Aguieira e posterior regularização do caudal, podendo-se também observar a variação do caudal durante o ano. Entende-se que em Julho, data deste excerto, podemos identificar o regime hidrológico do Mondego, com as suas variações muito significativas, visto que no rio o seu caudal de estiagem, um ‘fio de água’ num ‘largo areal’, e meses atrás corriam ‘enchentes’, remetendo para o leito de cheia.

2.6.3. APLICAÇÃO PEDAGÓGICA

“Castro Laboreiro, 22 de Setembro de 1974 – Deve-se encher os olhos da mesma paisagem tantas vezes quantas forem necessárias para que ela seja dentro de nós um cenário quotidiano. Só assim cada acidente dela, animal, vegetal ou mineral, terá nos sentidos aquela morada íntima, inefável, onde de vez em quando a nossa própria alma é conviva”

TORGA (1977: 48).

Para a aplicação pedagógica desta matéria optámos pela leccionação de uma aula. A hipótese de uma visita de estudo ainda se equacionou, mas foi nosso entender que numa aula a percepção de novos conceitos, novas matérias e realidades distintas era mais significativa.

Ressalvamos que, embora estes conteúdos não estejam especificados no programa curricular de Geografia A, é da máxima significância, e até da máxima urgência que ‘novos’ conceitos geográficos como topofilia, desterritorialização, reterritorialização, sejam utilizados na leccionação das aulas.

De facto, os impactes territoriais provocados pela construção de barragens e os consequentes processos de desterritorialização/reterritorialização, relacionados com a topofilia, é uma outra visão, igualmente geográfica, da utilização da energia hidroelétrica. Aliás a nosso ver, esta visão (não uma tomada de posição) é muito mais geográfica, que a visão simplista e redutora de se tratar de uma energia renovável, verde e não poluente. A energia hidroelétrica (tal como as outras energias renováveis) tem consequências no território, no espaço geográfico, não devendo ser (como é) descuradas, dado tratar-se de um tema estritamente geográfico.

Assim no decorrer de uma aula ao 10º ano de escolaridade sobre energias renováveis que lecionei tive oportunidade de tratar as energias solar, eólica e hídrica. Por esta aplicação pedagógica se direcionar unicamente para a energia hídrica, irei descrever o que pretendi fazer. A planificação da aula, bem como o seu esquema conceptual encontram-se no **Anexos X**.

Numa primeira fase, e através de diapositivos em formato Power Point (**Anexo XI**) defini, pedindo a colaboração dos alunos, energia hídrica e barragem.

Seguidamente foram mostrados aos alunos dois cartogramas de Portugal continental, um primeiro, com a rede hidrográfica e a localização das barragens e um segundo, mapa hipsométrico. Os alunos foram questionados sobre a relação entre os dois cartogramas. Num segundo momento, retirou-se o mapa hipsométrico, e inclui-se um mapa com a quantidade total de precipitação entre 1931 e 1960, e foi pedido que relacionassem agora a localização das barragens e a distribuição da precipitação. Os alunos foram alertados para a problemática das bacias hidrográficas internacionais.

Após o entendimento, compreensão e uma breve reflexão sobre a localização das barragens em Portugal continental, iniciou-se a temática dos impactes provocados pela construção de barragens. Neste ponto surgiu um conceito novo para os alunos e logo, muitos demonstraram curiosidade sobre este novo conceito de desterritorialização.

Para explicar esta temática, inicialmente ‘chamámos’ outro conceito para este esclarecimento, o conceito de topofilia, elaborando um pequeno esquema no quadro, referindo que *topo* significa lugar e *filia*, vínculo, ligação. Os alunos anotaram este novo conceito, bem como a sua explicação no caderno diário.

O conceito de topofilia foi explicado e clarificado aos alunos, tendo como base, exemplos próximos deles, como as suas casas, os sítios onde vão, a própria escola e outros lugares. “*E se não pudessem mais ir a esses sítios, se acontecesse algo que vos impedisse de ter acesso a esses locais? Estaríamos perante processos de desterritorialização*”. A desterritorialização foi apresentada aos alunos, pela visão do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert, 2004, e foi de imediato percebido pelos alunos.

Tentámos ir mais além e na nossa opinião, fomos bem-sucedidos quando referimos os diversos fatores de desterritorialização, passando pela emigração, pela guerra, pelo desemprego, pela crise económica, pela construção de estradas, mas também por causas naturais como erupções vulcânicas, sismos, incêndios florestais e cheias. Todos estes fatores foram ilustrados com exemplos, como emigração portuguesa, a segunda Guerra Mundial (onde foi dado o exemplo do gueto de Varsóvia, para o qual se recorreu também ao filme ‘O Pianista’ de Roman Polanski, que embora não tenha sido mostrado nenhum trecho do filme, grande parte dos alunos conhecia-o, e mostrou compreender bem este conceito e todos os fatores que contribuem para ele).

Seguiu-se a análise de um texto científico, que se encontrava numa ficha formativa (presente no **Anexo XII**) e que foi fornecido aos alunos.

O texto que foi analisado é da autoria do Professor Doutor João Luís Fernandes, (FERNANDES, 2008), e refere as consequências territoriais da construção de barragens.

“A construção de barragens é um dos mais importantes meios de artificialização rápida e, na escala temporal da vida humana, irreversível, da superfície terrestre. Provocando mudanças radicais no ambiente, as barragens, sobretudo as de grande dimensão, submergem vales, alteram regimes climáticos, inundam terrenos agrícolas e florestais e podem, como ocorreu em muitos casos, submergir núcleos de povoamento com consequências diretas na desterritorialização de comunidades autóctones que, deste modo, se vêem forçadas a abandonar os respetivos territórios pessoais.”

FERNANDES, João Luís (2008): “Implantação de projetos de desenvolvimento, desterritorialização e vulnerabilidade das populações: o caso da construção de barragens” in *Cuarto Encuentro Internacional sobre Pobreza*; Encuentros Virtuales de Economía.

Os alunos leram o texto e a interpretação foi realizada sob nossa orientação, ressaltando tópicos principais. Tais como as barragens como verdadeiros agentes de mutação do território, do espaço geográfico, e como fator de desterritorialização/ reterritorialização de populações.

A leitura e interpretação de um texto científico demonstrou-se muito útil, neste caso, para a consolidação de conhecimentos e para o contacto com novos conceitos.

De seguida, iniciou-se a descrição do estudo de caso – Vilarinho da Furna e também o processo de desterritorialização da aldeia da Luz. Num primeiro ponto, os alunos tiveram contato com um mapa de Portugal continental, onde estavam localizadas as duas barragens que deram origem aos processos de desterritorialização atrás mencionados: barragem de Vilarinho da Furna e barragem de Alqueva, respetivamente.

Numa primeira fase, em que se analisou o processo de desterritorialização da aldeia da Vilarinho da Furna, aos alunos foi mostrado um cartograma e foi requerido que dessem indicações geográficas da localização desta barragem. Seguiu-se a análise de um texto projetado do Professor Doutor Manuel de Azevedo Antunes (1985) e foram fornecidas informações sobre o processo de desterritorialização, sobretudo datas. Também a observação da imagem com o crucifixo da igreja de Vilarinho da Furna a ser levado para a aldeia vizinha (Campo de Gerês) se mostrou proveitosa para que os alunos entendessem as dinâmicas desta problemática. De seguida os alunos observaram duas imagens: uma de Vilarinho da Furna antes da construção da barragem, com toda a área onde hoje está a albufeira e também o casario, e uma segunda imagem, de Vilarinho da Furna hoje em dia, onde se pode observar a albufeira e também o que resta das casas da aldeia, que quando a albufeira se encontra a níveis mais baixos, emergem.

O objetivo fulcral da observação desta imagem passou essencialmente por reforçar a noção de mutação do território.

Após esta observação projetou-se uma frase de Antunes (1985) onde se fez referência à importância da água nesta comunidade.

“Vilarinho da Furna morreu.

A água que era a vida da povoação transformou-se na sua morte.”

ANTUNES, Manuel de Azevedo (1985): *Vilarinho da Furna, uma aldeia afundada*; A Regra do Jogo, Edições; Lisboa.

Ao longo desta apresentação foi explorado o facto peculiar e particular de Vilarinho da Furna ser uma aldeia comunitária.

Seguidamente foram dadas instruções aos alunos para a leitura do texto de Miguel Torga (TORGA, 1999), presente no texto 2 da ficha presente no Anexo XII. Fez-se a leitura do texto e interpretou-se juntamente com os alunos, fornecendo informações sobre o condicionamento no acesso e

aproveitamento dos terrenos agrícolas quando se deu a formação do Parque Nacional da Peneda Gerês, salientando que era destes terrenos que esta povoação tirava sustento e depois sobre a visão de Miguel Torga sobre este processo de desterritorialização de Vilarinho da Furna, dado que se tratava da descrição de Torga decorrente da sua última visita a Vilarinho da Furna antes de ser alagada pela barragem. Os alunos foram também orientados no sentido de relacionar o texto literário com os conceitos que tinham sido adquiridos. Como por exemplo “...desenraizada no mundo...”, remetendo para o processo de desterritorialização das populações, e “...com todas as amarras cortadas...”, relacionada com a quebra da topofilia, com a desterritorialização.

“Gerês, 6 de Agosto de 1968 – derradeira visita à aldeia de Vilarinho da Furna, em vésperas de ser alagada, como tantas da região. Primeiro, o Estado, através dos Serviços Florestais, espoliou estes povos pastoris do espaço montanhês de que necessitavam para manter os rebanhos, de onde tiravam o melhor da alimentação – o leite, o queijo e a carne – e alicerçavam a economia – a lã, as crias e as peles; depois, o Superestado, o capitalismo, transformou-lhes as várzeas de cultivo em albufeiras – ponto final das suas possibilidades de vida. E assim, progressivamente, foram riscados do mapa alguns dos núcleos comunitários do país. (...). De maneira que gostava de ir de vez em quando até Vilarinho presenciar a harmonia social em pleno funcionamento, sem polícias fardados ou à paisana. Dava-me contentamento ver a lei moral a pulsar quente e consciente nos corações, e a entreada espontânea a produzir os seus frutos. Regressava de lá com um pouco mais de esperança nos outros e em mim.

Do esfacelamento interior que vai sofrer aquela gente, desenraizada no mundo, como todas as amarras afetivas cortadas, sem mortos no cemitério para chorar e lajes afeiçoadas aos pés para caminhar, já nem falo”

TORGA, Miguel (1999): *Antologia (Diário) – Extratos relativos a Terras de Bouro*; Câmara Municipal de Terras de Bouro; Terras de Bouro.

Numa segunda fase analisou-se o processo de desterritorialização da aldeia da Luz. Inicialmente, com o auxílio de um cartograma observou-se e descreveu-se a localização geográfica da barragem de Alqueva.

De seguida exemplificou-se a mutação do território com dois cartogramas, sendo que o primeiro contém apenas o curso de água do rio Guadiana antes da barragem e o segundo demonstra a área da albufeira e também a submersão da aldeia da Luz.

No sentido de reforçar este impacte, e dado que cabe à geografia estudar o espaço, apresentaram-se algumas imagens sobretudo tendo como ponto de referência o castelo de Monsaraz, concelho de Reguengos de Monsaraz, antes e após a construção da barragem, onde se verifica que de facto, o elemento água passou a ter grande expressão no território.

De facto, a imagem no ensino da Geografia reverte-se de uma importância extrema, dado possibilitar aos alunos que observem, neste caso, a mutação da paisagem.

No diapositivo seguinte analisou-se outro dos impactes territoriais da construção da barragem de Alqueva, a submersão ou transladação de património. Para isso forneceu-se aos alunos casos exemplos de casos concretos como o castelo da Lousa, concelho de Mourão e o Cromeleque do Xerês, concelho de Reguengos de Monsaraz, verdadeiros exemplos de submersão e transladação de património, respetivamente.

Seguidamente analisou-se o processo de desterritorialização da aldeia da Luz. Foi explicado de maneira sucinta as características principais do processo de desterritorialização/ reterritorialização da aldeia da Luz, o que suscitou muito interesse por parte dos alunos. Foram mostradas quatro fotografias, sendo que para as primeiras três o ponto de referência é o pinheiro que se encontra na área mais elevada da imagem. Assim, na primeira fotografia é possível observar a aldeia da Luz, em 2002, na segunda fotografia, datada de Fevereiro de 2003, já se observa a proximidade da água à aldeia. Nesta fotografia estava-se a iniciar o processo de desmantelamento da aldeia. Na terceira fotografia, de Julho de 2003, os alunos puderam observar a destruição total da aldeia e a mutação do território. Por ultimo na quarta fotografia, onde se pretendeu mostrar a aldeia da Luz nova, foi pedido aos alunos que refletissem sobretudo em dois aspetos. Primeiro, sobre a proximidade da albufeira, e segundo, em relação à planta da aldeia, ordenada.

Para ilustrar de outra maneira o processo de desterritorialização da aldeia da Luz utilizou-se um excerto do documentário “Aldeia da Luz, uma terra submersa pelas águas”, de Rodriguez, 2004 (disponível em http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=0DxgyQlwYIU).

Na análise deste recurso, os alunos foram orientados para os seguintes pontos: destruição da Igreja, população já envelhecida, transladação dos mortos, a significância do bispo de Évora, o facto de ter sido a primeira transladação de um cemitério em Portugal, a importância da nekropolis na polis, a demolição da aldeia, o facto dos grandes interesses serem fora da região, sobretudo em Reguengos de Monsaraz, os sonhos e as saudades da antiga Luz.

No entanto, os alunos foram alertados para o facto de estes impactes terem gerado outros, sobretudo no que concerne ao aproveitamento do recurso água, tão presente hoje em dia naquele território.

Numa primeira referência verificou-se que a nível da agricultura existiam impactes, dado que a partir da água da albufeira passou a ser possível ter culturas de regadio, ao invés de culturas de sequeiro, que era até aqui característico desta região do país.

Uma segunda referência passou pela inovação no turismo, com a entrada de novos atores, novos serviço e novas atividades presentes agora no território. Para exemplificar este impacte, deu-se a conhecer aos alunos o turismo fluvial em Alqueva, sobretudo a Amieira Marina, no concelho de Portel e o

Astroturismo, onde se salientou o facto desta região, através da rota Dark Sky Alqueva, ter obtido a primeira certificação mundial atribuída pela UNESCO e pela Organização Mundial de Turismo. Foram mostradas algumas imagens por forma a consolidar melhor os conhecimentos adquiridos.

Por último foi pedido aos alunos que lessem e analisassem o texto de Oliveira, 2011, texto 3 da ficha formativa, presente no Anexo XII.

“De entre as consequências territoriais da construção da barragem está a submersão da aldeia da Luz (a implicar a deslocação da população), do castelo da Lousa e de diversos territórios.

No intuito de ‘solucionar’ a problemática do processo de desterritorialização, iniciou-se a construção da nova aldeia da Luz. A nova Luz em nada se assemelha à velha Luz. Se por um lado, as condições de habitação são (regra geral) melhores, o apego, afeto e vínculo ao território (ainda) não está completo e as relações de vizinhança e de solidariedade degradaram-se.

De facto, a mudança para a nova aldeia trouxe conflitos, discussões e desconfianças à sociedade luzense, motivada pelas condições das novas casas. Também o facto da morfologia da nova Luz ter sofrido alterações veio reduzir a densidade de relações sociais.”

OLIVEIRA, Ana M. (2011): *Processos de desterritorialização e filiação ao lugar: o caso da aldeia da Luz*; Dissertação de Mestrado em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Por se tratar de um trabalho científico no âmbito da Geografia, os conceitos geográficos estavam presentes. Os alunos analisaram o processo de reterritorialização na nova Luz, e foi também debatida a alteração da morfologia da aldeia, que tanta diferença criou nas relações de vizinhança e sociais.

As análises formativa e somativa da aula realizaram-se com uma pergunta sobre os impactes decorrentes da utilização da energia hídrica e com exercícios no teste de avaliação, respetivamente.

Os exercícios contidos no teste referentes a esta matéria seguem no **Anexo XIII**.

PARTE III – TEMÁTICA CIENTÍFICA DE HISTÓRIA – A REFORMA AGRÁRIA EM PORTUGAL

A Reforma Agrária é um tema bastante complexo, e com o decorrer da leitura da bibliografia, surgiram-nos dúvidas, dado existirem opiniões verdadeiramente divergentes. No sentido de colmatar essa ‘falha’ entrevistámos pessoalmente o Professor Doutor Raúl Miguel Rosado Fernandes e o Sr. Estevão Óca, ‘representantes’ dos proprietários e dos trabalhadores agrícolas, respetivamente. Esta dicotomia de opiniões e diferentes visões e interpretações desta temática histórica mostrou-se bastante interessante. As entrevistas foram efetuadas nas respetivas residências, Lisboa e Pias, no concelho de Serpa, nos meses de Maio e Junho, do corrente ano, e notou-se nos entrevistados bastante vontade de falar sobre esta temática. A síntese das entrevistas encontra-se no **Anexo XIV**, mas procurou-se incorporá-las também no corpo de trabalho.

3.1. CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO DA REFORMA AGRÁRIA.

“Antes do 25 de Abril o Alentejo e os campos do sul de Portugal são prisioneiros do latifúndio.”
MURTEIRA, 2004: 18.

No intuito de compreender o contexto histórico, político, social e económico no qual surge a Reforma Agrária em Portugal, torna-se necessário caracterizar a estrutura agrária, nomeadamente a propriedade do solo agrícola, bem como as culturas praticadas e, não menos significativo, as condições de vida das populações, seja dos proprietários, seja dos trabalhadores agrícolas.

A Reforma Agrária teve o seu maior impacto nos três distritos que formam o Alentejo: Beja, Évora e Portalegre, embora tenha sido também aplicada em alguns concelhos dos distritos de Castelo Branco, Santarém, Lisboa, Setúbal e Faro. No entanto, neste estudo daremos especial ênfase aos distritos de Beja, Évora e Portalegre, representados na Figura 15.

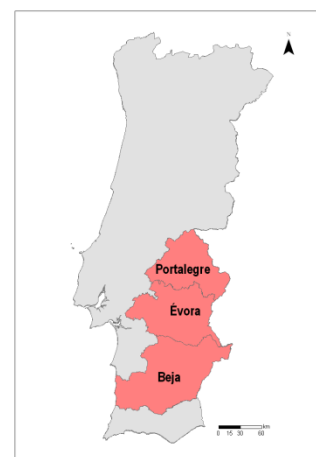


Figura 15 – Localização geográfica dos distritos de Portalegre, Évora e Beja.

A propriedade agrícola, no que concerne à sua dimensão, cultivo e características, apresentam-se distribuídas de forma bastante heterogénea em Portugal.

De facto, quando observamos, quer o tipo de povoamento predominante no território nacional (a região norte com povoamento mais disperso e a região sul com povoamento mais concentrado), quer o tipo de solo e conseqüentemente o tipo de culturas, quer as características climáticas, constata-se que as propriedades agrícolas em toda a região sul do país (sobretudo no Alentejo) têm características diferentes, tendo em conta o contexto nacional.

A dimensão média das explorações agrícolas é um fator diferenciador de toda a região do Alentejo, face ao território nacional, como se pode verificar no Quadro I.

Quadro I – Dimensão média das explorações, por distrito, em Portugal continental, em 1968.

Distritos	Área (ha)
<i>Norte</i>	
Braga	2,2
Bragança	9,9
Viana do Castelo	1,5
Vila Real	4,0
<i>Centro</i>	
Aveiro	1,7
Castelo Branco	7,8
Guarda	6,5
Viseu	2,9
<i>Sul</i>	
Beja	36,1
Évora	50,1
Portalegre	29,0
Faro	7,7
Santarém	6,3
Setúbal	16,9

Fonte: INE – Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, 1968 in FERNANDES, 1968 (adaptado).

Da análise do Quadro I verifica-se que a dimensão média das explorações agrícolas em 1968 era bastante heterogénea em Portugal continental. Era nos distritos de Évora, Beja e Portalegre que a média das áreas das propriedades agrícolas atingia valores mais significativos, 50,1 hectares, 36,1 hectares e 29,0 hectares, respetivamente. De facto esta disparidade de valores acentua-se quando comparamos a média da dimensão média das propriedades agrícolas: nos distritos do Norte é de cerca de 4,4 hectares, no Centro de 4,7 hectares e no Sul é de 24,4 hectares.

Nos distritos de Leiria e Aveiro registam-se os valores mais baixos, 1,5 e 1,7 hectares, respetivamente.

Se analisarmos, de forma mais pormenorizada, as características da estrutura fundiária nos três distritos do Alentejo, verificamos que prevaleciam as grandes propriedades. Observe-se então os Quadros II, III e IV, que representam a classificação das explorações agrícolas segundo a área.

Quadro II – Classificação das Explorações Agrícolas, segundo a sua área, no distrito de Beja, em 1968.

Área das Explorações	Número de Explorações			Área total (ha)		
	Nº	%	% acumuladas	Nº	%	% acumuladas
Menos de 1 ha	2435	11,7	11,7	1130	0,1	0,1
Entre 1 e 4 ha	6420	30,8	42,5	13220	1,8	1,9
Entre 4 e 20 ha	7750	37,2	79,7	69546	9,2	11,1
Entre 20 e 200 ha	3527	16,9	96,6	190834	25,3	36,4
Entre 200 e 500 ha	411	2,0	98,6	124649	16,5	53,0
Entre 500 e 1000 ha	175	0,8	99,4	118396	15,7	68,7
Mais de 1000 ha	117	0,6	100,0	236209	31,3	100,0
Total Distrito	20835	100		753984	100,0	

Fonte: INE – Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, 1968 in FERNANDES, 1968 (adaptado).

No Quadro II encontram-se representados os valores do número de explorações e da área total ocupada pelas explorações, que por sua vez se encontram subdivididas pela sua área, no distrito de Beja.

Em 1968 havia 7750 explorações, cuja área estava entre os 4 e 20 hectares e 6420 com áreas entre 1 e 4 hectares. Em relação às grandes propriedades existiam 175 explorações com áreas entre 500 e 1000 hectares e 117 com áreas superiores a 1000 hectares. Estas grandes explorações representavam cerca de 1,4% do total do número de explorações.

No entanto, se atendermos à área total verificamos que no escalão de áreas de exploração 'Mais de 1000 hectares, para o qual existiam 117 explorações, a área ocupada é de 236209 hectares, cerca de 31,3% da área total do distrito de Beja.

Quadro III – Classificação das Explorações Agrícolas, segundo a sua área, no distrito de Évora, em 1968.

Área das Explorações	Número de Explorações			Área total (ha)		
	Nº	%	% acumuladas	Nº	%	% acumuladas
Menos de 1 ha	2930	25,7	25,7	1195	0,2	0,2
Entre 1 e 4 ha	3580	31,4	57,0	6871	1,2	1,4
Entre 4 e 20 ha	3325	29,1	86,2	29598	5,2	6,6
Entre 20 e 200 ha	1100	9,6	95,8	61454	10,7	17,3
Entre 200 e 500 ha	204	1,8	97,6	63887	11,2	28,5
Entre 500 e 1000 ha	137	1,2	98,8	94920	16,6	45,1
Mais de 1000 ha	138	1,2	100,0	314077	54,9	100,0
Total Distrito	11414	100		572002	100,0	

Fonte: INE – Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, 1968 in FERNANDES, 1968 (adaptado).

Analisando o Quadro III verificamos que as explorações com áreas entre 1 e 4 hectares, e 4 a 20 hectares são as que existem em maior número no distrito de Évora, representando cerca de 31,4 e 29,1% do total do número de explorações, respetivamente. As explorações com áreas entre 500 e 1000 hectares e superiores a 1000 hectares são as que existem em menor número, 137 e 138, respetivamente.

No entanto, quando analisamos a área total que as explorações ocupam verificamos que as 138 explorações com área superior a 1000 hectares representam no território 314077 hectares, cerca de 54,9% da área total do distrito.

De facto, é importante verificarmos que 54,9% do território corresponde apenas a 1,2% do total de explorações.

Quadro IV – Classificação das Explorações Agrícolas, segundo a sua área, no distrito de Portalegre, em 1968.

Área das Explorações	Número de Explorações			Área total (ha)		
	Nº	%	% acumuladas	Nº	%	% acumuladas
Menos de 1 ha	4755	29,3	29,3	1823	0,4	0,4
Entre 1 e 4 ha	5525	34,1	63,4	9081	1,9	2,3
Entre 4 e 20 ha	3930	24,3	87,7	34020	7,2	9,6
Entre 20 e 200 ha	1517	9,4	97,1	87407	18,6	28,2
Entre 200 e 500 ha	242	1,5	98,6	75879	16,1	44,3
Entre 500 e 1000 ha	139	0,9	99,4	93165	19,8	64,1
Mais de 1000 ha	95	0,6	100,0	168584	35,9	100,0
Total Distrito	16203	100		469959	100,0	

Fonte: INE – Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, 1968 in FERNANDES, 1968 (adaptado).

No distrito de Portalegre registavam-se, em 1968, cerca de 5525 explorações, cuja área se situava entre 1 e 4 hectares, representando cerca de 34,1% do número de explorações. Por outro lado, registavam-se 95 explorações, cujas áreas eram superiores a 1000 hectares, cerca de 0,6% do total das explorações.

No entanto, as explorações com áreas superiores a 1000 hectares (0,6% do número total de explorações) correspondem a cerca de 35,9% da área total do distrito de Portalegre.

No entender de Barreto, “a distribuição da propriedade continuava a ser a principal fonte de clivagem social. Portugal, e muito particularmente o Alentejo, registava a mais forte concentração de terra em toda a Europa mediterrânica” (BARRETO, 1987: 65).

De facto, as propriedades no Alentejo eram de uma dimensão bastante significativa, e pertencendo a poucos proprietários. Torres (2004) justifica as grandes propriedades no sul do país com factos históricos, dado que eram grandes propriedades dadas pelos reis e príncipes, por serviços prestados: “a maioria das grandes herdades alentejanas, apesar das mutações políticas, dos interesses e

cumplicidades dos sucessivos poderes locais ou nacionais, manteve, mais ou menos, as mesmas áreas, praticou a mesma agricultura, utilizando em vez do trabalho escravo antigo, ou dos servos da gleba medievais, a contratação do trabalho sazonal vindo de outras paragens ou arrebanhado nas povoações vizinhas” (Torres, 2004: 63).

Segundo Lino de Carvalho (CORREIA, 2010: 69) a propriedade latifundiária que chegou aos nossos dias foi o resultado das expropriações que a burguesia da revolução liberal procedeu, em 1834, das terras então pertencentes aos mosteiros e ordens religiosas, bem como a múltiplas casas senhoriais, aliás, sem indemnizações e demarcações.

“A Reforma Agrária, com a ocupação do imenso latifúndio, teve um efeito muito mais profundo nas relações de propriedade e no simbolismo que representa a terra. Mesmo não estando já nos tempos dos servos da gleba, a verdade é que a posse da terra é também posse do território, que é finito” (CARVALHO, 2004: 15).

De facto, “antes da revolução do 25 de Abril e da Reforma Agrária, a vida na região do latifúndio é marcada por três classes principais. (...). Os latifundiários, grandes empresários agrícolas capitalistas e fundações, representando apenas 2,3% da população ativa rural, detêm 2.200.000 hectares, 68,7% do total das terras; os pequenos e médios agricultores, representando 14% da população ativa, com cerca de 1 milhão de hectares, 31,2% da terra; e os assalariados agrícolas 83,6% da população ativa, sem terra nem outros meios de produção, sem trabalho certo, explorados e vivendo na miséria” (MURTEIRA, 2004: 17). O latifundismo era de facto uma característica de quase toda a área do Alentejo. Caracterizado como um sistema de agricultura fortemente concentrado, que se conjugava com a ausência de alternativas fora da agricultura, de uma população desprovida de terra ou dispo de terra insuficiente. (Barros in CARMO, 2004: 145).

Segundo Baptista (1993), em 1968, as explorações com mais de 500 hectares de área total englobavam 57% da área de todas as explorações e eram apenas 2% em número, valores que, como já vimos se aproximam muito dos encontrados nos distritos de Beja, Évora e Portalegre.

Interessa neste ponto caracterizar a atividade agrícola nestes distritos. No entanto, devemos ter em atenção que, no que concerne aos solos, à sua fertilidade e aptidão, a qualidade média dos solos no Alentejo é medíocre. Note-se que apenas 31% dos solos se classificam como excelentes, bons e médios. Os restantes 69% caracterizam-se como medíocres ou impróprios para a agricultura (Barreto, 1988).

De facto, Rosa (1977) caracteriza a agricultura portuguesa antes de 25 de Abril de 1974, como: elevada concentração de propriedade na agricultura (facto que já foi possível comprovar), elevado número de rendeiros, baixíssimo nível de investimento na agricultura portuguesa, estagnação da produção agrícola, elevadíssimas importações de produtos agrícolas, diminuta contribuição da agricultura para o Produto Interno Bruto, terras abandonadas ou subaproveitadas e baixíssimas remunerações pagas na agricultura.

Como se pode constatar em Piçarra, 2009, a realidade não era assim tão linear. Piçarra apresenta-nos valores da população agrícola nos distritos de Beja, Évora e Portalegre, como se pode verificar no Figura 16.

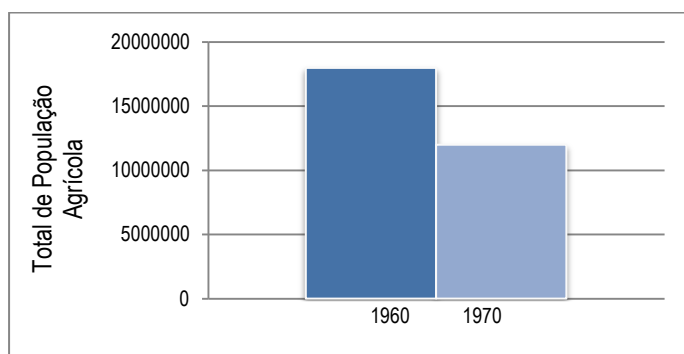


Figura 16 – População Agrícola, nos distritos de Beja, Évora e Portalegre, nos anos censitários de 1960 e 1970.

Fonte: Piçarra, 2009 (Adaptado).

Da análise da Figura 16 verifica-se que a população agrícola diminuiu entre os anos censitários de 1960 e 1970. Este facto deve-se em muito ao êxodo rural das populações, que se deslocaram na sua grande maioria para áreas junto a Lisboa e também para o Algarve, sobretudo para o setor da construção civil.

De facto, este processo de êxodo rural e consequente diminuição da população agrícola significou menos mão-de-obra para a atividade agrícola, mas também uma subida dos salários. No entanto, segundo Piçarra (2009) estes factos conjugados contribuíram para uma aceleração da decadência da economia de latifúndio.

Também a mecanização da agricultura contribuiu para que cada vez mais a necessidade de mão-de-obra agrícola fosse diminuindo. Observe-se a Figura 17, que representa a evolução entre 1960 e 1970 do número de tratores e de ceifeiras-debulhadoras.

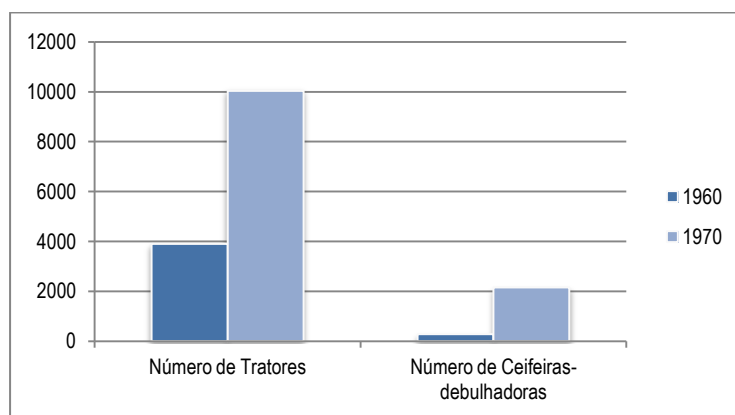


Figura 17 – Mecanização da Produção Agrícola – número de tratores e de ceifeiras-debulhadoras, nos distritos de Beja, Évora e Portalegre, nos anos censitários de 1960 e 1970.

Fonte: Piçarra, 2009 (Adaptado).

De facto, a estrutura social nos *Campos do Sul* (denominaremos Campos do Sul, as estruturas fundiárias localizadas nos distritos de Beja, Évora e Portalegre) era caracterizada por homens e parte das mulheres que viviam nas aldeias e trabalhavam nas herdades próximas e envolventes. O trabalho não era permanente para a maior parte dos aldeãos, dado que existiam momentos de grande intensidade (como as ceifas e as mondas) e largos meses de inatividade e de desemprego, nos quais não existiam quaisquer alternativas de trabalho.

Segundo Barreto (1987), os proprietários fundiários do Sul pertencem, uns a antigas aristocracias, e outros, a maioria, são de origem recente, a partir de meados do século XIX. Estes proprietários representando um poder certo, constituíam um grupo de pressão, dado que possuíam alguma fortuna e instrução, encontravam-se próximos de Lisboa e dos grandes centros de decisão e por isso tinham entrada facilitada nos corredores do poder. Aliás, a maioria dos proprietários tinha outras profissões e outras fontes de rendimento, nomeadamente, na finança, indústria e comércio. De facto, era socialmente bem aceite ter residência em Lisboa, familiares a trabalhar na capital e filhos a fazerem lá os seus estudos. “A classe dos proprietários alentejanos, cuja maioria não era certamente composta de ociosos que apenas viviam de rendimentos, pertencia pouco ao Alentejo” (BARRETO, 1987: 67).

De facto, a maioria dos proprietários, latifundiários ou empresários não residiam nas explorações agrícolas, nos ‘montes’, mas sim, nas vilas e cidades. Barreto (1987) refere ainda que um número representativo vivia em Lisboa e fazia visitas esporádicas às propriedades agrícolas, onde existiam ‘feitores’ e ‘encarregados’ que tratavam da gestão quotidiana e detinham o saber técnico.

No entanto, o estado de desenvolvimento e de aproveitamento das explorações era bastante desequilibrado, heterogéneo. Havia explorações muito bem cultivadas e aproveitadas e outras francamente subaproveitadas. Umhas que utilizavam técnicas mais modernas e outras utilizando métodos mais antigos.

A dependência da população ativa na atividade agrícola é uma problemática que levanta bastante controvérsia. Se por um lado, existem relatos de casos de desemprego, por outro, existem depoimentos que referem a necessidade de virem trabalhadores do norte do país, para a apanha da azeitona, por exemplo, dado não existirem trabalhadores: “Não havia desemprego, nem havia mão-de-obra. Os ranchos que vinham para a apanha da azeitona, tinham de vir de fora (sobretudo do Norte)”, nas palavras do Professor Doutor Rosado Fernandes, no entanto, segundo o Sr. Estevão Óca: “Havia desemprego. Os ordenados eram baixos. Existia a praça de jorna, e ao dia, à jorna, os trabalhadores ganhavam cerca de 20 a 30\$.”.

Segundo testemunhos de Palma Cano (BARRETO, 1987a: 346), “antes do 25 de Abril, por exemplo no Verão de 73, quando nós (proprietários agrícolas) precisávamos de pessoal no Verão para carregar os sacos e os fardos, tínhamos muita dificuldade e tínhamos já de lhes pagar muitíssimo bem. Porque a construção civil, no Algarve, absorvia toda a mão-de-obra disponível no Alentejo (...). E era

quase moda eles (trabalhadores agrícolas) emigrarem uns para a Alemanha, outros para a Suíça, outros para a França”

No intuito de esclarecer, se efetivamente existiriam casos de desemprego, e com o auxílio dos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), apresentam-se os quadros V a VII, que representam os números absolutos de população residente, população ativa, população empregada e população desempregada e as respetivas taxas, de atividade e de desemprego.

Outro ponto importante e a ter em conta é que muitos dos trabalhos agrícolas caracterizam-se pela sua sazonalidade, e de facto, os dados do INE podem traduzir uma realidade que pode não corresponder à efetiva realidade, todo o ano.

Quadro V – Populações residente, ativa, empregada e desempregada, e taxas de atividade e de desemprego, nos distritos de Beja, Évora e Portalegre, em 1960.

	1960					
	População Residente	População Ativa	População empregada	População desempregada	Taxa de Atividade (%)	Taxa de Desemprego (%)
Beja	276895	228395	109058	3593	82,5	1,6
Évora	219916	185483	87237	1629	84,3	0,9
Portalegre	188482	159792	75089	1582	84,8	1,0
Campos do Sul	685293	573670	271384	6804	83,7	1,2
Portugal	7136837	6387350	3315639	82126	89,5	1,3

Fonte: INE (1960).

Antes de iniciar a análise do Quadro V importa definir os conceitos presentes. Assim, população ativa é o conjunto de indivíduos, com idade mínima de 10 anos (neste ano censitário a partir do recenseamento de 1970 a idade mínima é de 15 anos), que é mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços. Considera-se população ativa a população empregada e desempregada. População empregada é o conjunto de indivíduos que desempenham uma atividade económica, que exerce uma profissão. Por outro lado, os indivíduos que, embora estejam aptos para desempenhar uma atividade, não exercem nenhuma profissão, são a população desempregada.

Relativamente aos valores relativos apresentados no Quadro, a taxa de atividade calcula-se pela razão entre o valor da população ativa e o valor da população residente * 100, isto é, permite definir o peso da população ativa sobre o total da população, e a taxa de desemprego calcula-se pela razão entre os valores da população desempregada e da população ativa * 100. A taxa de desemprego permite assim, definir o peso da população desempregada sobre o valor total da população ativa.

De facto, analisando o Quadro V, verificamos que as taxas de atividade nos três distritos de Beja, Évora e Portalegre (cerca de 84%), são inferiores à média nacional, que é de cerca de 89,5%. Além disso, a população empregada nos distritos dos Campos do Sul é sempre inferior à metade da população ativa, no entanto, quando observamos a taxa de desemprego nota-se que apenas o valor do distrito de

Beja é superior à média nacional, sendo que Évora (0,9%) e Portalegre (1%) são distritos onde a taxa de desemprego em 1960 era inferior a 1,3%, valor da média nacional.

No entanto, e fazendo mais uma vez referência à sazonalidade do trabalho agrícola, os valores apresentados de taxa de desemprego são bastante residuais.

Quadro VI – Populações residente, ativa, empregada e desempregada, e taxas de atividade e de desemprego, nos distritos de Beja, Évora e Portalegre, em 1970.

	1970					
	População Residente	População Ativa	População empregada	População desempregada	Taxa de Atividade (%)	Taxa de Desemprego (%)
Beja	205179	101005	63545	2695	49,2	2,7
Évora	179744	86695	55400	1210	48,2	1,4
Portalegre	146668	70255	45585	1175	47,9	1,7
Campos do Sul	531591	257955	164530	5080	48,5	2,0
Portugal	8663252	4183022	3828241	285449	48,3	6,8

Fonte: INE (1970).

No Quadro VI encontram-se representados os valores de população residente, população ativa, desempregada e empregada e as respetivas taxas de atividade e desemprego, em 1970. No entanto, saliente-se que o recenseamento da população e habitação, de 1970, foi elaborado por estimativa a 20%, sendo por isso valores que deverão ser sempre analisados tendo em conta este facto.

De qualquer forma, as taxas de atividade diminuíram de forma considerável, passando de cerca de 84%, nos distritos dos Campos do Sul, para 48,5%, salvaguardando o facto de ter mudado o método de cálculo.

Um indicador bastante importante e controverso é o desemprego. Ora, em 1970, segundo o Recenseamento a taxa de desemprego dos distritos dos Campos do Sul era muito inferior comparada com a média nacional. Veja-se que Portugal apresentava uma taxa de desemprego de 6,8%, enquanto que o distrito de Beja 2,7%, Évora 1,4% e Portalegre 1,7%. Mais uma vez, se chama a atenção para a sazonalidade do trabalho agrícola.

Segundo Barreto (1987), a população ativa, em 1970, era fortemente dependente da atividade agrícola. A população empregada, neste ano censitário, nos *Campos do Sul* por setor de atividade, distribuía-se da seguinte forma, 40% empregues no setor primário, 28% no setor secundário e 32% no setor terciário. De facto, uma grande parte da população estava empregada no setor primário, sobretudo na atividade agrícola. Quando refletimos sobre os valores da população ativa agrícola verificamos que no distrito de Beja representa cerca de 62%, Évora 49% e em Portalegre 57%. Estes dados deixam antever que existia uma forte preponderância rural em toda esta área.

Quadro VII – Populações residente, ativa, empregada e desempregada, e taxas de atividade e de desemprego, nos distritos de Beja, Évora e Portalegre, em 1981.

	1981					
	População Residente	População Ativa	População empregada	População desempregada	Taxa de Atividade (%)	Taxa de Desemprego (%)
Beja	188420	73599	62423	10018	39,1	13,6
Évora	180277	78908	69894	7529	43,8	9,5
Portalegre	142905	57397	49990	6074	40,2	10,6
Campos do Sul	511602	209904	182307	23621	41,0	11,3
Portugal	9867147	4183022	3828240	285523	42,4	6,8

Fonte: INE (1981).

Analisando o Quadro VII, verificamos que a taxa de atividade nos distritos de Beja, Évora e Portalegre diminuiu, sendo, em 1981, 39,1%, 43,8% e 40,2%, respetivamente. No entanto, aumentou também o valor da taxa de desemprego, sendo que em 1981, se situava em 13,6% (distrito de Beja), 9,5% (distrito de Évora) e 10,6% (distrito de Portalegre).

Para terminar esta contextualização territorial, agrícola, social e demográfica dos Campos do Sul, nas décadas de 1960 a 1980, observe-se o Figura 18, que representa a evolução da população residente nos distritos de Beja, Évora e Portalegre, desde o ano censitário de 1940.

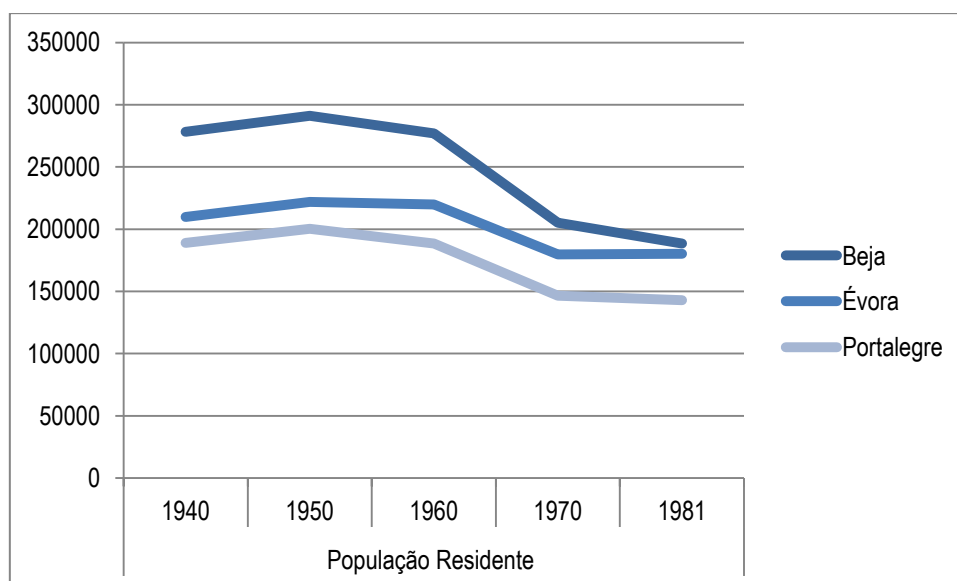


Figura 18 – Evolução da População Residente nos distritos de Beja, Évora e Portalegre, de 1940 a 1981.

Fonte: INE.

Na análise da Figura 18 verifica-se que os três distritos dos Campos do Sul perderam população, de 1940 a 1981.

De facto entre 1940 e 1981 a variação é negativa em todos os distritos apresentados, apesar de um ligeiro aumento entre 1940 e 1950, sendo que entre estes anos censitários, o distrito de Beja perdeu

cerca de 32,3% da sua população, Évora 14,1% e Portalegre cerca de 24,4%. No entanto, é possível observar que a diminuição é mais significativa entre os anos censitários de 1960 e 1970.

Estas diminuições tão significativas poderão estar, e estarão certamente, relacionadas com o êxodo rural, mas também, por certo, com as dinâmicas demográficas do país, como sejam a concentração de população na faixa litoral, sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, a emigração, o envelhecimento da população nestas áreas, e também problemas sociais, como o desemprego, a busca de melhores condições de vida, levando por este meio à saída das populações destas áreas.

3.2. REFORMA AGRÁRIA – CONTORNOS E CARACTERIZAÇÃO.

*“Estamos a viver um momento histórico nos campos do Sul.
Pelas mãos dos trabalhadores,
a Reforma Agrária deu os primeiros passos.”
Cunhal (1975) in MURTEIRA, 2004: 115.*

- **Breve reflexão em torno do conceito de Reforma Agrária.**

São vários os autores que se têm debruçado sobre a problemática da Reforma Agrária em Portugal. No entanto, grande parte não faz uma reflexão sobre este conceito. Afinal o que é a Reforma Agrária? Em que consiste? Quais os seus objetivos?

São estas questões que justificam a presença desta reflexão sobre o conceito de Reforma Agrária.

Para Michel Gutelman (in BARROS, 1979) a reforma agrária consiste pelo menos, numa ocupação de terra apropriada por uma ou várias classes sociais e na sua transferência para outra ou várias outras classes sociais.

De facto, e como poderemos ver, de seguida, a Reforma Agrária tem como ponto comum em todas as suas interpretações e explicações, a transferência da posse e/ou da propriedade da terra entre duas ou mais classes sociais.

Segundo Henrique de Barros (in BARROS, 1979) as modificações introduzidas na repartição da terra, com intuitos de igualdade, quer respeitem, ou não, o princípio da propriedade privada, fazem parte da Reforma Agrária. No entanto, num sentido mais restrito, Reforma Agrária caracteriza-se por aqueles atos que visem modificar a repartição da propriedade fundiária entre os habitantes de certo país ou

região. Estes atos tinham como intenção, antes de mais, a fragmentação das grandes explorações agrícolas, e conseqüentemente, a criação de novas explorações agrícolas por conta própria, em muito maior número, e com muito menores dimensões que as anteriores. Em outros casos, propõe-se substituir as grandes explorações agrícolas por médias e grandes unidades de exploração de tipo cooperativo ou de tipo público.

As duas 'definições' de Reforma Agrária presentes têm em comum o facto de esta pressupor a alteração na repartição do rendimento social-agrícola, a favor de classes menos favorecidas.

De facto, ao conceito de Reforma Agrária está implícita a transferência de terra, pelo menos no que à sua posse diz respeito, sendo que a terra é o elemento imprescindível da atividade agrícola.

No entanto, a transferência de terra não é suficiente para que a Reforma Agrária se implante, consolide e exista num determinado território.

De facto, a efetiva e completa transformação das relações de produção na agricultura (objetivo primordial da Reforma Agrária) só se atingirá caso se concretizem alterações ao nível de toda a estrutura social, no sentido de tornar possíveis as condições indispensáveis para que se ergam na terra transferida de uma classe para outra, novas formas de organização da atividade agrícola, novas e diferentes relações de produção e outros sistemas de agricultura.

- **Reforma Agrária em Portugal – as Características.**

Para António Barreto (in CORREIA, 2010: 69) a Reforma Agrária ocorrida em Portugal foi puramente revolucionária, estatal, de carácter coletivista, organizada e preparada pelos dirigentes comunistas, pelos sindicatos de obediência comunista e pelos militares revolucionários. Para Barreto, o objetivo era o de abolir a propriedade e iniciativa privadas. De facto, os modelos de exploração agrícola eram os conhecidos na União Soviética e outros países, onde a decadência da agricultura estatal tinha sido total.

Para Borges Coelho (2004), a Reforma Agrária foi uma exceção na história portuguesa, devido sobretudo ao movimento ter partido de baixo, dos assalariados rurais e alguns pequenos camponeses: "O facto de os sindicatos, o PCP e outras organizações de esquerda terem dirigido o movimento não lhe retira esse significado (...)" (COELHO, 2004: 79). Opinião semelhante tem Piçarra (2009), que defende que as movimentações sociais ocorridas nos campos do Sul foram "o corolário natural, dado o contexto político-social em que se vivia, de luta dos trabalhadores temporários pelo pleno emprego" (PIÇARRA, 2009: 14).

“A ligação entre o PCP e os trabalhadores rurais era uma ligação total. Só os agrários e meia dúzia que trabalhavam junto dos agrários é que não eram comunistas”, nas palavras do Sr. Estevão Óca.

De facto a questão agrária foi uma constante preocupação do PCP. Note-se que em 1923, nos dias 10, 11 e 12 de Novembro teve lugar o 1º Congresso do PCP e uma das conclusões foi que “toda a grande propriedade rústica, pertencente a particulares, bem como os seus imóveis, gados, máquinas e ferramentas da grande lavoura, são integralmente nacionalizados” (PCP, 1923 in CARVALHO, 2004: 22).

À data da revolução de Abril, um dos objetivos para a revolução democrática e nacional presente no Programa do PCP, aprovado no VI Congresso, é “realizar a Reforma Agrária entregando a terra a quem a trabalha”, através de medidas como “expropriação de latifúndios e das grandes explorações agrícolas capitalistas, cujas dimensões para os efeitos de expropriação serão determinadas por lei, tendo em conta a natureza do terreno, os tipos de cultura, o valor do produto e o peso relativo das várias camadas do campesinato em cada região” (Programa do PCP, Maio de 1974 in CARVALHO, 2004: 24). Aliás, na opinião de Lino de Carvalho (CARVALHO, 2004) o Decreto-lei nº 406-A/75 de 29 de Julho, conhecido também como o Decreto-lei da Reforma Agrária, expressa bem a influência do PCP na elaboração deste diploma legal.

No entanto, segundo CARVALHO (2004) também o PS defendia uma Reforma Agrária com extinção dos latifúndios, beneficiando de forte apoio do Estado, com associações cooperativas. “Nas regiões do latifúndio o objetivo fundamental da Reforma Agrária será transmitir a posse útil da terra para aqueles que a trabalham, através da expropriação das grandes propriedades agrícolas e da sua entrega, ou a agricultores individuais ou a cooperativas de trabalhadores rurais” (Declaração de Princípios, Programa e Estatutos do PS, 1974 in CARVALHO, 2004: 25).

Segundo Murteira (in Coelho, 2004) os objetivos centrais da Reforma Agrária foram: liquidar o subsistema latifundista (que em sua opinião, era parte integrante da ditadura e responsável pelo isolamento e miséria nos campos do Sul), entregar a terra a quem a trabalha, desenvolver a agricultura, a agro-indústria e o mundo rural e criar emprego e melhorar as condições de vida dos trabalhadores e das populações.

Para Oliveira Baptista (2009) a Reforma Agrária apareceu para os trabalhadores agrícolas como uma oportunidade para conseguirem trabalho, e como uma via para uma nova ordem que afastasse da ideia os tempos de miséria e de repressão, que haviam marcado o passado do Alentejo.

Para Barros (1979) a Reforma Agrária deve ser vista como um fenómeno sobretudo de natureza coletivista. Este coletivismo traduziu-se não só em evitar a divisão das explorações agrícolas ocupadas, como em favorecer o redimensionamento das unidades produtivas no sentido de lhes dar maior dimensão económica e social.

Por último, segundo Piçarra (2009) a revolução popular que se desenvolveu depois do golpe militar de 25 de Abril de 1974 trouxe profundas alterações nas estruturas económica, social e política do

país, dado que se passou de forma rápida de uma situação de ditadura para uma situação caracterizada por uma ampla liberdade, que foi conquistada pelo povo, na rua, através da sua luta.

De facto, tal como aconteceu no resto do país, também nos campos do Sul ocorreram alterações económicas e sociais muito significativas.

Murteira (2004) e Piçarra (2009) apelidam mesmo a Reforma Agrária como uma '*Revolução dentro de outra Revolução*'.

- **Reforma Agrária em Portugal – o Processo.**

A Reforma Agrária que Portugal conheceu foi bastante limitada no espaço, na denominada Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA), na qual estão abrangidos, segundo a lei: a totalidade dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal, os concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão (distrito de Castelo Branco, os concelhos de Abrantes, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Constância, Coruche, Entroncamento, Golegã, Salvaterra de Magos e Vila Nova da Barquinha (distrito de Santarém) e os concelhos de Vila Franca de Xira e Azambuja (no distrito de Lisboa). A ZIRA englobava também algumas freguesias do distrito de Faro, limítrofes espacialmente com o distrito de Beja. Na figura 19 encontra-se um cartograma representativo da localização geográfica da ZIRA.

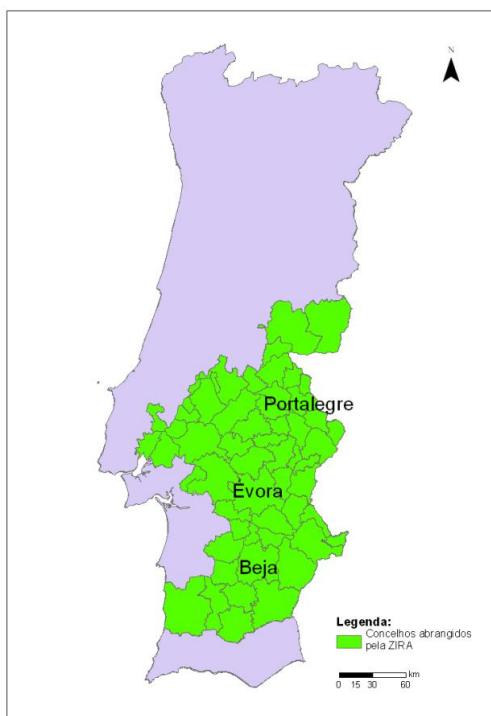


Figura 19 – Localização geográfica dos concelhos pertencentes à ZIRA.

Para Barros (1979) toda esta área se caracteriza por ser uma região atrasada e deprimida, com uma expressão muito reduzida de atividades industriais e onde predomina uma agricultura extensiva de sequeiro, num quadro de acentuadíssima concentração da terra, dos meios de produção e da força de trabalho. Tudo isto configurado, no que este autor denomina ‘capitalismo latifundiário’. Barros (1979) caracteriza este capitalismo latifundiário com a contradição existente, que opõe os trabalhadores rurais a uma classe denominada por burguesia latifundiária.

Localizada espacialmente a área com maior relevância nacional na temática da Reforma Agrária, importa agora contextualizá-la no tempo. De facto, após o 25 de Abril de 1974, Portugal vive um período de ‘êxtase’ com o final do período da ditadura. Segundo Baptista (1978), a partir da revolução de Abril, os agrários viram declinar o seu reinado, “quer por retração económica, quer não cumprindo os contratos de trabalho, quer ainda através de formas de pressão política e de terrorismo” (Baptista, 1978: 12).

Após a Revolução e até 1976 Portugal conhece seis governos provisórios, sendo bastante importante a sua ligação com a Reforma Agrária. No quadro VIII encontra-se esquematizado um esboço da duração e dos governantes dos seis governos provisórios e também do I Governo Constitucional.

Quadro VIII – Governos Provisórios e I Governo Constitucional de Portugal – principais características.

I Governo Provisório de Portugal	De 16 Maio 1974 a 18 Julho 1974	<i>Primeiro Ministro:</i> Adelino da Palma Carlos	<i>Secretário de Estado da Agricultura:</i> Alfredo Esteves Belo
II Governo Provisório de Portugal	De 18 Julho 1974 a 30 Setembro 1974	<i>Primeiro Ministro:</i> Vasco Gonçalves	<i>Secretário de Estado da Agricultura:</i> Alfredo Esteves Belo
III Governo Provisório de Portugal	De 30 Setembro 1974 a 26 Março 1975	<i>Primeiro Ministro:</i> Vasco Gonçalves	<i>Secretário de Estado da Agricultura:</i> Alfredo Esteves Belo
IV Governo Provisório de Portugal	De 26 Março 1975 a 8 Agosto 1975	<i>Primeiro Ministro:</i> Vasco Gonçalves	<i>Ministro da Agricultura e Pescas:</i> Fernando Oliveira Batista
V Governo Provisório de Portugal	De 8 Agosto 1975 a 19 Setembro 1975	<i>Primeiro Ministro:</i> Vasco Gonçalves	<i>Ministro da Agricultura e Pescas:</i> Fernando Oliveira Batista
VI Governo Provisório de Portugal	De 19 Setembro 1975 a 23 Julho 1976	<i>Primeiro Ministro:</i> Pinheiro de Azevedo	<i>Ministro da Agricultura e Pescas:</i> António Lopes Cardoso
I Governo Constitucional de Portugal	De 23 Setembro 1976 a 23 Janeiro 1978	<i>Primeiro Ministro:</i> Mário Soares	<i>Ministro da Agricultura e Pescas:</i> António Barreto

De facto, este contentamento pela ‘liberdade’ é visível na comemoração do 1º de Maio, com enormes manifestações que se realizaram um pouco por todo o país. Também no Alentejo, as populações saíram à rua nas capitais de distrito e também em algumas sedes de concelho.

No dia 16 de Maio de 1974 toma posse o 1º Governo Provisório, chefiado por Adelino da Palma Carlos. Todas as temáticas agrícolas concentravam-se numa Secretaria de Estado, estando à frente desta, Alfredo Esteves Belo.

É também por estes anos que os partidos políticos, tanto de esquerda como de direita (PPD, MDP/CDE, PS e PCP – Partido Popular Democrático, Movimento Democrático Português/ Comissão Democrática Eleitoral, Partido Socialista e Partido Comunista Português, respetivamente) iniciam o seu

processo de implantação na região do Alentejo, com a realização de vários comícios, que ocorreram durante o Verão.

Ainda no mês de Maio de 1974 é criada a ALA (Associação Livre de Agricultores), que elaborou um 'Programa para uma Reestruturação Agrícola'. A primeira comissão distrital de Beja da ALA, que data de 21 de Maio de 1974 era composta por: Raul Miguel Rosado Fernandes, José Rodrigues Palma Júnior e Henrique de Mira Coroa. Caracterizada por Piçarra (2009), como um conjunto de elementos capitalistas da aristocracia agrária, a ALA teve uma grande importância no território.

Rosado Fernandes, 1974 (in FERNANDES, 2006) refere que a ALA surge num contexto de necessidade de associar agricultores (pequenos, médios e grandes), sendo que só eram admitidos membros homens que dirigiam as suas empresas agrícolas, como proprietários, ou como rendeiros. A ALA que teve o seu primeiro contexto territorial no distrito de Beja, rapidamente teve adesões nos distritos de Faro, Évora, Portalegre, castelo Branco e Santarém. Assumia-se como uma associação apartidária, pois defendia que a economia agrícola não deveria obedecer a nenhuma política de nenhum partido.

De facto, Rosado Fernandes, 1974 (in FERNANDES, 2006) questiona como pode ser dito que existam no Alentejo terras mal exploradas, se não existem números que o comprovem. Não existia sequer um cadastro bem realizado, nem números, estatísticas e fichas de exploração, que permitissem avaliar quais os números absoluto e relativo de terras mal exploradas, ou mesmo não exploradas, existentes no país.

O problema, na visão de Rosado Fernandes, em 1974, e nos dias de hoje também, é a inexistência de um planeamento agrícola. De facto, existia um problema na agricultura portuguesa, que se traduz na indefinição acerca do que produzir. Até 1974, Rosado Fernandes defende que se diz o que não se deve produzir, mas nenhum agricultor é incitado a investir em novas produções, com maior saída no mercado. É necessário produzir em maior quantidade, mas essa produção tem de ser controlada. Fernandes defende ainda a necessidade de fomentar a investigação científica na agricultura, passando, por exemplo, por experimentações em explorações piloto para que se torne possível uma ideia clara sobre como economicamente agir em matérias agrícolas. Fernandes defende ainda que esta experimentação compete ao Estado e não a entidades particulares.

Mas se por um lado os proprietários agrícolas e agricultores se associaram, também os trabalhadores agrícolas decidiram, no dia 2 de Junho de 1974 constituir o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito de Beja: "as questões em torno do salário e, principalmente, do trabalho, eram claramente centrais quer no seu processo de formação como na sua atuação" (MADEIRA, 2004: 131). Posteriormente a esta data, formam-se também os Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas do distrito de Évora e Portalegre.

Os principais dirigentes do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas do distrito de Beja são: Manuel Godinho Tagarroso, Francisco da Ascensão Baptista e José Baptista Mestre Soeiro.

Segundo Barreto (1987) o PCP orienta grande parte dos seus esforços para a organização sindical e socioprofissional dos trabalhadores rurais e dos pequenos agricultores. Em Maio de 1974 existiam já várias comissões 'pró-sindicato'. De facto, a grande maioria dos quadros sindicais é constituída por comunistas. Barreto justifica este facto dado que o PCP era o partido que oferecia a imagem de ser o que mais depressa e de forma mais ativa se preocupa com os assalariados agrícolas e com os agricultores, de modo diferenciado.

Ainda no início do mês de Junho de 1974 constitui-se a Liga dos Pequenos Agricultores do distrito de Beja. Seguidamente constituem-se nos distritos de Évora e Portalegre. O primeiro secretariado da Liga dos Pequenos Agricultores era constituída por: Joaquim António Penéque, António Francisco Baptista e Bento Luís Carlos (Piçarra, 2009).

De facto, as associações constituídas, quer do lado dos proprietários agrícolas, quer dos trabalhadores agrícolas, quer ainda dos pequenos agricultores tiveram o seu início no distrito de Beja.

Segundo Piçarra (2009) os sindicatos de trabalhadores agrícolas iniciam um processo de negociações com a ALA, pretendendo melhores condições de trabalho, aumentos salariais e garantia de emprego. No decurso das negociações das primeiras convenções de trabalho rural, e das negociações dos primeiros contratos coletivos de trabalho à escala distrital, a principal divergência que opunha assalariados rurais a empresários e proprietários agrícolas, além do montante do salário, era também a garantia do emprego. De facto, a garantia do emprego vai ser o grande 'mote' para a Reforma Agrária.

Johner e Witmajer (1980) referem que as reações dos grandes proprietários á formação dos sindicatos dos trabalhadores agrícolas foram: deixaram as colheitas nos campos, tentaram passar as máquinas e o gado para Espanha e deixaram de pagar salários. Rosa (1977) afirma que é necessário ter presente a estrutura da propriedade agrícola para compreender a reação dos trabalhadores e dos proprietários, face à Revolução, e as medidas tomadas pelos diferentes governos provisórios e pelo governo constitucional, de 1977.

Segundo Rosa (1977), na agricultura, os grandes proprietários foram os mais prejudicados, com a queda do 'fascismo'. Assim, em muitos lugares, os grandes proprietários não faziam nem colheitas, nem sementeiras, vendiam gado para Espanha, matavam crias, deixavam gado morrer à fome, não davam trabalho aos operários agrícolas, não realizavam os trabalhos indispensáveis à manutenção das máquinas agrícolas, nem procediam à sua renovação. De facto, isto originou que os trabalhadores agrícolas, organizados e mobilizados pelos seus sindicatos procurassem fazer frente a esta atividade sabotadora. Os sindicatos distribuíram assim os trabalhadores desempregados pelas diversas propriedades para que se realizassem os trabalhos agrícolas indispensáveis.

Os partidos políticos, face a esta nova realidade social nos campos do Alentejo, que se traduziu na formação de sindicatos, ligas e associações, apresentam várias propostas face à questão agrícola.

O objetivo central, no que concerne à matéria agrícola, do 1º Governo Provisório é a rentabilidade das explorações e o aumento da produtividade num quadro de conversão capitalista da agricultura portuguesa. Juntamente com o 1º Governo Provisório, também o Movimento das Forças Armadas defende as mesmas posições em questões agrárias.

Em meados de Junho tem início uma greve rural no concelho de Beja, e no dia 19 de Junho é assinada uma convenção de trabalho rural para o concelho de Beja. Esta convenção foi o primeiro acordo em todo o Alentejo e vai desencadear o caderno reivindicativo dos assalariados rurais do Alentejo. As principais cláusulas assinadas traduzem-se no seguinte: remuneração da jornada de trabalho diária: 190\$00 para os tratoristas, 160\$00 para os trabalhadores gerais e 120\$00 para as mulheres, garantia de emprego para todos os homens e para todas as mulheres cabeça de casal, durante a vigência da convenção (90 dias), e a semana de trabalho seria de 44 horas.

Em 18 de Julho de 1974 toma posse o 2º Governo Provisório, chefiado por Vasco Gonçalves. A pasta de matérias relacionadas com a agricultura continua a ser dirigida por Alfredo Esteves Belo.

Entre os meses de Agosto e Setembro de 1974, com base nas convenções de trabalho assinadas, os trabalhadores são distribuídos pelas explorações agrícolas, que se consideravam subaproveitadas: “Especial destaque revestiu a luta pelo combate ao desemprego, através da colocação compulsiva de trabalhadores, fenómeno que ficou conhecido por ‘distribuições de pessoal’” (BARROS, 1979: 59).

Este facto não foi aceite por muitos proprietários e fez aumentar de forma muito significativa, a tensão social nos campos do Sul. De facto, em consequência das ‘distribuições’, os empresários agrícolas viram-se confrontados com a difícil realidade de verem aumentar de forma substancial as suas despesas. A ‘distribuição de pessoal’ tornava inviável a sobrevivência da maioria das empresas e proprietários agrícolas, sem que fossem introduzidos alguns acréscimos na produtividade da terra que fosse capaz de absorver tanta mão-de-obra.

No entanto, um facto incontornável é que “as ‘distribuições’ representaram para o proletariado agrícola uma vitória de incontestável alcance e de profundo significado” (BARROS, 1979: 60).

No dia 1 de Outubro de 1974 toma posse o 3º Governo Provisório, chefiado por Vasco Gonçalves.

No dia 12 de Outubro do mesmo ano, é criado o IRA (Instituto de Reorganização Agrária).

De facto, entre Novembro e Dezembro de 1974 são distribuídos mais de mil assalariados rurais pelas explorações agrícolas do distrito de Beja. Mais uma vez, os proprietários não aceitam esta colocação forçada de trabalhadores agrícolas, e a tensão social nos campos do Sul é agudizada.

Em 22 de Novembro, o Governo publica o Decreto-lei 653/74 de 22 de Novembro, onde se autoriza o Estado, através do IRA, a arrendar de forma compulsiva as terras incultas ou subaproveitadas.

Mas o mais importante documento legislativo da Reforma Agrária é o Decreto-lei 660/74 de 25 de Novembro, que confere ao Governo o direito de intervir, após inquérito, nas empresas privadas, individuais ou coletivas, que não funcionem em termos de contribuir normalmente para o desenvolvimento económico do país. O Decreto-lei 660/74 visava, de facto, a intervenção do Estado, com a nomeação de gestores públicos para dirigir propriedades agrícolas subaproveitadas. Este Decreto-lei vai criar na consciência dos trabalhadores agrícolas temporários, segundo Piçarra (2009), a convicção de que a luta pelo emprego estava associada à expropriação das grandes propriedades e à realização efetiva de uma Reforma Agrária.

Assim, neste contexto legislativo, os sindicatos dos trabalhadores agrícolas passam a exigir o arrendamento compulsivo das explorações agrícolas que se recusem a aceitar os trabalhadores distribuídos e que pratiquem atos de sabotagem económica.

De facto, aos olhos dos trabalhadores rurais temporários, a luta pelo pleno emprego surgia, cada vez mais, associada à expropriação das grandes propriedades, dando cumprimento e realidade à Reforma Agrária.

Efetivamente, a Secretaria de Estado da Agricultura, liderada por Alfredo Esteves Belo, vai intervir em diversas herdades, através da nomeação de gestores públicos, de modo a evitar os atos de sabotagem económica que estariam a ser praticados pelos proprietários, e por forma a garantir o emprego dos trabalhadores colocados nessas explorações. No entanto, através das estratégias políticas e do Decreto-lei 660/74, é criado nos assalariados rurais a ideia de que a resolução do desemprego passaria pela expropriação das propriedades e pela realização efetiva e real da Reforma Agrária (Piçarra, 2009). Segundo este autor, não eram estes os propósitos da Secretaria de Estado da Agricultura, que só interveio nestas explorações, de modo a garantir a 'paz social' e o desenvolvimento da produção agrícola.

- **O Movimento de Ocupação de Terras.**

Assim, ainda no ano de 1974 e num contexto de agudização das tensões e dos conflitos sociais, o Governo intervém em algumas explorações agrícolas, ao abrigo do Decreto-lei 660/74, como é o caso do Monte do Outeiro, de José Gomes Palma, freguesia de Santa Vitória, concelho de Beja.

“Pela noite dentro, a 9 de Dezembro de 1974, na Casa do Povo de Santa Vitória, concelho de Beja, um punhado de trabalhadores rurais, homens vividos e sofridos, conscientes da sua condição de explorados e oprimidos, decidiam, com o apoio do seu Sindicato, pôr fim à arrogância, à prepotência, à provocação e à sabotagem, económica e política, que o latifundiário José Gomes Palma vinha conduzindo, de forma ostensiva, contra a jovem democracia portuguesa. Na manhã seguinte, como resposta ao não pagamento de salários durante 5 meses consecutivos a dois

trabalhadores, ao despedimento dos doze trabalhadores efetivos que tinha ao seu serviço, o mais recente dos quais aí trabalhava há dois anos e alguns há mais de vinte, às ameaças de deixar as terras por cultivar, a herdade do Monte do Outeiro, com um total de 775 hectares, era ocupada pelos trabalhadores.

Conquistando a sua cidadania, senhores dos seus destinos, avançando decididamente para a liquidação dos caducos latifúndios os trabalhadores agrícolas davam corpo à utopia. Uma terra sem amos nascia nos campos do Alentejo e do Ribatejo. Uma terra, como afirmou um dirigente sindical de então, 'onde quem trabalha presta contas a quem manda mas, sobretudo, onde quem manda presta contas a quem trabalha.' (BRANCO, 1995: 7).

Carvalho (1977) faz uma descrição sobre a ocupação do monte da Lobeira, concelho de Montemor-o-Novo, propriedade da sua família.

“No dia 14 de Agosto (de 1975) verificaram-se atos de violência no monte da Lobeira, a 20 km de Montemor-o-Novo, durante uma ocupação ilegal de terras, dirigida por trabalhadores rurais da aldeia do Ciborro, a 6km deste monte.

O monte é o centro de lavoura da herdade da Lobeira e herdade de Baixo e pertence a António Vacas de Carvalho, agricultor, residente em Montemor-o-Novo. Os atos de violência foram praticados por indivíduos na sua maior parte desconhecidos à propriedade, vindos propositadamente do Ciborro, Brotas e Couço, sobre os donos da propriedade, sobre 9 filhos casados, de diversas profissões e suas famílias, e 5 filhos menores, que se encontravam neste monte.

Todos os filhos foram arrastados para fora de casa e brutalmente espancados com paus e barras de ferro, até à expulsão da família.

Os trabalhadores efetivos e antigos, na sua maioria, ou não estavam interessados na cooperativa projetada, ou não intervieram nos atos de violência. A eles se deve mesmo que a violência não atingisse maiores proporções.” (CARVALHO, 1977: 33).

Segundo Barreto (1987) entre Setembro de 1974 e Março de 1975 foi intensa a atividade no território por parte de sindicalistas, militares, militantes, funcionários e diversos técnicos. “Em milhares de reuniões noturnas, nas aldeias e nos montes, preparam-se planos e trabalham-se as consciências. Numa atividade que lembra os tempos de clandestinidade, grupos de duas a cinco pessoas, vão de aldeia em aldeia, de herdade em herdade, ao encontro dos trabalhadores.” (BARRETO, 1987: 214).

De facto, “iniciadas nos princípios de 1975, ou até eventualmente, nos finais de 1974, as ocupações ganharam expressão em meados desse ano, avolumaram-se durante o Verão, registaram a máxima intensidade no decurso do Outono e vieram a cessar abruptamente pouco tempo após o 25 de Novembro. Durante esse período, cerca de um ano, que coincide com a fase revolucionária do processo

subsequente ao 25 de Abril, o movimento experimentou saltos, hesitações, paragens, surtos em que avançou em repentinas vagas de curtos dias, mas de grande envergadura” (BARROS, 1979: 66).

Foi através do movimento de ocupação de terras, que a Reforma Agrária avançou, ganhou expressão e se tornou uma realidade.

De facto, a transferência da posse da terra e também dos meios de produção para os trabalhadores rurais, resultou da própria dinâmica dos movimentos sociais nos Campos do Sul.

Em 26 de Janeiro de 1975 realizou-se em Beja, a 2ª assembleia de delegados dos trabalhadores agrícolas do distrito, onde estiveram representadas 72 freguesias, na qual se concluiu existirem 1870 homens e 1483 mulheres em situação de desemprego (Piçarra, 2009). É neste contexto que pela primeira vez no Alentejo, os trabalhadores votam uma moção para a expropriação imediata do latifúndio e a realização da Reforma Agrária. Para além desta moção aprovou-se também que os assalariados rurais iriam trabalhar para propriedades mal exploradas, e que caso os proprietários não pagassem o salário no final da semana, ocupariam as propriedades. Com o intuito de se divulgar esta moção, no dia 2 de Fevereiro de 1975, em Beja, os trabalhadores reúnem-se, convocados pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, para uma manifestação.

O que se verificou entre Junho de 1974 e Janeiro de 1975 foi uma ‘mudança de paradigma’ por parte dos trabalhadores rurais, dado que se em Junho de 1974, os trabalhadores rurais exigiam a garantia de emprego, a partir de Janeiro de 1975, é reivindicada a exploração, ocupação e expropriação dos latifúndios. Ora, Piçarra (2009) explica este facto por todo o processo de luta desenvolvido pelos trabalhadores agrícolas, que mostrou que só através de novas unidades de produção surgidas pela expropriação do latifúndio e das ‘grandes explorações capitalistas’, é que se tornaria possível a estabilidade no emprego e salários mais atrativos.

Segundo Barros (1979) a maior iniciativa da Reforma Agrária é protagonizada pelos trabalhadores temporários: sem emprego garantido, condenados à permanente insegurança e dispendo de baixos rendimentos, os trabalhadores rurais temporários ou eventuais constituíram a camada social que revelou maior iniciativa e um papel mais ativo no processo que conduziu às ocupações. De facto, “os assalariados eventuais representavam a camada social situada em mais funda e direta contradição com este sistema e, deste modo, a que maior disponibilidade revelava e mais intensa motivação possuía para golpear os interesses da burguesia latifundiária” (BARROS, 1979: 75).

O sr. Estevão Óca refere que “Os protagonistas foram os trabalhadores agrícolas desempregados, comunistas e socialistas.”

Mas não vai ser só da parte dos trabalhadores rurais, que vai existir uma ‘mudança de paradigma’, também por parte do MFA, dado que em Novembro de 1974, no Boletim Informativo das Forças Armadas, surgiam medidas para dinamizar a agricultura e de reforma gradual da estrutura fundiária, e em janeiro de 1975, já surgiam medidas a defender uma Reforma Agrária que eliminasse o

latifúndio, e limitasse as grandes explorações capitalistas. De facto, a ação desenvolvida por militares progressistas do MFA e por elementos das novas estruturas criadas pelo Ministério da Agricultura (Instituto de Reorganização Agrária e mais tarde, os Centros Regionais de Reforma Agrária) contribuiu de forma significativa no apoio às lutas que conduziram às ocupações (Barros, 1979).

Assim, a partir do mês de Fevereiro, algumas propriedades começam a ser ocupadas, sobretudo, nesta fase inicial, no distrito de Évora. Esta ocupação de terras era caracterizada por Piçarra, 2009, como anti-latifundista e anti-capitalista.

A I Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul teve lugar em Évora, no dia 9 de Fevereiro de 1975, convocada pelo PCP, com a participação de Álvaro Cunhal. Após esta conferência, qualquer ideia referente à divisão e distribuição da terra expropriada por produtores individuais é banida.

Álvaro Cunhal na sessão de encerramento referiu que as conclusões da primeira Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul demonstram que os trabalhadores tomaram o seu destino nas próprias mãos e estão firmemente decididos a defender os seus interesses vitais, pondo fim ao desemprego, fome, miséria, e transformar a atual agricultura, que os grandes agrários condenaram ao atraso e abandono, numa agricultura desenvolvida, que assegura aos trabalhadores agrícolas a vida a que têm direito e assegura ao país os géneros de que este necessita (Cunhal, 1975 in Murteira, 2004).

Álvaro Cunhal acrescenta que na atividade agrícola, como esta Conferência comprovou, os grandes agrários mantêm incultos centenas de milhares de hectares, cessam o cultivo das terras ou mal as aproveitam, abatem o gado ou deixam-no morrer à fome, destroem culturas, lançando os trabalhadores para o desemprego. E que são os trabalhadores agrícolas que, contra a vontade dos grandes agrários, começam a cultivar terras abandonadas, a tratar das árvores e dos gados lançados ao desprezo, e dar vida a uma agricultura arruinada para que ela possa finalmente dar trabalho, pão, uma vida desafogada e livre ao povo trabalhador (Cunhal, 1975 in Murteira, 2004).

Segundo Cunhal havia em 1975 imensas terras para cultivar por um lado, e havia milhares de braços sem trabalho, por outro.

Ainda no mesmo mês, do mesmo ano, é realizado em Beja, pelo PCP também, o I Encontro dos Pequenos Agricultores do Baixo Alentejo, onde se volta a afirmar a conceção da Reforma Agrária, saída da Conferência de Évora de 9 de Fevereiro.

“Em resultado do movimento social dos assalariados na procura de melhores salários e garantia de emprego, o PCP, em Fevereiro de 1975, passa da retórica programática à tentativa de dirigir o movimento de ocupação de terras” (PIÇARRA, 2009).

De facto, a ligação do PCP com a Reforma Agrária é bastante significativa. Se por um lado, todas as direções dos sindicatos eram constituídas por membros do PCP, bem como todos os delegados concelhios e a grande maioria das comissões locais dos sindicatos, por outro lado, também a maior parte

dos assalariados rurais era simpatizante do PCP. No entanto, Piçarra (2009) não é conclusivo quanto ao facto de esta realidade e este partido político serem responsáveis pelo movimento de ocupação de terras. Opinião contrária tem Carvalho (1977), quando refere que o PCP conseguiu o domínio económico e político de largas regiões do Alentejo, dado que convenceu os trabalhadores rurais de que a ele, PCP, se devia exclusivamente a Reforma Agrária – o que segundo este autor, é uma mentira, porque a Reforma Agrária seria sempre feita, e em benefício dos trabalhadores, não nestes termos.

Segundo Piçarra (2009) a adesão dos trabalhadores rurais ao PCP é explicada, para além das razões históricas, pelo facto de este partido dar expressão, no plano político, às aspirações e reivindicações dos assalariados rurais, quando se adaptou ao desenvolvimento e movimento da luta dos trabalhadores agrícolas, no período pós 25 de Abril de 1974. De facto, o PCP após a revolução de Abril, surge a defender um conjunto de princípios decalcados do modelo soviético (Piçarra, 2009), ao perceber que a luta pelo emprego era o ponto forte do conflito nos campos, vai formular a sua posição sobre a questão agrária, fazendo desaparecer, como já referimos, a partir de Fevereiro de 1975, após a I Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul, qualquer ideia referente à divisão e distribuição por produtores individuais, da terra expropriada. Piçarra (2009) defende que não é o movimento dos assalariados rurais que assume as teses do PCP, mas sim, o PCP as dos assalariados, através da adaptação aos objetivos do movimento, defendendo um programa de Reforma Agrária onde a questão da resolução do desemprego rural era o seu elemento central.

A dinâmica das ocupações foi generalizada, nos Campos do Sul, pouco dependendo dos méritos ou culpas dos proprietários. “Para esta dinâmica contribuem as pressões exercidas pelos militares, sindicatos, militantes comunistas e esquerdistas, tanto no plano local, como nacional. É uma autêntica vaga que pode tomar a forma de influência e de arrastamento. Mas também de contágio ou de intimidação. Por exemplo, um membro do comité central do PC, Dinis Miranda, num comício de Montoito, a 7 de Setembro de 1975, ‘ameaçou os trabalhadores, no caso de eles não ocuparem as herdades, de trazer homens de Montemor que o fariam” (BARRETO, 1987: 214).

As populações dos Campos do Sul apoiam o projeto e o processo da Reforma Agrária, o que é patente nas eleições de 1976 e 1979, com votações muito expressivas no Partido Comunista Português, quer para a Assembleia da República, quer para as autarquias locais. Estes resultados encontram-se no Quadro IX.

Quadro IX – Resultados das eleições de 1976 e 1979, nos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Setúbal e Santarém, em 1976 e 1979.

	PCP (%)		PS (%)		PPD (%)	CDS (%)	AD (%)
	1976	1979	1976	1979	1976	1976	1979
Beja	44	50,7	31,8	21,9	8,2	4,2	19
Évora	43	48,8	30,3	16,9	9,2	8	26,9
Portalegre	22	29,3	42	29,7	10,1	13,9	32,1
Setúbal	44,3	46,9	32,1	21,3	8,4	4,4	22,3
Santarém	16,1	21,7	38,3	27,3	19,5	13,8	41

Fonte: Murteira, 2004 (Adaptado).

Pela análise do Quadro IX verificamos uma predominância das votações no PCP em todos os distritos apresentados no Quadro, com exceção do distrito de Santarém. Note-se por exemplo, o caso do distrito de Beja, no qual em 1979, mais de metade da sua população eleitora votou no Partido Comunista Português.

Em 11 de Março de 1975 dá-se uma tentativa de golpe militar chefiada pelo General António de Spínola.

No dia 26 de Março de 1975 toma posse o 4º Governo Provisório, chefiado por Vasco Gonçalves. Neste Governo é criado o Ministério da Agricultura, no qual é ministro Fernando Oliveira Baptista.

No início do mês de Abril em Beja, com o apoio dos partidos políticos PS, MDP/CDS e PCP e promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, realiza-se uma concentração de assalariados rurais, de apoio ao 4º Governo Provisório, na qual se exige a expropriação das grandes propriedades agrícolas. Dois dias depois desta concentração, a 15 de Abril de 1975, o Conselho de Ministros aprova as bases gerais dos programas de medida económica de emergência, onde está prevista a expropriação das grandes propriedades.

De facto, a Reforma Agrária encontrava-se consagrada na Constituição da República Portuguesa, de 2 de Abril de 1976, através do art.º 96º que referia que “a Reforma Agrária é um dos instrumentos fundamentais para a construção da sociedade socialista”. “É explícita a Constituição da República ao estatuir que as terras provenientes da expropriação dos latifúndios e das grandes explorações capitalistas devem ser entregues a pequenos agricultores, para exploração individual ou cooperativa, ou a associações de trabalhadores rurais, assim como são explícitos os programas do Partido Comunista e do Partido Socialista em idêntico sentido” (BARROS, 1979: 44).

Também o art.º 97º da Constituição de 2 de Abril de 1976 faz referência à Reforma Agrária, no que diz respeito, sobretudo à eliminação dos latifúndios. Referindo também que ‘a transferência de posse útil da terra e dos meios de produção diretamente utilizados na sua exploração para aqueles que a trabalham será obtida através da expropriação dos latifúndios e das grandes explorações capitalistas’ acrescentando que ‘as propriedades expropriadas são entregues, para exploração, a pequenos agricultores, a cooperativas de trabalhadores rurais ou de pequenos agricultores ou a outras unidades de exploração coletiva por trabalhadores.

Neste contexto político e social, muitos assalariados rurais que se encontravam em situação de desemprego, tentam avançar de forma espontânea para a ocupação de propriedades. Perante este facto, os sindicatos agrícolas mostram-se contra este movimento, e remetem para o Governo a responsabilidade de executar a Reforma Agrária. De facto, os trabalhadores temporários foram o grande contingente dos movimentos de ocupação de terra, em 1975, estes mesmos trabalhadores temporários, que tinham estado sempre afastados da gestão e da organização do processo produtivo (Baptista, 2009).

“Com a Reforma Agrária de Abril, pela primeira vez na História de Portugal, profundas alterações estruturais na posse e no uso da terra e dos outros meios de produção são concretizadas por um poderoso movimento de trabalhadores assalariados e impulsionadas de baixo para cima, que não a partir do poder político central. São os trabalhadores organizados, a componente determinante do processo que conduzirá à transferência da posse da terra para as mãos de uma nova classe” (MURTEIRA, 2004: 20). De facto, em pouco mais de um ano, um poderoso movimento social de trabalhadores agrícolas assalariados, organizados em novos sindicatos agrícolas, comissões de herdade e organizados também no plano político-partidário – com o apoio de pequenos segmentos do campesinato, do MFA, do Movimento Sindical e Operário, do PCP, do Movimento Democrático Português e de outros setores democráticos – ocupa 1.140.000 hectares das terras do latifúndio no sul de Portugal.

Fernando Oliveira Baptista, ministro da Agricultura instituiu por despacho de dia 19 de Maio, o Centro Regional da Reforma Agrária de Beja, anunciando a criação dos Conselhos Regionais da Reforma Agrária, e também a aprovação de legislação sobre a expropriação da grande propriedade.

O facto de a promulgação das medidas anunciadas ter sido adiada pelo Governo, aliado ao desemprego que existia, e a alguns trabalhadores não receberem salários e a convicção cada vez maior, de que só a Reforma Agrária poderia resolver o problema do desemprego, da qualidade de vida e poder dar alguma estabilidade no trabalho vai conduzir ao movimento de ocupações de terras no Alentejo, que se desenvolve até finais de Dezembro de 1975.

De facto, e embora sem promulgação das medidas por parte do 4º Governo Provisório, a certeza por parte dos trabalhadores agrícolas de que o problema do desemprego só se resolveria com a Reforma Agrária, vai conduzir ao movimento de ocupação de terras.

No entanto, segundo Piçarra (2009) as ocupações que ocorrem na primeira metade do período de vigência do 4º governo provisório resultam de situações de não pagamento de salários, aos trabalhadores e também de situações de grave ameaça de sabotagem económica.

Assim, a partir de Julho de 1975, quando os Conselhos Regionais da Reforma Agrária, entretanto constituídos em cada sede distrital da ZIRA, decidem intervir em algumas herdades que seriam alvo de expropriações, fazem-no pressionados pelo movimento de assalariados rurais, com o intuito de conseguirem estabelecer a ordem, num processo de ocupação de terras, que estava a tomar grandes proporções.

No entanto, dado que os ideais da Reforma Agrária não se estavam a concretizar em medidas legislativas concretas, de forma a responder à impaciência dos trabalhadores rurais, a partir de Junho de 1975, a pressão exercida pelos sindicatos dos trabalhadores agrícolas ‘sobe de tom’ em relação ao Governo, iniciando-se uma vaga de manifestações e de ocupações. O Monte da Diabrória (concelho de Beja) e Carregouçal (concelho de Odemira) são apenas alguns exemplos desta vaga de ocupações.

Em Junho de 1975, num ambiente marcado pelo anúncio do Governo de que iria legislar sobre a problemática da grande propriedade, os trabalhadores avançam para a ocupação de terras. Os agricultores e proprietários agrícolas, por seu lado, protagonizam manifestações públicas e desagrado. A estas manifestações, os trabalhadores rurais respondiam com concentrações de rua, com o objetivo claro de pressionar o Governo a legislar a concretização da Reforma Agrária.

No dia 5 de Julho é publicado o Decreto-lei 351/75, que cria os Conselhos Regionais de Reforma Agrária. No dia 7 de Julho numa reunião restrita do Conselho de Ministros, onde faltaram os principais ministros do PS, são aprovados os Decretos-lei da Reforma Agrária (DL 406-A/75 e DL 407-A/75), presentes no **Anexo XV**.

O Decreto-lei nº 406-A/75, de 29 de Julho, a denominada lei da Reforma Agrária, refere que 'os latifundiários e os grandes capitalistas agrícolas constituíram o estrato social do campo durante o fascismo. Este domínio, que foi veículo e garante fundamental do aparelho de estado fascista, assentou na exploração da massa de operários agrícolas e na espoliação e submissão de pequenos agricultores'.

Este Decreto-lei refere ainda as condições para a expropriação das propriedades, sendo elas: as propriedades que pertençam a pessoas singulares, sociedades ou pessoas coletivas de direito privado, no território nacional, que mediante aplicação de tabela de pontos que se encontra anexa a este Decreto-lei correspondam a mais de 50000 pontos, ou, ultrapassem a área de 700 hectares, propriedades que estejam incultas ou que não alcancem os níveis mínimos de aproveitamento estabelecidos pelo Ministério da Agricultura e Pescas.

No entanto, são os art.º 11º e 13º que refletem grande parte da característica coletivista da Reforma Agrária.

Art.º 11º - O Instituto de Reorganização Agrária poderá requisitar aos proprietários, arrendatários e demais afetados por medidas de expropriação o equipamento mecânico e industrial, gado e outros componentes das respetivas explorações excedentários em relação à área que fiquem a cultivar, gozando, em qualquer caso, de direito de preferência, com eficácia real, em todas as alineações por aqueles efetuadas.

Art.º 13.º Compete ao Instituto de Reorganização Agrária, através dos Centros Regionais de Reforma Agrária, onde existam:

- a) Promover e apoiar a instalação de unidades de produção nas áreas expropriadas;
- b) Coordenar, controlar e apoiar, técnica e financeiramente, a exploração das áreas expropriadas;
- c) Proceder à demarcação das áreas reservadas, nos termos dos artigos 2.º, 3.º e 6.º;
- d) Inventariar as benfeitorias, equipamentos, gado e outros bens existentes nas

explorações situadas nas áreas expropriadas e proceder às requisições que julgar justificadas.

Segundo Rosa (1977), estas leis constituíram a armadura jurídica fundamental, que tornou possível as grandes transformações económicas e sociais que se verificaram durante este período na agricultura portuguesa.

“Foi perante esta situação e também com o fim de assegurar a produção futura e consequentemente o abastecimento do país em produtos essenciais que os trabalhadores agrícolas se viram compelidos a ocupar as terras dos agrários” (ROSA, 1977: 38).

Barros (1979) distingue três fases distintas do movimento de ocupações das terras. A primeira fase, que se compreende entre finais de 1974/princípios de 1975 até ao final de Julho de 1975, caracteriza-se por serem respostas pontuais de seareiros e assalariados, a situações de carência de terra ou de trabalho e incidiram sobre propriedades em estado de abandono ou de subaproveitamento. A primeira fase caracteriza-se ainda por serem ações sem reconhecimento, dado que eram realizadas sem cobertura legislativa. A segunda fase, que se localiza nos meses de Agosto e Setembro de 1975, atingiu uma dimensão maior do que a primeira fase. De facto, a promulgação dos Decretos-lei 406-A e 407-A/75, dizendo respeito à expropriação e nacionalização veio alterar o modo como os trabalhadores se moviam até aqui. As ocupações deixaram de ser sentidas como ações situadas à margem da lei, passando a ser vistas como atos de execução das leis em vigor. A terceira fase, entre os princípios de Outubro até ao final do ano de 1975, desencadeia-se sobretudo quando o Governo, através do Decreto-lei 541-B/75, de 27 de Setembro, permite a utilização do crédito agrícola de emergência para pagamento de salários dos trabalhadores.

O movimento de ocupação de terras teve o seu ‘apogeu’ nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 1975, tal como se pode verificar na Figura 20, abaixo representado.

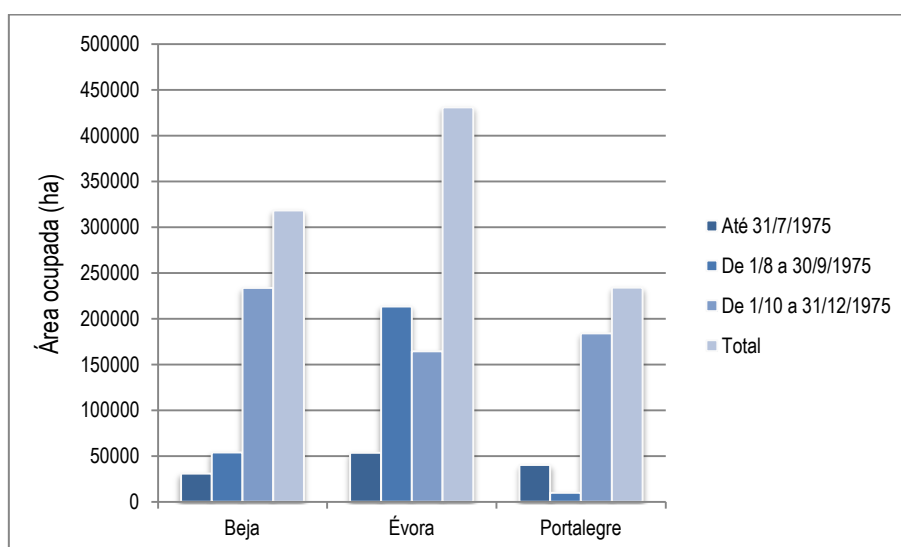


Figura 20 – Área ocupada no movimento de ocupações de terras, nos distritos de Beja, Évora e Portalegre.
Fonte: Piçarra, 2009 e Barros, 1979 (Adaptado).

Analisando a Figura 20 verificamos que foi no distrito de Évora que foi ocupada a maior área, seguindo-se o distrito de Beja e Portalegre. Também o período de maior ocupação difere de distrito para distrito, nos Campos do Sul. No distrito de Beja, o período no qual se registou maior área ocupada corresponde aos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 1975, enquanto que no distrito de Évora, foi nos meses de Agosto e Setembro de 1975. O distrito de Portalegre, tal como o distrito de Beja viu as suas propriedades serem ocupadas em maior dimensão nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 1975.

De facto, entre a Primavera e o final do ano de 1975, foram ocupados nos distritos de Portalegre, Évora e Beja, bem como no resto da ZIRA (parte dos distritos de Setúbal, Santarém, Faro, Castelo Branco e Lisboa), mais de um milhão de hectares de terra. Este movimento de ocupação de terras é justificado por Piçarra (2009), pela força da luta e da pressão exercida pelos trabalhadores agrícolas temporários, no sentido de verem resolvida a sua situação de desemprego, facto que, segundo este autor, fez avançar, deu expressão e tornou realidade a Reforma Agrária.

De facto, a luta que os trabalhadores agrícolas desencadearam pela plena existência da Reforma Agrária, assumiu, a partir do momento que se iniciou o movimento de ocupações, contornos revolucionários, seja pelo tipo de ação praticada, que atentou contra o direito de propriedade, seja porque apontava para a definição de uma alternativa anticapitalista, baseada na gestão coletiva dos trabalhadores (Barros, 1979).

Dentro da controvérsia que é a problemática da Reforma Agrária, é ainda mais controverso o 'uso da violência durante as ocupações'. Existem opiniões muito distintas. Por exemplo Borges Coelho (2004) respondendo à questão "houve uso da força na Reforma Agrária? Claro, as pessoas entraram nas terras, nas grandes propriedades. Essa entrada não tem a mínima comparação com a violência sofrida por eles durante mais de um milénio. As ocupações lançaram o medo nos antigos possuidores, medo e desejo de vingança." (COELHO, 2004: 79).

Opinião contrária tem António Murteira (in Coelho, 2004) quando refere que "a Reforma Agrária é realizada através de um poderoso movimento de trabalhadores rurais organizados e de alguns setores do campesinato, que contam nos centros urbanos, com o apoio de intelectuais, da classe operária e de outros setores sociais. Mas esse poderoso movimento não exerceu violência física. Foi um movimento poderoso mas 'pacifista', se assim podemos dizer – os grandes proprietários e os seus esbirros não são presos e julgados, não são agredidos, não são mortos" (COELHO, 2004: 80).

Carvalho (1977) retrata alguns casos de ocupações sobre os quais vale a pena refletir.

"A 14 de Agosto, na ocupação da Lobeira, perto do Ciborro, foi expulsa a minha família da casa centro de lavoura, na presença de militares da Escola de Artilharia de Vendas Novas;

A 28 de Agosto, foi a ocupação dos Arneiros, perto de Lavre; posteriormente, o casal com dois filhos pequenos, que nesse monte residia, foi obrigado a abandonar a sua única residência na sequência duma campanha de intimidação, a que não faltou uma agressão noturna a um pastor;

(...)

A 13 de Outubro ocupação de Pero-Viegas, nas vésperas da apanha da azeitona, por trabalhadores rurais das Galveias; no mesmo dia à tarde, nova invasão de Pero-Viegas, desta vez por indivíduos da Aldeia Velha – *bolas, já está ocupada! – disseram eles*". (CARVALHO, 1977: 25).

No dia 8 de Agosto de 1975 toma posse o 5º Governo Provisório chefiado por Vasco Gonçalves, onde Fernando Oliveira Baptista é reconduzido como ministro da Agricultura e, três dias depois, a 11 de Agosto, são publicados os Decretos-lei da Reforma Agrária.

De facto, a partir de 11 de Agosto de 1975, data da aprovação em Conselho de Ministros das denominadas leis da Reforma Agrária, dá-se início a uma nova vaga de ocupações. Segundo Piçarra (2009) este movimento de ocupação de terras neste período visava evitar a descapitalização das explorações agrícolas cujos proprietários, sabendo que iriam ser expropriados, dado que a lei estava aprovada, faltando apenas a sua promulgação, tinham deixado de investir nas terras.

Os trabalhadores das propriedades ocupadas solicitaram junto do Governo, apoio técnico na gestão das explorações agrícolas que controlam o crédito para o pagamento de salários.

Pressionado pelos assalariados rurais e pelos sindicatos de trabalhadores agrícolas, o Governo legisla no sentido de dar crédito às novas Unidades Coletivas de Produção, para que seja possível o pagamento de salários aos trabalhadores.

“Depois da tomada de posse do 6º Governo Provisório (chefeado pelo Almirante Pinheiro de Azevedo, onde Lopes Cardoso assume funções como Ministro da Agricultura), que aconteceu a 19 de Setembro de 1975, e após a aprovação em Conselho de Ministros do Decreto-lei nº541-B/75, que permite às novas unidades de produção aceder ao crédito agrícola de emergência para pagamento dos salários, desenvolve-se uma fortíssima vaga de ocupações, onde, de 1 de Outubro a final de Dezembro, foram ocupados nos três distritos do Alentejo, 581509 hectares de terra, mais de metade do total da terra ocupada nesta zona do país” (PIÇARRA, 2009: 18).

De facto, durante o mês de Outubro desenvolveu-se a maior vaga de ocupações de todo o ano de 1975. Neste período são ocupados nos distritos de Beja, Évora e Portalegre 292354 hectares de terra, o que representa cerca de 29,7% da área total das explorações agrícolas ocupadas pelos trabalhadores rurais, no ano de 1975.

Sintetizando, o movimento de ocupações das terras inicia-se, tendo por base o desenvolvimento das contradições sociais quer a nível regional, quer local. De facto, após a aprovação dos primeiros

diplomas legais sobre a Reforma Agrária e da implantação dos Centros Regionais da Reforma Agrária pelo Ministério da Agricultura, as ocupações aumentam em número, e tornam-se um verdadeiro movimento social. Como já foi referido, o movimento atinge a sua máxima expressão no Outono de 1975, sendo que o Estado embora não dirigindo o processo, influencia-o de forma muito significativa, dada a abertura de crédito para pagamento dos salários.

No final do mês de Outubro, o 6º Governo Provisório inicia um processo legislativo destinado a alterar a Reforma Agrária, como tinha sido concebida e pensada pelos 4º e 5º Governos Provisórios. Esta alteração torna-se visível no Decreto-lei 236-A/76 de 5 de Abril de 1976, onde se alarga a todos os proprietários o direito de reserva.

Segundo Johner e Witmajer (1980) entre 1975 e 1976, Portugal atingiu o mais elevado índice de produção da sua história, devido sobretudo à contribuição dos Campos do Sul.

Para Baptista (2009), a Reforma Agrária foi o único momento em que a ordem presentemente natural dos senhores foi transgredida e em que à escala de uma região, os espaços de vida e de trabalho foram apropriados e geridos pelos trabalhadores.

Para Álvaro Cunhal (Cunhal, 1975 in Murteira, 2004) a Reforma Agrária surge naturalmente como a própria vida, aparecendo como resultado da necessidade objetiva de resolver o problema do emprego e da produção.

Para Murteira (2004), a Reforma Agrária propôs-se responder à satisfação de dois direitos fundamentais de todo o ser humano e de todos os povos, inseparáveis um do outro – o direito à liberdade e ao pão. De facto, nas condições históricas em que se inseriu, teve a consigna de ‘a terra a quem a trabalha’.

“A Reforma Agrária é um dos acontecimentos mais marcantes do Portugal contemporâneo, não só pelos eventos que com ela estão associados no passado recente, como pela compreensão de que o será também para o futuro mais imediato” (PEREIRA, 1987: 221).

Em 25 de Novembro de 1975, dá-se o golpe militar que neutraliza as unidades militares, mais à esquerda, no interior do MFA.

- **As Unidades Coletivas de Produção.**

“A Unidade Coletiva de Produção configura-se (...) como uma unidade produtiva que aglutina diferentes explorações agrícolas ocupadas, concentrando substancialmente a terra, a força de trabalho e os meios de produção” (BARROS, 1979: 127).

Segundo Piçarra (2009), por iniciativa dos trabalhadores agrícolas do Alentejo, com destaque para os trabalhadores sazonais, a partir da Primavera de 1975, inicia-se nesta região, um processo de

ocupação de terras, de natureza essencialmente anti-latifundista e anti-capitalista, que irá culminar, no final do ano, com a constituição de novas unidades de produção geridas de forma coletiva pelos trabalhadores, o que se traduz numa mutação das relações de produção até aí dominantes, nos campos do Sul.

“As novas unidades de produção que se formam a partir do movimento de ocupações irão funcionar numa lógica de gestão assente na maximização do emprego e no aumento da produção com base num forte desenvolvimento das forças produtivas, o que passava pela generalização da produção intensiva a todas as terras ocupadas” (PIÇARRA, 2009: 19).

De facto, realizadas as ocupações das propriedades agrícolas, os trabalhadores reuniam em plenário e procediam à eleição duma comissão que passa a gerir a exploração agrícola, o que se assemelha a uma organização de natureza coletivista.

Numa primeira fase, a área destas novas unidades de produção coincide com a área das explorações agrícolas ocupadas. Mais tarde, a partir de final de Outubro de 1975, por iniciativa dos sindicatos de trabalhadores agrícolas, dá-se início a um processo de concentração de terras controladas pelos trabalhadores, em grandes unidades de produção, designadas por UCP – Unidades Coletivas de Produção.

Os sindicatos dos trabalhadores agrícolas viam na criação de unidades coletivas de produção, sete vantagens: igualdade entre trabalhadores, independentemente das terras serem ricas ou pobres, garantia de emprego para todos os homens, criação de condições para o emprego de mulheres, criação de novos postos de trabalho, organização assente numa comissão diretiva, aproveitamento das máquinas existentes e grandes investimentos (Piçarra, 2009).

Segundo Murteira (2004), entre 1975 e 1977, a organização em 550 Unidades coletivas de produção /Cooperativas Agrícolas detém a posse útil de 35,3% da terra, correspondente a 1.130.000 hectares, o que significou um golpe profundo no subsistema latifundista; o que ‘restou’ do latifúndio e o ‘capitalismo agrário’ detém a propriedade de 32,5% da terra, o equivalente a 1.040.000 hectares; e a pequena e média agricultura explora (propriedade e arrendamento) 32,2% da terra, aproximadamente 1.030.000 hectares.

As unidades coletivas de produção eram caracterizadas por serem geridas numa lógica de propriedade estatal, e não eram admitidos no seu interior pequenos rendeiros ou seareiros. Apesar dos sindicatos agrícolas, e também o PCP defenderem uma aliança entre assalariados rurais e pequenos e médios agricultores, o futuro económico pelo qual lutavam não dava qualquer papel relevante à pequena produção.

Vejamos o exemplo concreto das unidades coletivas de produção localizadas no concelho de Serpa: ‘Alvorada na aldeia’ (freguesia de Vila Nova de São Bento), ‘Os arraianos avançam’ (freguesia de Vila Verde de Ficalho), ‘Esquerda Vencerá’ e ‘União piense’ (freguesia de Pias), ‘Estrela do Alentejo

(freguesia de Brinches), 'Flor do Alentejo (freguesia de Vale de Vargo) e 'Margem esquerda (freguesia de Serpa).

No Quadro X encontram-se representadas as unidades coletivas de produção do concelho de Serpa e a sua área em hectares, durante o período entre 1977 e 1991.

Quadro X – Área das unidades coletivas de produção no concelho de Serpa, entre 1977 e 1991.

UCP	Área em hectares				
	03-09-1977	10-02-1981	1983	12-06-1990	15-04-1991
"Alvorada na aldeia"	5166	2387	1894	1310	460
"Os arraianos avançam"	2962	1349	0	0	0
"Esquerda vencerá"	9700	4192	4727	937	0
"Estrela do Alentejo"	4190	1300	670	0	0
"Flor do Alentejo"	2555	874	324	211	102
"Margem esquerda"	14224	8114	1627	0	0
"União piense"	961	950	78	677	677
Total	39758	19166	9320	3135	1239

Fonte: Cataluna, 1996 (Adaptado).

Analisando o Quadro X verifica-se que no concelho de Serpa, as unidades coletivas de produção com mais área, eram a 'Margem Esquerda' (freguesia de Serpa) e 'Esquerda Vencerá' (freguesia de Pias). De facto, verificou-se ao longo deste período de análise um decréscimo acentuado na área pertencente às unidades coletivas de produção.

Durante a terceira vaga de ocupações, com início em Outubro de 1975, vão ser ocupadas explorações que eram propriedade de alguns pequenos e médios proprietários que se encontravam em litígio com as comissões locais dos sindicatos, por terem sido alvo da distribuição dos trabalhadores pelas explorações agrícolas, ficando, desta maneira sobrecarregados com salários, que não lhes era possível, pagar.

A 24 de Outubro de 1975, cerca de 2 mil pequenos e médios agricultores concentram-se em Beja, protestando contra a Reforma Agrária e a forma como estava a ser protagonizada. Esta concentração, caracterizada por ter muitos militantes do PS, foi um exemplo deste conflito de interesses, que foi existindo entre a Reforma Agrária, tal como estava concretizada, através das UCPs e os interesses e até a própria sobrevivência dos pequenos e médios agricultores.

Aliado a este facto, também as desocupações, levadas a cabo a partir de 1977, contribuíram para uma diminuição efetiva das áreas das UCPs e das áreas ocupadas nos *Campos do Sul*.

No entanto, Piçarra afirma que "o movimento de ocupações de terras e a formação de novas unidades coletivas de produção, que são o seu resultado prático, possibilitaram uma efetiva melhoria das condições de vida aos assalariados rurais e o acesso à cidadania plena" (PIÇARRA, 2009: 21).

Na realidade, a garantia de trabalho é um fator fundamental para o aumento da qualidade de vida, dado que permite investimentos, que na sua grande parte, resultaram na melhoria das condições de habitabilidade.

De facto, “com a Reforma Agrária, pela primeira vez, homens e mulheres tradicionalmente relegados para a periferia das comunidades onde residiam e afastados da quase totalidade dos espaços de sociabilidade, com exceção da taberna, no caso dos homens, conquistaram o espaço público, subvertendo e aniquilando a ordem social dos senhores da terra, com isto ganhando foros de cidadania” (PIÇARRA, 2009: 22).

Na opinião de Borges Coelho (2004) a Reforma Agrária melhorou as condições de vida dos trabalhadores, de forma exponencial, e fortaleceu o seu sentido de dignidade. Os trabalhadores agrícolas, tidos como homens de espinha erguida, homens de chapéu na cabeça, tomavam agora o seu destino nas suas mãos. De facto, na opinião deste autor, a Reforma Agrária fortaleceu a dignidade das populações que estavam a ser exploradas nos Campos do Sul.

Para Álvaro Cunhal (in Gervásio, 2009) a Reforma Agrária foi a mais bela conquista da Revolução, e deveu-se sobretudo a três aspetos essenciais: ao aumento da área cultivada, com o desbravamento e a arroteia de grandes superfícies abandonadas e incultas; ao aumento da produção; e à realização de trabalhos numa perspetiva de desenvolvimento.

3.3. O ‘FIM’ DA REFORMA AGRÁRIA – A LEI BARRETO.

*“A Lei Barreto foi o primeiro pontapé
na libertação do país de uma comunização total.”
Rosado Fernandes, in loco.*

No VI Governo Provisório de Portugal, como já foi mencionado, sob presidência de Pinheiro de Azevedo, o Ministro da Agricultura e Pescas era António Lopes Cardoso. O movimento da Reforma Agrária e o PCP mantiveram sérias divergências com este ministro, que sempre assumiu a necessidade da Reforma Agrária e apelidava-a mesmo como “uma das grandes conquistas alcançadas pelas massas trabalhadoras após o 25 de Abril de 1974. Veio de encontro de uma das carências mais sentidas a nível dos campos: a transformação profunda das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais e dos pequenos camponeses. A Reforma Agrária era uma necessidade urgente de carácter social” (CARDOSO, 1976: 109).

A 5 de Novembro de 1976 Lopes Cardoso apresenta a demissão de Ministro da Agricultura e Pescas e é nomeado António Barreto, como novo Ministro. Para Carvalho (2004) Barreto assumiu um discurso de cariz claramente ideológico, anticomunista e fez do combate ao PC no Alentejo, a sua tarefa principal.

Esta mudança de perspetiva assumiu desde logo alterações no plano legislativo.

O Decreto-lei nº 260/77 de 21 de Junho, também conhecido como a Lei da Cortiça, é segundo Carvalho (2004) o primeiro grande exemplo do cerco financeiro que tinha como objetivo a inviabilização das novas UCPs.

No entanto, o grande instrumento legal com o qual o Governo pretendeu legislar a Reforma Agrária foi concretizado na Lei nº 77/77 de 29 de Setembro.

Esta lei intitulava-se “Lei de Bases da Reforma Agrária”, mas ficou conhecida como ‘Lei Barreto’, devido ao nome do Ministro da Agricultura e Pescas.

Segundo Lino de Carvalho esta lei “constituiu uma verdadeira contra-ofensiva legislativa no plano fundiário com a qual se revogaram os diplomas de expropriação e nacionalização de Julho de 1975” (CARVALHO, 2004: 76).

De facto, através da Lei nº 77/77 de 29 de Setembro, presente no **Anexo XVI**, são revogados os Decretos-lei da Reforma Agrária. Com António Barreto, como ministro da Agricultura, é ponderado e legislado o processo da Reforma Agrária. De facto no art.º 23º é referido que não são expropriáveis, qualquer que seja a sua área ou pontuação, os prédios rústicos pertencentes a agricultores autónomos, cooperativas de produção agrícola, unidades de exploração coletiva por trabalhadores, sociedades cooperativas agrícolas cujos sócios vivam predominantemente da atividade agrícola e não sejam em número superior ao pessoal contratado e a pessoas coletivas de direito privado e regime administrativo.

Para isto: aumentou-se o valor da pontuação das reservas – passando de 50000 pontos (legislado no Decreto-lei da Reforma Agrária – Decreto-lei nº 406-A/75 de 29 de Julho) para 70000 pontos; alargou-se o leque de beneficiários, dado que segundo o Decreto-lei nº 406-A/75 tinham de ser antigos proprietários que explorassem diretamente a terra e retirassem da exploração agrícola os meios de subsistência, e na Lei nº 77/77 eram beneficiários todos os antigos proprietários; e a possibilidade de absentismo foi alargada, sendo que as reservas podiam estar sem serem exploradas durante 5 anos.

Esta lei mostrou-se bastante ‘dura’, tendo em conta o contexto legislativo vigente desde a Revolução de Abril de 1974, e vai originar contestação: “os trabalhadores e as suas organizações representativas compreenderam bem o brutal alcance desta lei, que foi alvo, (...) o então ministro António Barreto, da maior contestação que, porventura, alguma vez um qualquer diploma legal teve no Portugal democrático. De norte a sul desenrolaram-se protestos, debates, manifestações, abaixo-assinados com

quase meio milhão de assinaturas. As paredes de todo o país foram sendo pintadas com o nome do titular no Ministério” (CARVALHO, 2004: 77).



Figura 21 – Contestação à ‘Lei Barreto’, presente na Estrada Nacional 386, entre Serpa e Brinches, em Agosto de 2013.

Murteira e Borges Coelho (2004) referem que a Reforma Agrária, com as potencialidades democráticas e de efetiva participação dos trabalhadores e das populações, foi atacada e destruída por um conjunto de forças nas quais o PS desempenhou um papel muito importante.

Segundo Johner e Witmajer (1980) para os grandes proprietários, a Reforma Agrária anunciava o fim de um reinado. O objetivo era pois, recuperar as terras e o estatuto social. O apoio que estes receberam dos partidos políticos que se dizem de inspiração cristã não surpreenderá minimamente quem conhecer a estreita ligação que existiu entre a Igreja Católica portuguesa e o regime fascista. Porém já surpreendeu um grande número de trabalhadores portugueses o facto de o PS, que nos seus programas partidário e eleitoral, afirma ser a Reforma Agrária uma necessidade para Portugal ter dado apoio aos proprietários. Aliás o facto de ter sido um governo PS a enviar em Novembro de 1976 a GNR para o campo a fim de dispersar os trabalhadores era algo impensável em 1975.

De facto, a Lei Barreto – veio permitir que os grandes proprietários reclamassem de novo as ‘suas’ terras. Segundo Johner e Witmajer (1980) durante a permanência de António Barreto no Ministério da Agricultura foram restituídas aos proprietários agrícolas várias extensões de terreno.

“Mais de 200.000 ha foram arrancados às UCPs e Cooperativas, tendo sido suprimidas umas 40 de entre estas. Perderam-se 15.000 postos de trabalho. Milhares de cabeças de gado e máquinas, compradas pelas cooperativas ou

recebidas dos movimentos de solidariedade europeus, passaram para as mãos dos grandes proprietários. Acontecia normalmente que os grandes proprietários matavam o gado e vendiam as máquinas” (JOHNER et al, 1980: 26).

António Barreto, em entrevista ao Jornal de Negócios (15 de Fevereiro de 2010) refere que a ideia que no Alentejo havia milhares e milhares de hectares não cultivados era um mito, uma mentira. Barreto aponta o dedo aos ocupantes, mencionando que fizeram bastantes asneiras, relacionadas essencialmente com a qualidade deficitária do solo do Alentejo. Aliás para Barreto, o Alentejo era um território conquistado pelos ocupantes, pelas unidades coletivas de produção e pelo Partido Comunista Português.

Quando questionado sobre os efeitos importantes da Reforma Agrária, Barreto menciona sobretudo a divisão da população, a abertura de feridas no seio da sociedade e sobretudo a criação de conflitos. Por outro lado, Barreto também assume a garantia do pagamento de salários (que não implicava a existência de trabalho) a milhares de trabalhadores.

Nas palavras do Professor Doutor Rosado Fernandes, “foi a primeira vez que alguém levantou o dedo contra o que se estava a passar, e daí que Mário Soares tenha ‘corrido’ com ele em tão pouco tempo. A Lei Barreto foi o primeiro pontapé na libertação do país de uma comunização total.” No entanto, segundo o Sr. Estevão Óca “foi um desastre. No entanto, Mário Soares, como primeiro-ministro, é o único responsável desta situação.”

Além da Lei 77/77 ter sido o mais instrumento legal no sentido de revogar o Decreto-lei nº 406-A/75, o Decreto-lei da Reforma Agrária, outros houve com intuítos semelhantes. Por exemplo a Portaria, nº162/79 de 11 de Abril de 1979, com a AD no poder e tendo como Ministro da Agricultura Vaz Portugal, estabeleceu para os proprietários de gado bravo, a transferência das terras expropriadas ou nacionalizadas. Em 1988, o Governo PSD, presidido por Cavaco Silva e tendo como Ministro da Agricultura Álvaro Barreto, vê aprovado na Assembleia da República a Lei nº 109/88 de 26 de Setembro. Esta Lei vai revogar a Lei Barreto (Lei nº 77/77), e vai aumentar ainda mais as condições para o exercício de reserva, criando assim condições para limitar a Reforma Agrária. Neste ano, as terras ocupadas eram cerca de “285000 ha, 241 cooperativas e menos de 15000 trabalhadores, o que, comparando com 1140800 ha inicialmente na posse dos trabalhadores, as 550 UCPs/Cooperativas Agrícolas que chegaram a compor o universo das novas unidades produtivas e os quase 72000 trabalhadores, que empregavam em 1975/1976, expressa bem a dimensão das consequências da atuação dos governos do PS, PS/CDS e da AD” (CARVALHO, 2004: 78).

Esta nova lei caracterizou-se sobretudo pelo aumento da pontuação base para as reservas, que passou de 70000 pontos (Lei nº 77/77) para 91000.

Em 1995, a “Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário” (Lei nº 86/95 de 1 de Setembro), sob a presidência do governo de Cavaco Silva, põe termo ao limite de pontuação e de área.

“Estava assim encerrado, na lei e no terreno, um ciclo único da história agrária de Portugal, onde, pela primeira vez se procurou pôr termo à secular hegemonia do latifúndio nas terras alentejanas e ribatejanas” (CARVALHO, 2004: 80).

- **As Desocupações.**

Neste ponto do presente estudo far-se-á apenas uma breve referência ao processo de desocupação da ‘Lobata’, localizada no concelho de Serpa, e que merece referências em obras científicas (BARRETO, 1987; BARRETO, 1987^a; CARVALHO, 2004; GERVÁSIO, 2004), devido ao facto de ter sido das primeiras herdades a ser entregue, e a que registou incidentes durante o processo de desocupação.

“(os ocupantes) puseram um cerco à ‘Lobata’ e durante vinte e um dias mantiveram esse cerco. Eu só podia entrar e sair da ‘Lobata’ escoltado pela GNR. A GNR esteve lá alguns oito dias, ou dez” (Palma Cano in BARRETO, 1987: 351).

A entrega da ‘Lobata’ ocorreu em 18 de Novembro de 1976.

“Lá estávamos eu, o meu filho, os meus sobrinhos e esse amigo a pé firme, cercados por eles. E os helicópteros, os aviões e a GNR de roda da herdade a ver aquilo tudo, a ver se aquilo resultava nalgum banho de sangue. Nós, que eramos cinco, estávamos armados até aos dentes dentro da herdade. Eles (os trabalhadores), com um cerco feito na outra herdade em frente, onde tínhamos obrigatoriamente de passar para ir buscar alimentação, ou medicamentos para os porcos, ou rações, eramos insultados, vaiados, apedrejados. Apedrejaram-me o carro, partiram-me os vidros todos do carro. Eram telefonemas anónimos aqui para casa, cartas insultuosas e ameaçadoras com ameaças de morte, ‘já tinha os dias contados’, etc. isto tem sido uma luta tremenda, de vida ou de morte” (Palma Cano in BARRETO, 1987: 352).

De facto, o processo de desocupação das propriedades decorreu de forma bastante complexa. Realce-se apenas o facto de no testemunho de Palma Cano (in BARRETO, 1987), este referir que depois da desocupação, e após o período conturbado, relatado neste ponto, alguns dos trabalhadores ocupantes terem ido pedir trabalho a este proprietário agrícola.

3.4. APLICAÇÃO PEDAGÓGICA

A aplicação pedagógica da temática da Reforma Agrária ter-se-á de adaptar ao programa curricular de História do 9º ou do 12º ano de escolaridade.

A Reforma Agrária é uma problemática e um tema que não faz parte integrante dos conteúdos programáticos de História.

No entanto, é nossa intenção fazer uma aplicação pedagógica deste tema numa sala de aula, numa turma de 9º ano de escolaridade, cuja planificação se encontra no **Anexo XVII**.

Assim, a aplicação pedagógica seria numa aula de 90 minutos, no qual, primeiro se caracterizaria em linhas gerais a Reforma Agrária em Portugal, explicando o contexto económico, social e demográfico, e explicando também a definição de Reforma Agrária. Esta apresentação do que foi a Reforma Agrária seria feita pela docente, com recurso a material em power point (presente no **Anexo XVIII**), onde primeiramente se faria uma explicitação sobre a definição de Reforma Agrária, seguindo-se uma breve caracterização da ZIRA, mas sobretudo do Alentejo, antes da Reforma Agrária (a nível demográfico, social e agrícola). O processo da Reforma Agrária em Portugal e o seu enquadramento legislativo são partes fulcrais nesta breve apresentação, seguindo-se uma breve reflexão sobre o movimento de ocupação de terras e a consequente formação de UCPs. Por último falar-se-ia da 'Lei Barreto', do seu enquadramento político e legislativo e dos consequentes processos de desocupação.

Passar-se-iam também alguns excertos do documentário "Linha Vermelha", de José Filipe Costa, que retrata o processo de ocupação da Herdade Torre Bela, localizada no Ribatejo (filmado pelo alemão Thomas Harlan), no qual vai ao encontro, passados 37 anos, dos protagonistas, questionando-os sobre o processo de ocupação.

A partir deste ponto, a turma seria dividida em quatro grupos, para os quais se daria um excerto de obras. De um lado obras como CARVALHO (1977), BARRETO (1987) e do outro BRANCO (1995), GERVÁSIO (1975) e CUNHAL (1975). Pedir-se-ia aos alunos que efetuassem uma síntese do texto, de modo a confrontá-los, permitindo assim uma análise/ reflexão das diferentes 'visões' desta temática histórica.

O objetivo é incrementar nos alunos espírito crítico, 'alimentando' a sua compreensão histórica, e compreendendo as diferentes interpretações, visões e perspetivas sobre a Reforma Agrária. Além dos conceitos históricos far-se-ia também referência ao conceito de desterritorialização (presente na Parte II deste estudo). Desterritorialização, um conceito eminentemente geográfico, e que nesta temática faz todo o sentido, dado que se quebraram vínculos e elos de ligação dos proprietários agrícolas com o território.

NOTAS CONCLUSIVAS

A elaboração do presente relatório resultou da caracterização e descrição das atividades desenvolvidas e concretizadas no decorrer da prática pedagógica supervisionada, e também do aprofundamento científico de temáticas das áreas curriculares de História e Geografia.

No que concerne à análise do estágio pedagógico, as nossas expectativas foram largamente superadas. As experiências pedagógicas e as reflexões durante as autos e hétéros avaliações, demonstraram-se bastante frutíferas na nossa evolução didático-pedagógica. Este ano mostrou-se muito motivador, com vista à progressão da carreira docente.

Em relação à temática escolhida na área curricular de Geografia, destacamos que a problemática da desterritorialização é fascinante e ter tido a oportunidade de estudar e refletir sobre o processo de desterritorialização de Vilarinho da Furna foi desafiante. De facto, é necessário, a nosso ver, introduzir estes novos conceitos (topofilia e desterritorialização, por exemplo) nos conteúdos programáticos de Geografia. Pela nossa experiência, durante a aplicação pedagógica, os alunos mostraram-se bastante sensibilizados para esta problemática da ligação do Homem ao território.

Vilarinho da Furna demonstrou ser um caso muito particular dado o seu carácter comunitário, tal como a caracterização do seu processo de desterritorialização, que poderá ser explicado pelos condicionalismos do regime político que então se vivia em Portugal. De facto, o processo de reterritorialização não sucedeu da melhor forma, e as populações viram-se obrigadas a uma deslocação forçada (desterritorialização *ex-situ*, forçada e coletiva), e a uma partida em busca de outra vida, de outros espaços. O mesmo não aconteceu na aldeia da Luz. São processos completamente distintos, que têm apenas em comum, o facto de terem sido desencadeados pela construção e barragens.

Em relação à aplicação pedagógica desta temática, recorreremos à utilização de texto literário como ferramenta de uma aula de Geografia. Miguel Torga descreveu de forma exímia este processo em Vilarinho da Furna. Se já tinha descrito da melhor forma o comunitarismo de Vilarinho da Furna, fê-lo também na sua última visita à aldeia, em vésperas de ser submersa. De facto, a utilização de texto literário no ensino da Geografia ainda não é muito significativa. Na nossa opinião, foi muito bem-sucedido, contribuindo não só para os objetivos da Geografia, como para a leitura e também para a cultura dos alunos.

Relativamente à temática da 'Reforma Agrária', concluímos que a história contemporânea tem esta particularidade e singularidade de ainda estar muito 'viva', ser muito recente, e por isso ser extremamente difícil separar a 'parte' emocional da racional. Por certo daqui a uns anos, a Reforma Agrária será entendida, vista e interpretada de outra forma, de forma mais homogénea. De facto, uma das

maiores dificuldades com que nos deparámos foi a 'partidarização' desta temática. Nota-se de maneira muito clara e evidente as convicções e ideais defendidos pelos autores.

Neste trabalho, embora cada um de nós tenha a sua visão, a sua perspetiva da história, pretendeu-se elaborar uma investigação clara e objetiva, dando por isso 'palavra' a todos os autores que nos pareceram de interesse, sendo eles de 'esquerda' ou de 'direita'.

De facto, e retomando um excerto deste estudo, nas palavras do Professor Doutor Rosado Fernandes, a Reforma Agrária é uma autêntica 'floresta de enganos'. E esta afirmação ganha peso, sobretudo quando se analisa a bibliografia referente a esta temática.

A Reforma Agrária foi parte constituinte de um período bastante conturbado a nível político, demográfico e social em Portugal. Por isso, demonstrou ser uma temática bastante desafiante, não só do ponto de vista científico, mas também no que concerne à aplicação pedagógica, dado que esta problemática não se encontra inserida no programa de História dos ensinos básico e secundário. A aplicação pedagógica deste tema consistiu na problematização de conteúdos, tentando opor visões e interpretações da história. Esta atividade pareceu-nos bastante interessante e viável, no sentido de apurar e estimular o espírito crítico nos alunos.

As aplicações pedagógicas das temáticas desenvolvidas nas duas disciplinas mostraram-se muito proveitosas, e obtiveram-se os resultados esperados. As atividades propostas e concretizadas motivaram os alunos e isto refletiu-se no interesse pelas novas temáticas abordadas.

Em relação à prática pedagógica supervisionada consideramos uma experiência engrandecedora, um trabalho desafiante, no qual o apoio dos orientadores, pedagógico e científico, os colegas do núcleo de estágio, e as comunidades escolares das instituições onde estivemos inseridos, mostraram ser muito motivadores e incentivadores para o nosso desempenho e enriquecimento pessoal e profissional.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Manuel de Azevedo (1985): *Vilarinho da Furna, uma aldeia afundada*; A Regra do Jogo, Edições; Lisboa.
- ANTUNES, Manuel de Azevedo (2001): “Do crescimento económico ao desenvolvimento humano: o caso de Vilarinho da Furna” in *Atas do 1º Congresso de Estudos Rurais – ‘Mundo’ Rural e Património*; Vila Real.
- ANTUNES, Manuel de Azevedo; DUARTE, Lucinda Coutinho; REINO, João Pedro (2004): “Barragens em Portugal: de Vilarinho da Furna à Aldeia da Luz, com passagem pelo Douro Internacional” in *V Congresso Ibérico sobre a gestão e planificação da Água*; Tortosa, Espanha.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1978): *Portugal 1975 – os Campos*; Edições Afrontamento; Porto.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1993): *Agricultura – espaço e sociedade rural*; Fora do Texto, Cooperativa Editorial de Coimbra; Coimbra.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (2009): “A Herança da Reforma Agrária” in MURTEIRA, António (coord.): *Campos do Sul, Memória de uma Revolução – transformações económicas e sociais 1974-1975*; Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- BARRETO, António (1987): *Anatomia de uma Revolução - a Reforma Agrária em Portugal 1974-1976*; Publicações Europa-América; Mem-Martins.
- BARRETO, António (1987a): *Memória da Reforma Agrária*; Publicações Europa-América; Mem-Martins.
- BARROS, Afonso de (1979): *A Reforma Agrária em Portugal*; Oeiras.
- BRANCO, Zillah (1995): *Reportagens sociológicas no interior da Reforma Agrária – uma época de participação transformada em utopia*; Associação dos Municípios do distrito de Beja, Beja.
- BRANDÃO, Raul (1926): *As Ilhas Desconhecidas: notas e paisagens*; Lisboa.
- CARDOSO, António Lopes (1976): *Luta pela Reforma Agrária*; Edições Diabril, Lisboa.
- CARVALHO, Lino de (2004): *Reforma Agrária – da utopia à realidade*; Campo das Letras; Porto
- CARVALHO, Vacas de (1977): *O fracasso de um processo: a Reforma Agrária no Alentejo*; Edição do autor.
- CATALUNA, Anabela Baleizão (1996): *A Reforma Agrária no concelho de Serpa – análise das alterações provocadas na vida dos trabalhadores aquando do surgimento e extinção da Reforma Agrária*; Seminário de Investigação Antropossociológica; Universidade Moderna; Pólo Universitário de Beja; Beja.

- CHROUPINA, Francisco (2005): *O lugar do meio: uma leitura geográfica da obra de Miguel Torga*; Dissertação de Mestrado em Geografia Humana – Território e Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Coimbra.
- CRAVIDÃO, Fernanda (1992): “Ficção, espaço e sociedade: notas para uma leitura geográfica e social da obra de Alvez Redol – Avieiros” in *Cadernos de Geografia*; Nº11; Instituto de Estudos Geográficos; Coimbra.
- COELHO, António Borges (2004): “Lugar da Reforma Agrária na história das questões fundiárias no sul de Portugal” in MURTEIRA, António (coord.): *Uma Revolução na Revolução – Reforma Agrária no Sul de Portugal*; Câmara Municipal de Montemor-o-Novo; Campo das Letras; Porto.
- CUNHAL, Álvaro (1975): “O PCP e a luta pela Reforma Agrária” in *Cadernos do PCP*, 7, Edições Avante in MURTEIRA, António (coord.): *Uma Revolução na Revolução – Reforma Agrária no Sul de Portugal*; Câmara Municipal de Montemor-o-Novo; Campo das Letras; Porto.
- DIÁRIO ECONÓMICO (2009): *Barragens – vai arrancar uma nova geração*; EDP; Lisboa.
- DIAS, Jorge (1983): *Vilinho da Furna – uma aldeia comunitária*; Temas Portugueses; Imprensa Nacional Casa da Moeda; Lisboa.
- EDIA (1999): *Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva*; EDIA; Beja.
- FERNANDES, João Luís Jesus (1996): *O Homem, o Espaço e o Tempo no Maciço Calcário Estremenho – o olhar de um geógrafo*; Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Coimbra.
- FERNANDES, João Luís Jesus (2008): “Implantação de projectos de desenvolvimento, desterritorialização e vulnerabilidade das populações: o caso da construção de barragens” in *Cuarto Encuentro Internacional sobre Pobreza, Convergencia y Desarrollo*; Eumed.Net; Universidad de Málaga; Espanha.
- FERNANDES, João Luís Jesus (2008a): “O desenvolvimento como domínio da multiterritorialidade: o caso da região de Leiria” in *4º Congresso Região de Leiria: Inovação e Oportunidades*; ADLEI; Leiria.
- FERNANDES, João Luís Jesus (2008b): “A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo” in *I Jornadas Internacionais de Estudos sobre Questões Sociais*; AGIR – Associação para a investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural; Póvoa do Varzim.
- FERNANDES, João Paulo de Almeida (1999): “Empreendimento do Alqueva: um desafio a vencer” in *Atas da 8ª edição dos encontros de Monsaraz – Alqueva, centro do mundo?*; A.D.I.M.; Évora.
- FERNANDES, Raul Miguel Rosado (2006): *Propriedade Privada, Agricultura e outros temas – 30 anos a defender a liberdade contra a tirania*; Edição da CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal; Lisboa.
- FERNANDES, Raul Miguel Rosado (2006a): *Memórias de um rústico erudito – viagem à volta de lentes, terras e políticos*; Edições Cotovia; Lisboa.
- GAGO, André (2010): *Rio Homem*; Edições Asa; Lisboa.

- GERVÁSIO, António; MIGUEL, Francisco (1975): *Pela Reforma Agrária, a terra a quem a trabalha; Intervenções na Assembleia Constituinte, em 15 e 18 de Julho de 1975*; Edições Avante; Lisboa.
- GERVÁSIO, António (2009): *A Reforma Agrária é necessária*; Edições Avante; Lisboa.
- GIDDENS, Anthony (1992): *As Consequências da Modernidade*; Celta Editora; Oeiras.
- HAESBAERT, Rogério (2004): *O Mito da Desterritorialização – do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*; Editora Bertrand Brasil; Rio de Janeiro, Brasil.
- HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester (2007): “O território em tempos de globalização” in *etc, espaço, tempo e crítica – revista eletrónica de Ciências Sociais Aplicadas*; Brasil.
- HAESBAERT, Rogério (s/d): *Identidades Territoriais – da multiterritorialidade à “reclusão” territorial (ou do hibridismo cultural à essencialização das identidades)*; Universidade Federal Fluminense; Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.
- INE (1943): *VIII Recenseamento Geral da População*; Vol. III – distrito de Beja; Lisboa.
- INE (1944): *VIII Recenseamento Geral da População*; Vol. VIII – distrito de Évora; Lisboa.
- INE (1944): *VIII Recenseamento Geral da População*; Vol. XIII – distrito de Portalegre; Lisboa.
- INE (1952): *IX Recenseamento Geral da População*; Tomo I; Lisboa.
- INE (1963): *X Recenseamento Geral da População*; Tomo II; Lisboa.
- INE (1963): *X Recenseamento Geral da População*; Tomo V; Vol. II; Lisboa.
- INE (1963): *X Recenseamento Geral da População*; Tomo V; Vol. III; Lisboa.
- INE (1973): *11º Recenseamento da População – 1970 – estimativa a 20%*; Continente e ilhas adjacentes; Vol. I; Lisboa.
- INE (1973): *11º Recenseamento Geral da População – 1970 – estimativa a 20%*; Continente e ilhas adjacentes; Vol. 2; Lisboa.
- INE (1983): *Anuário Estatístico – Continente, Açores e Madeira*; Lisboa.
- INE (1984): *XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação*; Total do país; Lisboa.
- INE (1993): *Censos 91 - XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação*; Alentejo; Lisboa.
- INE (2002): *Censos 2011 – XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação*; Portugal; Lisboa.
- JOHNER, Wout; WITMAJER, Irene (1980): *Avante com a Reforma Agrária*; Tulipa Negra; Amesterdão, Holanda.
- LEMA, Paula Bordalo; REBELO, Fernando (1996): *Geografia de Portugal – Meio Físico e Recursos Naturais*; Universidade Aberta; Lisboa.
- MADEIRA, João (2004): “Nas nossas terras o partido somos nós – a rede do partido comunista português nos campos” in FREIRE, Dulce, FONSECA, Inês, GODINHO, Paula (coord) (2004): *Mundo Rural – Transformação e Resistência na Península Ibérica (século XX)*; Centro de Estudos de

Etnologia Portuguesa; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa; Edições Colibri; Lisboa.

- MARQUES, Oliveira (2006): *Breve História de Portugal*; Editorial Estampa; Lisboa.
- McCULLY, Patrick (2001): *Silenced Rivers – The Ecology and Politics of Large Dams*; Zed Books; Nova York, Estados Unidos da América.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (s/d): *Programa História – Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem*; Ensino Básico; 3º ciclo; vol. II; Departamento de Educação Básica; Ministério da Educação; Lisboa.
- MURTEIRA, António (2004): “Um livro a pensar no futuro” in MURTEIRA, António (coord.): *Uma Revolução na Revolução – Reforma Agrária no Sul de Portugal*; Câmara Municipal de Montemor-o-Novo; Campo das Letras; Porto.
- OLIVEIRA, Ana Maria Cortez Vaz (2011): *Processos de Desterritorialização e Filiação ao Lugar: o caso da aldeia da Luz*; Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Ordenamento do Território e Desenvolvimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Coimbra.
- PEREIRA, José Pacheco (1987): *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal*; Publicações Europa-América; Mem-Martins.
- PIÇARRA, Constantino (2009): “A Reforma Agrária nos Campos do Sul 1974-1975” in *Campos do Sul, Memória de uma Revolução – Transformações económicas e sociais 1974-1975*; Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- REBELO, Fernando (1991): “Considerações gerais sobre relevo granítico em Portugal” in *Cadernos de Geografia*; N°10; Instituto de Estudos Geográficos; Coimbra.
- REINO, João Pedro (2008): *Luz- a Aldeia Imaginada*; Dissertação de Mestrado em Sociologia; Universidade Lusófona; Lisboa.
- REINO, João Pedro (2005): “Aldeia da Luz, uma aldeia em ‘mudança’ – a aldeia imaginada” in *Atas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*; Braga.
- REINO, João Pedro; COUTINHO DUARTE, Lucinda; DE AZEVEDO ANTUNES, Manuel (s/d): “Alqueva e a aldeia da Luz: que futuro?”; CEPAD – Centro de Estudos da População, Ambiente e Desenvolvimento; Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Lisboa.
- RODRIGUEZ (2004): ‘Aldeia da Luz, uma terra submersa pelas águas’, disponível em http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=0DxgyQlwYIU.
- ROSA, Eugénio (1977): *A Reforma Agrária em Perigo*; Editorial Caminho, Lisboa.
- ROSAS, Fernando (coord.) (1992): *Nova História de Portugal*; Direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques; Vol. XII – Portugal e o Estado Novo (1930-1960); Editorial Presença; Lisboa.
- ROSMANINHO, Nuno (1996): *O princípio de uma revolução urbanística no Estado Novo – os primeiros programas da cidade universitária de Coimbra (1934-1940)*; Minerva Editora; Coimbra.
- TAVARES, Miguel Sousa (2013): *Madrugada Suja*; Clube do Autor; Lisboa.

- TORGA, Miguel (1973): *Diário*; Volume 12; Coimbra.
- TORGA, Miguel (1977): *Diário*; Volume 13; Coimbra.
- TORGA, Miguel (1999): *Antologia (Diário) – Extratos relativos a Terras de Bouro*; Câmara Municipal de Terras de Bouro; Terras de Bouro.
- TORRES, Cláudio (2004): “Sul – mundo rural, cidade, portos” in MURTEIRA, António (coord.): *Uma Revolução na Revolução – Reforma Agrária no Sul de Portugal*; Câmara Municipal de Montemor-o-Novo; Campo das Letras; Porto.
- TUAN, Yi-Fu (1980): *Topofilia : um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*; Difel; São Paulo, Brasil.

ANEXOS